

ANAIIS

IV CNIDE

**Congresso Nacional de Investigação em Direito Educativo:
Direito Educativo e Educação Infantil em Diálogo**

ORGANIZADORES

Alexandre da Silva
Vanessa Dal Canton
Vanusa Eucleia Geraldo de Almeida
Hellen Botton Gandin
Suelen Bourscheid
Estéfani Barbosa de Oliveira Medeiros
Mônica Strege Médici



**IV CONGRESSO NACIONAL
DE INVESTIGAÇÃO EM
DIREITO EDUCATIVO**

Direito Educativo e Educação Infantil em diálogo

ANAIIS



UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO
ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES

REITOR

Arnaldo Nogaro

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Edite Maria Sudbrack

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-
GRADUAÇÃO

Marcelo Paulo Stracke

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Ezequiel Plínio Albarello

CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN

Diretora Geral

Elisabete Cerutti

Diretor Acadêmico

Carlos Eduardo Blanco Linares

Diretor Administrativo

Alzenir José de Vargas

CÂMPUS DE ERECHIM

Diretor Geral

Paulo Roberto Giollo

Diretor Acadêmico

Adilson Luis Stankiewicz

Diretor Administrativo

Paulo José Sponchiado

CÂMPUS DE SANTO ÂNGELO

Diretora Geral

Berenice Beatriz Rossner Wbatuba

Diretor Acadêmico

Carlos Augusto Fogliarini Lemos

Diretor Administrativo

Gilberto Pacheco

CÂMPUS DE SANTIAGO

Diretor Geral

Julio Cesar Wincher Soares

Diretora Acadêmica

Claudete Moreschi

CÂMPUS DE SÃO LUIZ GONZAGA

Diretora Geral

Renata Barth Machado

CÂMPUS DE CERRO LARGO

Diretor Geral

Renzo Thomas



ANAIS DO IV CONGRESSO NACIONAL DE
INVESTIGAÇÃO EM DIREITO EDUCATIVO

Direito Educativo e Educação Infantil em diálogo

02 de agosto de 2024

Frederico Westphalen - RS

ORGANIZAÇÃO DO EVENTO

PPGEDU – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Mestrado e Doutorado em Educação
Linha de Pesquisa – Formação de Professores,
Saberes e Práticas Educativas

COMISSÕES DE ORGANIZAÇÃO

1. Coordenação Geral

Luci Mary Duso Pacheco

Daniel Pulcherio Fensterseifer

Eliane Cadoná

Jordana Wruck Timm

Fernando Battisti

Jeanice Rufino Quinto

Alexandre da Silva

2. Comissão Técnico-Científica

Ana Paula Teixeira Porto

Arnaldo Nogaro

Camila Aguilar Busatta

Cesar Riboli

Claudionei Vicente Cassol

Daniel Pulcherio Fensterseifer

Edite Maria Sudbrack

Eliane Cadoná

Elisabete Cerutti

Jaqueline Moll

Jordana Wruck Timm

Laísa Veroneze Bisol

Luana Teixeira Porto

Lucí Bernardi

Luci Mary Duso Pacheco

Marinês Aires

Silvia Regina Canan

3. Comissão de Design e Layout

Erone Hemann Lanes

4. Comissão de Infraestrutura Tecnológica e Digital

Thiago Sarturi

Ederson Belmonte Saldanha

Alexandre da Silva

5. Comissão de Programação

Luci Mary Duso Pacheco
Daniel Pulcherio Fensterseifer
Eliane Cadoná
Jordana Wruck Timm
Fernando Battisti
Jeanice Rufino Quinto
Alexandre da Silva

6. Comissão de Publicações

Alexandre da Silva
Vanessa Dal Canton
Vanusa Eucleia Geraldo de Almeida
Hellen Botton Gandin
Suelen Bourscheid
Estéfani Barbosa de Oliveira Medeiros
Mônica Strega Médici
Jordana Wruck Timm
Karol de Rosso Strasburger

7. Comissão Financeira

Alzenir José de Vargas
Edivane Colombo Buzatto

8. Comissão de Cerimonial, Protocolo e Cultural

Jordana Wruck Timm
Alexandre da Silva
Hellen Botton Gandin
Vanusa Eucleia Geraldo de Almeida

ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS

Alexandre da Silva
Vanessa Dal Canton
Vanusa Eucleia Geraldo de Almeida
Hellen Botton Gandin
Suelen Bourscheid
Estéfani Barbosa de Oliveira Medeiros
Mônica Strega Médici

UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS
MISSÕES
CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

IV CONGRESSO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO EM DIREITO EDUCATIVO

Direito Educativo e Educação Infantil em diálogo

ANAIIS

Organizadores

Alexandre da Silva
Vanessa Dal Canton
Vanusa Eucleia Geraldo de Almeida
Hellen Botton Gandin
Suelen Bourscheid
Estéfani Barbosa de Oliveira Medeiros
Mônica Strege Médici



Frederico Westphalen
2024



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivados 3.0 Não Adaptada. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>.

Organização: Alexandre da Silva, Vanessa Dal Canton, Vanusa Eucleia Geraldo de Almeida, Hellen Botton Gandin, Suelen Bourscheid, Estéfani Barbosa de Oliveira Medeiros, Mônica Strege Médici

Revisão Metodológica: Responsabilidade dos (as) autores (as)

Revisão Linguística: Responsabilidade dos (as) autores (as)

Diagramação: Editora URI – Frederico Westph

Capa/Arte: Samuel Alex Agazzi

O conteúdo de cada resumo bem como sua redação formal são de responsabilidade exclusiva dos (as) autores (as).

Catálogo na Fonte elaborada pela
Biblioteca Central URI/FW

C74a Congresso Nacional de Investigação em Direito Educativo (4.: 2024
Frederico Westphalen, RS)
Anais [do] IV Congresso Nacional de Investigação em Direito
Educativo [recurso eletrônico] : Direito Educativo e Educação
Infantil em diálogo / organizadores Alexandre da Silva ... [et al.]. –
Frederico Westphalen : URI Frederico Westph, 2024.
1 recurso online. 147 p.

ISBN 978-65-89066-56-9

1. Educação. 2. Direito Educativo. 3. Educação Infantil. I. Silva,
Alexandre da. II. Título.

CDU 37(063)

Bibliotecária Karol de Rosso Strasburger CRB 10/2687



URI – Universidade Regional Integrada
do Alto Uruguai e das Missões
Câmpus de Frederico Westphalen:
Rua Assis Brasil, 709 – CEP 98400-000
Tel.: 55 3744-9223
E-mail: editora@uri.edu.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
--------------------	----

RESUMOS EXPANDIDOS	11
---------------------------------	-----------

PANORAMA DO DIREITO A EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MANAUS.....	12
Julia Graziela Bernardino de Araújo Queiroz; Adriana Moreira da Rocha Veiga	

AVALIAÇÃO NA/DA EDUCAÇÃO INFANTIL: DA CONSECUÇÃO DE UM DIREITO À RESPONSABILIZAÇÃO DOCENTE	17
Mateus Lorenzon	

O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NO RELACIONAMENTO EDUCACIONAL	22
Lídia Grusegoch; Ana Cristina Oliveira	

PROJETO “MEU PRESENTE, SUA PRESENÇA”: UMA EXPERIÊNCIA DA FAMÍLIA NA ESCOLA	27
Franciele Thomé; Gladis Lorenzato Bertol; Ana Paula Teixeira Porto	

PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA COMO PROMOTOR DE SAÚDE NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	32
Jéssica Veit; Marinês Aires	

ABORDAGENS SOBRE METODOLOGIAS INOVADORAS PARA O ENSINO EMPSICOLOGIA: UM OLHAR PARA AS TECNOLOGIAS DIGITAIS.....	36
Michele Fröhlich Marquette; Elisabete Cerutti	

REFORMAS CURRICULARES NO ENSINO MÉDIO: IMPACTOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS HUMANAS	42
Fernando Frank; Luci Teresinha Marchiori dos Santos Bernardi	

ANÁLISES E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO INFANTILCOM BASE NO PNE (2014-2024)	46
Nádia Maria Ferronatto Bernardi; Claudionei Vicente Cassol	

O ESPAÇO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONSTITUIÇÃO DO LUGAR DA PROFESSORA, O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS NACIONAIS	51
Mauricia Santos de Holanda Bezerra	

PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS DAS METODOLOGIAS ATIVAS: UM ESTADO DO CONHECIMENTO A RESPEITO DOS CLÁSSICOS.....	57
Joelma Silva dos Santos; Arnaldo Nogaro	
CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS NO ENSINO DAS CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS.....	63
Marciane Manica Dos Santos Massalai	
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO AMBIENTE ESCOLAR.....	68
Larissa Dalpasquale; Lucas Kayser Trevisol	
ESTÁGIO NA REDE BEM CUIDAR: UM ENFOQUE NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE E SUA RELEVÂNCIA	73
Elizabeth Wiethölter; Rafaela Valentini Salgado	
DINÂMICA CONFLITUOSA NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS: DESVENDANDO ORIGENS, IMPACTOS E MECANISMOS DE RESOLUÇÃO	77
Susana Michels; Daniel Pulcherio Fensterseifer	
EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: FERRAMENTA DE QUALIFICAÇÃO E GESTÃO NOS SERVIÇOS DE SAÚDE	82
Milena Lais Sippert; Bruna Eduarda Fassbinder Hoffmeister; Eduardo Petrikoski; Laísa Cargnin; Marines Aires	
CONSTRUINDO PONTES: POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NAS ESCOLAS	87
Camila Torzeski Praissler	
FAKE NEWS: A NOVA HERMENÊUTICA E SUA AMEAÇA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO.....	92
Evandro da Fonseca Almeida	
DATILOGIA: RECURSO ESSENCIAL PARA QUEM DESEJA APRENDER E SE COMUNICAR EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS	97
Rosane Pagnussat; Luana Teixeira Porto	
NEOLIBERALISMO, POLÍTICAS PÚBLICAS E PERSPECTIVAS DA GESTÃO ESCOLAR	103
Patrícia Andréa Rauber Knorst; Silvia Regina Canan	
O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NO RELACIONAMENTO EDUCACIONAL	108
Lídia Grusegoch; Ana Cristina Oliveira	

A APLICABILIDADE DA PLATAFORMA MEET SOCRATIVE NO ENSINO DELÍGUA INGLESA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	113
--	------------

Eduardo Prestes de Lima; Ana Paula Teixeira Porto

O PANORAMA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NOS DADOS DO CENSO ESCOLAR 2023	120
--	------------

Mariluz Terezinha Pertuzzatti; Cesar Riboli

RESUMOS SIMPLES 129

A LITERATURA E OS DIREITOS DA CRIANÇA: DIÁLOGO COM PRÁTICAS LITERÁRIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	130
--	------------

Roberta Schmith; Juciane Paula Vigne

AS TECNOLOGIAS NA INFÂNCIA: EQUILÍBRIO NECESSÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DAS CRIANÇAS	131
---	------------

Eurídice Soares Rissato; Marines Aires

O DIREITO EDUCATIVO E O DIREITO À EXPRESSÃO: NOTAS PRELIMINARES SOBRE A DOCÊNCIA E O DESENHO INFANTIL	132
--	------------

Simone Soares Rissato; Jordana Wruck Timm

EDUCAÇÃO PARA ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI EM SITUAÇÃO DE RESTRIÇÃO DE LIBERDADE NO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO MASCULINO NO ESTADO DO MATO GROSSO: UMA ANÁLISE SOBRE AS PERCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS DO CASE	133
---	------------

Vanuza Gomes Lima Machado; Daniel Pulcherio Fensterseifer

APRENDENDO NA CIDADE: O SUJEITO E SEU LUGAR NO MUNDO .	134
---	------------

Susana Schwartz Basso; Lucí dos Santos Bernardi

A FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O GESTOR ESCOLAR MUNICIPAL	135
--	------------

Patrícia Andréa Rauber Knorst; Silvia Regina Canan

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA E A INFLUÊNCIA DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS	136
--	------------

Alexandre da Silva; Suelen Bourscheid; Elisabete Cerutti; Jordana Wruck Timm

EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRESAS NA 4ª E REGIÃO PENITENCIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL: UMA PERSPECTIVA DOS APENADOS	137
---	------------

Daniel Pulcherio Fensterseifer

O DISCURSO POR TRÁS DAS ESCOLHAS DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS DO NOVO ENSINO MÉDIO: UMA CRÍTICA AO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO	138
Janaina Rossarolla Bando; Daniel Pulcherio Fensterseifer	
EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRESAS: UM ESTUDO DESDE A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL ÀS PRÁTICAS DESENVOLVIDAS NA 4ª REGIÃO PENITENCIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL.....	139
Karolainy Guse Martins; Daniel Pulcherio Fensterseifer	
A LIBERDADE DE ESCOLHA DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS: AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO OU LIMITAÇÃO AO DIREITO À EDUCAÇÃO?	140
Janaina Rossarolla Bando; Daniel Pulcherio Fensterseifer	
A GESTÃO DEMOCRÁTICA E O ICMS EDUCAÇÃO EM SANTA CATARINA	141
Patrícia Andréa Rauber Knorst; Silvia Regina Canan	
O BULLYING COMO APAGAMENTO DA CULTURA CAMPESINA NAS ESCOLAS	142
Lia Machado dos Santos; Luci Mary Duso Pacheco	
O DIREITO À EDUCAÇÃO DESDE A INFÂNCIA: A RELEVÂNCIA DAS HUMANIDADES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	143
Arminda Almeida da Rosa; Arnaldo Nogaro	
DIREITO EDUCATIVO DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA: DESAFIOS E PRÁTICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	144
Tatiane de Souza Gil; Maria Dora Moraes Santos; Camila Aguilar Busatta	
ANÁLISE DOS AVANÇOS E RETROCESSOS NA INCLUSÃO DE PCD NA ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	145
Amanda Luiza Neis; Camila Aguilar Busatta	

APRESENTAÇÃO

Trazer para a pauta o debate sobre o direito educativo era a intenção do evento que originou a presente obra, a qual reúne as produções desenvolvidas junto ao IV Congresso Nacional de Investigação em Direito Educativo, ocorrido em agosto de 2024 na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões/URI, organizado pela Rede Iberoamericana de Estudos em Docência, Emancipação e Direito Educativo - RIEDEDE. O Direito Educativo continuou sendo a base de reflexão deste evento, que chegou a sua quarta edição no Brasil, e que teve por objetivo dialogar sobre a garantia do direito educativo na educação infantil. Era intenção trazer para a discussão os direitos da criança de se expressar, explorar, conhecer-se, participar, brincar, conviver, tal como é previsto para essa etapa da educação que atende as infâncias.

Desta forma, nesta edição, o evento teve como mote o “Direito Educativo e Educação Infantil em diálogo”, o qual também objetivou promover debates sobre o direito Educativo e a Educação Infantil; fomentar um espaço para debate sobre o papel da escola e de seus profissionais frente aos processos que envolvem as infâncias e a educação; cumprir com o caráter comunitário da Universidade, propondo problematizações sensíveis às demandas sociais contemporâneas.

Em meio as demais atividades acadêmicas previstas ao longo do evento, o mesmo também contou com a apresentação de trabalhos distribuídos em nove eixos temáticos, a saber: direito educativo e Educação Infantil; direito educativo e infâncias; direito educativo e escola; Direito educativo e cidade; infâncias e cidade educadora; inclusão e educação; direitos humanos e educação; políticas públicas e educação; temas diversos em educação. Tais eixos serviram para organização das discussões feitas ao longo das comunicações orais apresentadas no congresso e que originaram a produção dos textos que compõem a presente obra, a qual está composta por 38 resumos.

Desejamos uma boa leitura!

Organização do IV CNIDE.

RESUMOS EXPANDIDOS

PANORAMA DO DIREITO A EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MANAUS

Julia Graziela Bernardino de Araújo Queiroz¹
Adriana Moreira da Rocha Veiga²

Eixo Temático: Direito Educativo e Educação Infantil

Resumo

No Brasil, ocorreram grandes mudanças e transformações quanto a educação infantil, fatores advindos de um processo difícil, longo e que resultaram em mudanças e transformações nos últimos tempos. O processo que resultou nessa conquista teve participação de grandes movimentações comunitárias, movimentos de mulheres, movimentos de trabalhadores, dos movimentos na redemocratização do país, além das lutas dos profissionais da educação. Tais mudanças, ocasionaram em novas exigências no âmbito social e econômico, concedendo a criança um novo sujeito na sociedade, sujeito este, na qual obteria investimentos futuros, portanto, a criança passou a ser valorizada e o atendimento voltado a ela também precisou acompanhar as mudanças históricas no Brasil. A junção desses fatores concedeu em torno desses movimentos da sociedade civil e órgãos governamentais para que o atendimento as crianças de zero a seis anos passasse a ser reconhecido pela Constituição Federal de 1988. Com isso, a educação infantil em creches e pré-escolas passou a ser do ponto de vista legal, um dever do Estado e um direito da criança (BRASIL, 1988). No decorrer desse processo, um novo conceito de criança então surge, diferente do que era visto de forma tradicional, por muito tempo a criança que era vista como um ser sem importância passa a ser um indivíduo de grande relevância na sociedade com direitos na qual as necessidades relacionadas ao desenvolvimento de suas potencialidades precisavam ser supridas. Ademais, conceber a criança como um ser individual, com suas particularidades bem diferentes dos adultos e que possuem direitos enquanto cidadão são mudanças na educação infantil, fazendo com que o atendimento as crianças de (0 a 05) anos sejam ainda mais específicos levando em consideração sua própria identidade pessoal bem como sua própria história. Desta forma, surge um fortalecimento da nova concepção de infância, enfatizado em lei os direitos das crianças enquanto cidadã, cria-se o ECA,

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria, professora da Secretaria Municipal de Educação de Manaus, atuando com formação de professores para Educação infantil e professora na Universidade Nilton Lins, atuando no curso de pedagogia. juliagrazyqueiroz@gmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, em Campinas. Professora Associada na Universidade Federal de Santa Maria, Departamento de Fundamentos da Educação (Psicologia da Educação), Centro de Educação. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação, atuando na Linha de Pesquisa 1, Docência, Saberes e Desenvolvimento Profissional e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, atuando na Linha de Pesquisa 2, Gestão Pedagógica e Contextos Educativos. adrianaufsm@gmail.com.

baseado no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) no seu Título I mais preciso em seu Art. 3º esclarece: [...] a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990). É na educação infantil, que a criança passa a ter seu primeiro contato, sendo seu primeiro espaço de convivência com seus educadores e com seus pares, daí a importância dos professores terem uma formação sólida para observar e compreender a fase do desenvolvimento infantil. No que tange essas mudanças, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 (LDB) (BRASIL, 1996), traz ao longo do seu texto estabelecendo de forma incisiva o vínculo entre o atendimento às crianças e a educação. Aparecem no decorrer do seu texto, diversas referências específicas a educação infantil, no título III, Do Direito à Educação e do Dever de Educar, art. 4º se afirma que; o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: educação básica obrigatória e garantia dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: pré-escola, ensino fundamental e ensino médio, bem como: “II – educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade (BRASIL, 1996)”. A LDB 9394/96, destaca o direito a educação das crianças objetivando seu desenvolvimento e articulando propostas pedagógicas. Tanto as creches para as crianças de zero a três anos como as pré-escolas, para as de quatro a seis anos, são considerados como instituições de educação infantil, assim sendo, a distinção entre ambas é feita apenas pela faixa etária. O texto legal marca ainda a complementaridade entre as instituições de educação infantil e a família. Deste modo, todas as crianças da educação infantil, sem distinção tem como um direito humano e social, a educação. Desta forma, é necessário compreender a criança como um ser em pleno desenvolvimento, com individualidade, que aprende, tem criatividade, curiosidades peculiares e com potencialidade, buscando a ampliação de seu repertório de aprendizagem. Nesse sentido, esse texto analisa o contexto histórico e direito assegurado para atendimento a educação infantil nas políticas públicas da Rede Municipal de Ensino Público de Manaus/Semed, destacando que todas as crianças têm direito ao acesso e permanência na escola para seu pleno desenvolvimento, assim como descreve esse atendimento na rede de ensino. Quanto aos procedimentos metodológicos a pesquisa pautou-se na abordagem qualitativa, pois para Minayo(2014) “o método qualitativo é o que se aplica no estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, possibilita a criação de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos” (MINAYO, 2014, p. 57). Para o delineamento da pesquisa, utilizamo-nos da análise documental, por constituir-se de uma técnica importante, complementando as informações e proporcionando a consulta de documentos legais ou internos com dados e informações importantes para análise do problema investigado (LUDKE; ANDRÉ, 1996; SÁ SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009; GIL, 2010). Neste sentido reunimos os documentos oficiais municipais da SEMED e apresentamos o panorama quanto

as matrículas e ações para Educação Infantil. A Secretaria Municipal de Educação de Manaus é responsável por gerenciar e executar as ações para Educação Infantil, Ensino Fundamental séries iniciais, modalidade de Educação Especial, Quilombola e Educação Escolar Indígena nas Unidades da rede pública do município. Os achados da pesquisa sinalizam que a referida rede de ensino apresenta na sua organização 506 escolas. Sendo considerado pela sua amplitude a terceira maior rede de ensino do Brasil. A proposta curricular para Educação Infantil, faz parte do Currículo Escolar Municipal (2020), elaborado em 2020. Essa proposta curricular está alinhada com a Base Nacional Comum Curricular, ao sinalizar os direitos de aprendizagem, como essenciais para desenvolvimento integral de bebês e crianças. Quanto a organização pedagógica e administrativa o nas unidades de Educação Infantil (pré-escola) de acordo com o Currículo Escolar Municipal (2020), a organização pedagógica e administrativa da pré-Escola é composta pelos seguintes profissionais: Diretor: responsável por planejar, administrar, coordenar os que atuam na escola, em conjunto com a equipe técnica, assim como participar do atendimento global às crianças e às famílias, atentando para o cumprimento das políticas e diretrizes da Secretaria Municipal de Educação. O pedagogo: atua na articulação e efetivação da Proposta Pedagógico-Curricular da Educação Infantil, com objetivo de promover o desenvolvimento das crianças e a adequação do trabalho pedagógico. Também deve promover engajamento entre família e escola estabelecendo parceria nesse processo. O docente: atua no planejamento, desenvolvimento e avaliação da prática pedagógica junto as crianças, equipe gestora e técnica, possibilitando condições para o desenvolvimento das crianças, observando as políticas e diretrizes educacionais do município e o Projeto Político Pedagógico e/ou Proposta Pedagógica da unidade de ensino. Quanto ao assistente administrativo: desenvolve atividades e serviços de apoio à administração, no que diz respeito à documentação escolar da criança e da unidade, organização e manutenção de arquivos ativos e inativos, documentos pessoais das crianças, das famílias, professores e funcionários. O auxiliar de Serviços Gerais: atua nas atividades de manutenção e limpeza do prédio e de suas instalações, equipamentos e materiais, zelando pelo ambiente escolar, valorizando e integrando o ambiente físico da escola às necessidades básicas de higiene e cuidado das crianças. Quanto ao Manipulador de Alimentos: atua nas atividades referentes à preparação de refeições seguindo orientações e procedimentos normativos de nutrição e higiene da equipe da Secretaria de Educação de Manaus. O setor responsável pela organização da educação Infantil na Semed é a Divisão de Educação Infantil, suas atribuições perpassam por: I – elaborar políticas públicas educacionais voltadas para a educação infantil; II – definir diretrizes gerais para a educação infantil, de acordo com a legislação oficial vigente; III – acompanhar a efetivação da proposta pedagógico-curricular da educação infantil nas unidades de ensino; IV – planejar, orientar, monitorar e avaliar os programas e projetos que integram as atividades do processo ensino-aprendizagem na educação infantil; VII – desenvolver outras atividades correlatas. No que refere-se as escolas, a rede apresenta a seguinte organização: 27 creches que atendem bebês e crianças até 3

anos, 106 centros municipais de Educação Infantil (CMEI) que atendem crianças de 4 e 5 anos; 366 escolas que atendem estudantes das séries iniciais, 05 Centros Integrados de Educação Municipal (são complexos que atendem Educação Infantil (CIME), séries iniciais do Ensino Fundamental e séries finais do Ensino Fundamental, assim como 01 Centro Municipal de Educação de Jovens e Adultos (CEMEJA) e 01 Centro Municipal de Educação e Atendimento Pessoa Idosa (CEMEAPI). Quanto a matrículas a rede é composta pelo total de 251.745 estudantes, sendo 45. 120 correspondentes as crianças da Educação Infantil. Diante do exposto verifica-se a Rede Municipal de Ensino Público de Manaus, atende na Educação Básica as séries iniciais do Ensino Fundamental e séries finais, assim como Educação Infantil e modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Quanto as matrículas de estudantes, observa-se quantitativo elevado de matrículas, sendo que destas 15% refere-se a Educação Infantil, o implica em refletirmos se este quantitativo atende a demanda para esse público, esse fato representa historicamente um desafio, tendo em vista o contexto da institucionalização para esse atendimento. No que tange a organização curricular, pedagógica e administrativa nas unidades de Educação Infantil, evidencia-se que a rede apresenta funções bem definidas quanto a gestão, equipe pedagógica, corpo docente, administrativo e auxiliares. Sobre a proposta curricular verifica-se a articulação com a Base Nacional Comum Curricular. Portanto, o direito a Educação Infantil está previsto em documentos de âmbito nacional e os municípios precisam organizar-se para atender essa demanda, buscando ampliação da oferta de matrículas, assim como garantir o acesso e permanência das crianças nas escolas, buscando seu pleno desenvolvimento garantindo os direitos de aprendizagem.

Palavras-chave: Educação infantil. direito. matrículas. Atendimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Presidência da República.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 18 jun. 2024.

BRASIL, **Lei N° 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em 18 jun. de 2024.

BRASIL. **Lei n.º 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** MEC, SEB, 2010.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC.** MEC, Brasília, 2017.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagem qualitativa*. São Paulo: E. P. U, 1996.

Manaus, **Resolução nº 0179 do CMEE de 2020, de 03 de março de 2020**, que trata sobre a implementação do Currículo Escolar Municipal nas unidades de ensino de Educação Infantil e Ensino Fundamental, e suas modalidades. Disponível em: encurtador.com.br/iHOQ2. Acesso em: 20 jun. 2024.

MYNAIO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 14 ed., 2014.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, 2009.

AValiação Na/Da Educação Infantil: Da Consecução De Um Direito À Responsabilização Docente

Mateus Lorenzon³

Eixo Temático: Direito Educativo e Educação Infantil

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar os documentos elaborados pelo Ministério da Educação sobre as temáticas qualidade e avaliação na/da Educação Infantil. A estes somam-se ainda produções de fundações privadas que eram propositoras de parâmetros ou diretrizes. Assim, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa documental em que o *corpus* foi constituído a partir da seleção de documentos disponibilizados pelos referidos órgãos. Foram analisados, um total de sete documentos ministeriais e um elaborado pela iniciativa privada. A interpretação e compreensão dos materiais ocorreu por meio da aplicação da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011).

Ao abordar o processo histórico de constituição da identidade da Educação Infantil, nota-se que, até a promulgação da Constituição Federal de 1988, estas instituições eram organizadas em torno de paradigmas médico-higienistas, assistencialistas ou, ainda, jurídico-policial. A concepção de criança como um objeto a ser tutelado pelo estado reverberava em práticas de cuidado e que, em última instância, visavam o controle social. Na medida em que transfere-se a incumbência pelas instituições destinadas ao atendimento das crianças pequenas para a esfera educativa e não mais de Assistência Social, tensiona-se os paradigmas hegemônicos e o *ethos* social e cultural vigente sobre o cuidado de crianças pequenas.

Todavia, em conformidade com Bobbio (1992), o anúncio legal de um direito pode não reverberar de modo imediato na sociedade, tendo em vista a necessidade de um ordenamento jurídico e normas complementares. No caso da implementação do direito à Educação Infantil, identifica-se um hiato temporal entre o anúncio constitucional e a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996). Para além da legislação que corroborou com o anunciado na carta magna brasileira e instaurou a doutrina da proteção integral e a integração das creches e pré-escolas aos sistemas de ensino, assistiu-se iniciativas governamentais e um amplo debate acadêmico acerca da necessidade da expansão da oferta ser acompanhada pela qualificação das propostas e da infraestrutura.

O diagnóstico realizado pela iniciativa governamental, ainda na primeira década após a promulgação do direito das crianças pequenas à educação, demonstrava que o paradigma assistencial e a falta de uma identidade para a etapa inicial da educação básica reverberava no cotidiano das instituições para

³ Doutorando em Educação - Universidade de Passo Fundo. Mestre em Ensino - Univates. Professor de Educação Básica. mateusmlorenzon@gmail.com

crianças pequenas. Assim, a discrepância entre o que era desenvolvido nas instituições e o preconizado no campo pedagógico era um indicativo da baixa qualidade da maioria das creches e pré-escolas. No momento de elaboração do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2001) reconhece-se a fragilidade das propostas pedagógicas e da ainda incipiente integração *de facto* da Educação Infantil aos sistemas de ensino e, a partir disso, foram estabelecidas metas e diretrizes específicas, acerca desta temática.

Neste viés, o Plano Nacional de Educação do decênio 2001-2011 pode ser compreendido como um momento importante para as discussões acerca da qualidade na Educação Infantil e é inaugural de uma agenda política e social a respeito do tema. A partir deste documento é que o Ministério da Educação assume o papel de indutor e proponente de diretrizes e qualidades, elaborando os Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil (Brasil, 2006a, 2006b) e o Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (Brasil, 2006c).

Os documentos supracitados, elaborados por meio de um trabalho interdisciplinar e por meio de estratégias participativas, eram direcionados a diferentes segmentos da comunidade escolar e dos sistemas de ensino. Assim, apresentava-se um conjunto de regramentos a ser seguido não só pelos docentes, mas também por profissionais envolvidos no projeto de instituições para as crianças ou, ainda, para os gestores das escolas e das redes de ensino. Posteriormente, observa-se um empreendimento no sentido de averiguação da qualidade das instituições, seja por meio de mecanismos autoavaliativos (Brasil, 2009) ou de estratégias de avaliação em larga escala (Carvalho, Costa, 2013).

No entanto, especialmente a proposição de um instrumento para a avaliação **na** Educação Infantil e centrada nas aprendizagens das crianças desencadeou críticas de organizações da sociedade civil e da comunidade de pesquisadores (Coelho, Macário, 2020). Observava-se, neste momento, que focalizar a avaliação nas crianças, além de ir contra um pressuposto legal, revelava a aplicação de um viés empresarial de mensuração da eficácia e, consequentemente, de indução das ações pedagógicas e institucionais. Identifica-se que, implicitamente, esta proposição já revelava uma face neoliberal de compreender a primeira etapa da Educação Infantil pois, em última instância, o que pretendia-se era identificar se os recursos destinados pelo estado estaria sendo aplicados de modo produtivo, isto é, fomentando o desenvolvimento de capital humano.

As críticas desencadeadas resultaram na organização de um Grupo de Trabalho para discutir e propor instrumentos para avaliação **da** Educação Infantil. Assim, é neste contexto que são publicados dois documentos, a partir de discussões técnicas, a fim de subsidiar os mecanismos de avaliação (Brasil, 2011, 2015). Mesmo que no segundo documento, observa-se a proposição de um avaliador externo, a tônica comum a ambos documentos é da necessidade de estratégias de autoavaliação que resultassem na tomada de decisões no âmbito institucional. Os documentos, no entanto, reiteravam a necessidade de compreender a qualidade como um conceito amplo e complexo, sendo que a sua avaliação exigia um olhar atento aos aspectos para além da organização

institucional e da gestão da prática pedagógica.

No entanto, estes documentos não foram desenvolvidos e aplicados em larga escala, tendo em vista que a regulamentação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica foi revogada por meio de portaria ministerial (Brasil, 2016). O Ministério da Educação só viria novamente a publicar documentos oficiais acerca do tema em 2018, quando, na esteira da Base Nacional Comum Curricular, foi publicada uma revisão dos Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil (Brasil, 2018). Este documento, mesmo que indicava que a definição de qualidade era um processo social, histórico e cultural, já apresentava discursos exógenos ao campo pedagógico para a conceitualização. Assim, identifica-se a emergência de fundamentos neurológicos, nos quais defendia-se que a Educação Infantil como uma etapa importante para o desenvolvimento cognitivo das crianças e, ainda, a presença de um argumento econômico (Brasil, 2018). Assim, mesmo que no documento citado compreende-se que a qualidade da Educação Infantil demandaria uma análise multifocal, observa-se uma reconfiguração dos discursos em torno da legitimidade da discussão e, em contrapartida, afastava-se do pressuposto que uma educação de qualidade é, sobretudo, um direito da criança.

Politicamente, o período posterior à elaboração deste documento foi caracterizado por um duplo processo de fragilização dos órgãos governamentais e emergência de políticas públicas de cunho neoliberal-conservador. E neste hiato de iniciativas governamentais, que organizações privadas que já estavam envolvidas na construção de documentos balizadores da educação nacional, tornam-se ativos na proposição e indicação de políticas. Os Parâmetros da Qualidade da Educação Infantil, elaborados pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal são indicadoras desta mudança (FMCSV, 2020).

No documento autointitulado nacional e elaborado pela fundação, observa-se uma ruptura em relação com as discussões realizadas até o momento em torno do conceito de qualidade e avaliação da Educação Infantil. Mesmo que o documento apresente uma relação com Brasil (2018), nota-se que ele aborda somente as áreas focais que tratam de aspectos da prática docente. Os autores, em conformidade com o documento, focalizam estas áreas, pois elas seriam as mais importantes para o desenvolvimento da aprendizagem das crianças. Na sequência, apresentam-se os parâmetros, exemplificando como eles podem ser desenvolvidos no cotidiano escolar. A análise deste documento, por meio da contagem de indicadores, revela o teor responsabilizador dele, na medida em que nenhum momento utiliza-se a expressão “direito da criança”, mas em contrapartida utiliza-se um número expressivo de vezes (23) o termo “o professor é responsável por/pela [...]”.

Com isso, pode-se inferir, por meio de uma análise longitudinal dos documentos, que as discussões em torno da definição da qualidade na Educação Infantil, inicialmente, estavam associadas a um entendimento da necessidade de um atendimento adequado para as crianças. Neste viés, os documentos elaborados podem ser compreendidos como de fundamental importância para organização de espaços e como indutores de políticas e práticas institucionais ou dos respectivos sistemas de ensino. A legitimidade

dos valores contemplados nas definições encontrava-se nas negociações compartilhadas entre os diferentes grupos sociais. Em contrapartida, em um segundo momento, nota-se a emergência de um discurso voltado a identificar e garantir a aprendizagem dos estudantes.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Educação Infantil. Qualidade.

Referências:

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Contribuições para a Política Nacional: a avaliação em educação infantil a partir da avaliação de contexto**. Curitiba: Imprensa/UFPR; Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Coordenação Geral de Educação Infantil - MEC/SEB/COEDI, 2015.

BRASIL. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

BRASIL. **Lei nº 8.069/1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRASIL. **Lei nº 10.172/2001**. Institui o Plano Nacional de Educação 2001-2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>

BRASIL. **Parâmetros Nacionais de Qualidade na Educação Infantil**. Coordenação Geral de Educação Infantil - MEC/SEB/COEDI, 2018.

BRASIL. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Vol. 1. Secretaria de Educação Básica. Coordenação Geral de Educação Infantil - MEC/SEB/COEDI, 2006a.

BRASIL. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Vol. 2. Secretaria de Educação Básica. Coordenação Geral de Educação Infantil - MEC/SEB/COEDI, 2006b

BRASIL. **Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil**. Secretaria de Educação Básica. Coordenação Geral de Educação Infantil - MEC/SEB/COEDI, 2006c

BRASIL. **Portaria MEC nº 981**, de 26 de agosto de 2016. Revoga a Portaria MEC nº 369, de 05 de maio de 2016, e dá outras providências. Diário Oficial da

República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 ago. 2016.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. São Paulo: Elsevier Editora Ltda, 1992.

CARVALHO, Maria Alice de Sousa; COSTA, Sônia Santana. Avaliação na educação infantil: Tendências e desafios. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v. 7. n. 12. Jan/Jun. 2013. p. 179-189.

COELHO, Rita da Cássia de Freitas. MACÁRIO, Alice de Paiva. Educação Infantil e Avaliação: Processos e perspectivas. **Revista Pesquisa e Debate em Educação**. Juiz de Fora, MG. v. 10. n. 1. p. 940-960, jan./jun. 2020.

FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL. **Parâmetros Nacionais da Qualidade da Educação Infantil**. 2020. Disponível em: <https://biblioteca.fmcsv.org.br/biblioteca/parametros-qualidade-educacao-infantil-apoiando-com-textos-interacoes/>

O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NO RELACIONAMENTO EDUCACIONAL

Lídia Grusegach⁴
Ana Cristina Oliveira⁵

Eixo Temático: Direito Educativo e Infâncias

Resumo

O objetivo desse estudo é debater a importância da afetividade na Educação Infantil e como ela pode contribuir para o desenvolvimento integral das crianças, no que tange aos aspectos físicos, afetivos, cognitivos e sociais. O caminho metodológico utilizado é a pesquisa bibliográfica, reunindo um conjunto de conhecimentos já estudados, a fim de buscar respostas a questão de pesquisa levantada, permitindo novos conhecimentos sobre o tema pesquisado. Observa-se que, o professor da educação infantil assume um papel relevante no percurso escolar de uma criança, pois esse educador será o responsável em garantir a base sólida no desenvolvimento infantil, na qual todas as demais aprendizagens aconteceram e, isso vai ficar para o resto da vida dessa criança.

Palavras-chave: Educação Infantil. Professor na Educação Infantil. Afetividade.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é um momento de ampliação de relacionamentos e conhecimentos da criança, bem como é o processo inicial para a construção de sua identidade. Assim, é essencial uma atuação dos professores, pautada no respeito e valorização do protagonismo infantil, promovendo a formação de laços afetivos, pois o papel do professor no processo de formação educativa das crianças, é de suma importância ao desenvolvimento integral das crianças. Evidenciamos que o espaço educativo, precisa garantir o desenvolvimento integral da criança e o professor deve estar sempre atento para estimular o desenvolvimento infantil e acolher as singularidades das crianças, que são sujeitos múltiplos vindos de contextos plurais na educação infantil a relação da afetividade e aprendizagem influenciará profundamente, a forma como se dá o desenvolvimento cognitivo da criança. Observa-se uma correlação entre a ausência de afetividade e a redução da aprendizagem, pois existe uma relação direta entre a afetividade e a ação pedagógica. Atribui à educação infantil os conflitos básicos de esforço versus inferioridade, tornando-se a escola e os amigos, nesse momento, o centro das relações mais importantes da criança. Essas poderão resultar em sentimentos como competência ou frustração,

⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). E-mail: 10228@uri.edu.br

⁵ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). E-mail: a110272@uri.edu.br

inferioridade, fracasso e incompetência (Cool *et al.*, 2004).

Para Piaget e Vygotsky, “a criança é sujeito do meio e aprende por meio da relação e interação com o outro, é necessário que o professor promova atividades que favoreçam as relações de aprendizagem entre ele e as crianças” (Piaget, 2010, p. 51). A relação que ocorre entre professor e a criança fica cada vez mais evidente, dando liberdade a cada um dos envolvidos expor claramente aquilo que conhecem sobre os temas abordados, transformando assim, as vivências e experiências em um ambiente rico de aprendizagens significativas. Os professores que atuam na Educação Infantil, devem contemplar em seus planejamentos, proposituras lúdicas e carregada de sentidos, sendo de forma prazerosa, ampliando assim os saberes infantins, assegurando uma educação de qualidade, a fim de oportunizar o processo de construção de novos conhecimentos. Para Soares (2009), é necessário lembrar que a base para o crescimento escolar da criança, inicia com a Educação Infantil, pois desde cedo o contato e o manuseio de objetos/materiais que valorizam as culturas brincantes infantins, possibilitará aos pequenos uma maior interação com mundo.

Um professor observador e atento às necessidades de suas crianças, consegue compreender o ponto que se deve partir para atingir o que se pretende. Ao perceber as necessidades da criança, o professor consegue criar condições para que ela busque construir conhecimentos. Nesse movimento, a criança e o professor são aprendentes. Isso envolve observar pelo que a criança se interessa; pelo que ela não se interessa; o que a atrai; o que a irrita; qual atividade a criança se interessa mais; qual atividade ela menos gosta. Portanto, se quem mostra o caminho é quem aprende e não quem ensina, não é possível que se chegue em sala de experiências com um planejamento pronto e acabado sem abertura para mudanças (Arantes, 2003).

O educador infantil que utiliza, da metodologia lúdica em sala de aula, fazendo um planejamento de atividades escolares através das atividades lúdicas, promove e traz motivação na construção do conhecimento da criança. Ensina Vygotsky (1989) que os brinquedos influenciam o desenvolvimento da criança, pois com eles aprenderá a agir numa esfera cognitiva, não somente na esfera visual externa, sendo dependente de motivações e tendências internas, e não somente através dos incentivos fornecidos por objetos externos.

A relação entre educador e criança na educação infantil, acontece por meio da afetividade, pois o educador serve de referência para a criança e está deposita suas observações, descobertas e construções. Piaget (2010, p.68) oferece importância dos aspectos afetivos e cognitivos na construção do saber, pois para ele é necessário um desejo, um querer, que se encontra escondido na afetividade “o pleno desenvolvimento da personalidade, sob seus aspectos mais intelectuais, é inseparável do conjunto dos relacionamentos afetivos, sociais e morais que constituem a vida da escola”.

Ao estar nos espaços educativos, a criança em fase de educação infantil não abandona seus aspectos afetivos que lhe são intrínsecos da personalidade, a afetividade a acompanha em qualquer situação e local, assim quando estão interagindo com a tríade do processo de aprendizagem não deixam latentes

seus sentimentos, afetos e relações interpessoais enquanto pensam. Dessa forma promoverá um ambiente infantil estimulador para que haja o sucesso escolar e isso pode proporcionar, segundo Arantes (2003, p.86) “o amor pela escola com reflexos sensíveis no aproveitamento escolar e conseqüentemente ocorrerá o sucesso escolar”.

Uma criança respeitada em todos seus aspectos , tendera para uma formação mais global dos seus processos de desenvolvimento ao longo da vida . Ensina Soares (2009) que, quando o educador assegura as crianças , carinho, acolhimento, protagonismo infantil e segurança as aprendizagens tornam-se mais facilitadoras e prazerosas, possibilitando que o professor possa perceber em seus educandos, habilidades, que devem ser estimuladas para que auxilie e potencialize uma maior ampliação de saberes .

METODOLOGIA

Neste trabalho , a metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, reunindo um conjunto de conhecimentos já estudados e ampliando novos conhecimentos sobre o tema pesquisado. Pesquisar é fundamental para a comprovação de ideias, fatos, fenômenos decorrentes do processo investigativo. Nesse trabalho, para responder a problemática abordada foi realizada pesquisa bibliográfica com materiais já publicados referentes ao tema escolhido, em artigos e dissertações . As pesquisas bibliográficas foram realizadas em fontes científicas como: livros, artigos publicados em revistas acadêmicas impressas ou online, expondo o pensamento de autores e estudiosos como: Antunes (2004), Piaget (2010), Arantes (2003) entre outros.

RESULTADOS

É na escola que a criança terá o primeiro contato com a sociedade, com outras crianças e um adulto que não seja os pais. É o lugar onde a criança conhece elementos culturais formados ao longo da história e onde ocorrem relações sociais , assim sendo, a relação entre o professor e o aluno é um fator de relevancia no processo educativo e no processo de ensino-e de aprendizagem. O processo de educação deve potencializar e estimular o desenvolvimento do pensar e do sentir e o professor é responsável por garantir da melhor maneira a ampliação de saberes e proposituras exitosas que venha contribuir verdadeiramente para o desenvolvimento global de nossas crianças.

A Educação Infantil é um momento de ampliação de relacionamentos e conhecimentos da criança, bem como é o processo inicial para a construção de sua identidade. O papel do professor no processo de formação educativa das crianças é de suma importância a partir da consolidação da escola como instrumento de espaços público com acesso e permanência a uma educação de qualidade.

CONCLUSÕES

A educação infantil é vista como um fator relevante e importante para a

criança, face aos objetivos educacionais assumidos pelo país diante aos tratados internacionais.

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a educação pré-escolar torna-se um direito da criança de zero a seis anos, passando a ser considerada educação necessária, direito a todos, dever do Estado e integrada ao sistema de ensino. A criança passa a ser vista como um ser social, histórico, pertencente a uma determinada classe social e cultural. Desta feita, a educação pré-escolar no Brasil é incluída na política educacional e com uma concepção pedagógica complementando a ação familiar, deixando de ser vista como educação compensatória.

O papel pedagógico na educação infantil, visa garantir a ampliação processual de novas formas de expressão e reconhecimento-representação de seu mundo, proporcionando a confiança, autonomia. Os espaços educativos, são lugares onde ocorrem significativas e distintas aprendizagens, sendo o professor uma das peças fundamental neste processo. Quando o professor tem atitude acolhedoras e respeitosa para com suas crianças, favorece e estimula o desenvolvimento infantil, para que as aprendizagens aconteça de forma ludica, prazerosa e significativa.

A educação infantil valoriza e reconhece a importância do tempo que as crianças dedicam ao brincar, visto ser a principal atividade da criança pequena e incorporá-lo à rotina do trabalho educativo. O brincar deve ser incorporado no trabalho da educação infantil como um momento de desenvolvimento psicológico e social. O tempo dedicado ao brincar é importante e tem dupla função: permite que as crianças tenham uma certa independência e dá ao educador a chance de observar o comportamento dos educandos.

O professor de educação infantil avalia várias formas de aprendizagem que contribua para sua prática cotidiana. Precisa ter comprometimento, ser criativo e reflexivo, proporcionando às crianças o desenvolvimento global, nos aspectos, físicos, afetivos, cognitivos e sociais. É consenso que, a evolução da criança em seus primeiros anos de vida é muito rápida sob o ponto de vista físico quer em seus aspectos cognitivos, sensorial, socioemocional e de comunicação oral. A criança necessita ser estimulada para que reconheça a existência dos colegas e adultos e como são seres livres, poderem agir, imaginar e criticar. É preciso, garantir nas práticas educativas, proposituras com as múltiplas linguagens que as crianças possuem, para que seus direitos sejam respeitados e valorizados.

Acreditamos que os aspectos afetivos e cognitivos são inseparáveis. Principalmente na Educação Infantil, as crianças precisam vivenciar momentos que provocam crescimento, que vão ter implicações afetivamente marcantes em seu desempenho pedagógico é necessário começarmos a pôr em prática nas escolas, ideias mais humanistas, que valorizem desde cedo a importância das emoções.

Portanto a afetividade não é expressa, apenas através do toque ou contato corporal, gestos e atitudes também fazem parte do processo e são muito importantes. Os educadores de Educação Infantil que primam pela qualidade da educação propiciam interações sociais afetivas, contribuindo para a formação de crianças saudáveis, inteligentes e, acima de tudo, felizes.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. **Educação Infantil: Prioridade Imprescindível**. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARANTES, Valeria Amorim. **Afetividade na Escola: alternativas teóricas e práticas**, São Paulo: Summus, 2003.

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia evolutiva**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PIAGET, Jean. **Seis Estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2009.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes; 1989.

PROJETO “MEU PRESENTE, SUA PRESENÇA”: UMA EXPERIÊNCIA DA FAMÍLIA NA ESCOLA

Franciele Thomé⁶
Gladis Lorenzato Bertol⁷
Ana Paula Teixeira Porto⁸

Eixo Temático: Direito Educativo e Escola

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo discutir as relações entre Família e Escola a partir do relato de uma atividade educativa desenvolvida com estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental em uma escola da rede estadual de Santa Catarina. Através da descrição da atividade e da revisão bibliográfica de documentos legais, procurou-se demonstrar que é possível promover interações significativas entre Família e Escola. Compreendendo a educação como um direito de todos e dever do Estado e da Família, evidenciamos a importância da articulação entre escola, família e comunidade, de maneira a constituir processo de integração que fortaleça o pleno desenvolvimento dos estudantes.

Palavras-chave: educação; direito educativo; família; escola.

Introdução

A relação entre família e escola desempenha um papel muito importante no desenvolvimento e na formação dos estudantes. Ao longo dos anos, tem-se observado uma crescente preocupação com essa relação, reconhecendo-a como um fator determinante para o sucesso educacional das crianças e dos jovens. Realizou-se um estudo dos documentos legais, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e esses reforçam a importância da parceria entre família e escola, constituindo como um direito e um dever compartilhado na promoção de uma educação de qualidade. No entanto, ainda existem desafios na articulação efetiva entre as partes, evidenciando a necessidade de iniciativas e atividades organizadas para fortalecer essa parceria. O presente artigo propõe uma reflexão sobre a relação entre a família e escola, bem como sua relevância no contexto educacional, apresentando uma atividade educativa desenvolvida em uma escola da rede

⁶ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). E-mail: francithome@hotmail.com

⁷ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). E-mail: gladislorenzato@gmail.com

⁸ Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora e docente do Programa de Pós-graduação - Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Regional Integrada (URI) - Campus de Frederico Westphalen. E-mail: anapaula@uri.edu.br.

estadual de Santa Catarina, de modo a demonstrar que é possível promover essa interação através de iniciativas simples, porém significativas.

Metodologia

Realizou-se uma revisão bibliográfica que explorou documentos legais pertinentes, como a Constituição Federal e a LDB, para compreender as bases legais que fundamentam a relação entre família e escola. Outro documento que foi explorado, foi um guia disponibilizado pelo MEC, “Parceria família-escola: benefícios, desafios e proposta de ação” de autoria de Jungles. A partir desse embasamento normativo e teórico, foi selecionada para apresentação a atividade educativa intitulada “Meu Presente, Sua Presença”, desenvolvida por professores de uma escola de ensino fundamental de Santa Catarina. A apresentação dessa atividade visa demonstrar que é possível promover ações que fortaleçam a parceria entre família e escola.

Resultados e discussões

O presente artigo convida para refletir sobre as relações entre a família e a escola, dois pilares fundamentais na formação e no desenvolvimento dos estudantes. Segundo Jungles (2022), a preocupação sobre a relação da família e escola vem crescendo desde o início do século XX. Atualmente, através de documentos legais, constata-se que a necessidade da presença da família na escola continua sendo fomentada.

A relação entre família e escola não é apenas uma questão de prática pedagógica, mas também encontra respaldo em leis e documentos legais que reconhecem a necessidade dessa parceria para o desenvolvimento educacional das crianças.

Desde a Constituição Federal de 1988, a educação é reconhecida como um direito de todos e um dever do Estado e da família. Neste documento encontram-se as bases para o sistema educacional brasileiro, garantindo o acesso à educação de qualidade e promovendo a participação ativa da sociedade na construção de uma escola democrática e inclusiva. Destaca-se que

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Além da Constituição Federal, outra peça fundamental que regulamenta o sistema educacional brasileiro é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A LDB reforça a importância da integração entre família e escola em seu “Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1996).

É indiscutível que a educação é um direito de todos, consagrado como dever do Estado e da família. Nesse sentido, a colaboração entre essas duas instâncias

torna-se essencial para assegurar uma educação de qualidade. A parceria entre a escola, a família e a comunidade é o alicerce sobre o qual se constrói um ambiente educacional enriquecedor e inclusivo. Destaca-se ainda dois artigos da LDB que amparam esse contexto:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (Brasil, 1996).

Para Jungles (2022, p. 10) a “escola não é uma opção, em termos legais, mas uma obrigatoriedade. Porém, não se encontra uma regulamentação consistente no que tange ao detalhamento das formas de articulação entre essas duas instâncias”. Ainda que a frequência escolar seja obrigatória, os documentos legais não detalham de forma precisa como deve ocorrer a articulação entre a escola e a família. Esse detalhe pode levar a interpretações diversas e até em práticas insuficientes de integração. Sendo que, “embora a parceria família-escola tenha sido contemplada em diversos documentos oficiais no âmbito nacional, o maior desafio, em nosso país, segue sendo a transposição dessas normas para ações práticas de intervenção”. (Jungles, 2022, p.15).

De acordo com o relatório “Reimaginar nosso futuro juntos: um novo contrato social para a educação”, publicado pela UNESCO (2022), durante a infância, as conexões entre casa e escola precisam ser mais fortes. As famílias desempenham um papel muito importante e precisam ser apoiadas para conseguirem ajudar as crianças a melhorarem seu desenvolvimento físico, socioemocional e cognitivo. É sabido que a aprendizagem humana ocorre em contínua interação com o meio ambiente. Nesse sentido, cabe discutir a importância da família e da escola como parceiras para o desenvolvimento infantil. Jungles (2022, p.17) descreve que

O processo de desenvolvimento da socialização infantil inicia na família e se amplia conforme a criança passa a frequentar novos espaços de convivência, fundamentais para a construção das noções de civilidade, cidadania, compartilhamento e empatia. Para a criança, o primeiro círculo que se apresenta para além do familiar é o da escola. Nesse sentido, essas duas instituições devem trabalhar juntas para favorecer a interlocução de saberes e culturas, contribuindo, assim, para o desenvolvimento de crianças e jovens.

Assim, Jungles (2022) denota que toda iniciativa que terá ações objetivas, organizadas e sistematizadas a fim de promover a relação entre a família e a escola contribuirá para que essa parceria de fato se efetive. “Nunca é demais reiterar que o objetivo principal da parceria família-escola é auxiliar todos os jovens a alcançarem o sucesso acadêmico na escola e, posteriormente, nos seus projetos de vida” (Jungles, 2022, p. 22).

É inegável que tanto a família quanto a escola possuem o mesmo objetivo em comum: garantir o sucesso da criança e prepará-la para os desafios da vida. A interação e o engajamento entre família e escola são muito importantes para

proporcionar um ambiente de aprendizado enriquecedor e acolhedor. Nessa premissa Jungles (2022, p. 19) salienta que

Tanto família como escola desejam o sucesso acadêmico de seus filhos/alunos e a parceria entre esses espaços de tamanha relevância na vida de crianças e jovens é fundamental para que esse propósito se concretize. Por compartilharem a tarefa de educar, preparar e encaminhar os sujeitos para a vida, nos seus mais diversos aspectos (social, profissional, emocional), a interação e o engajamento entre família e escola tornam-se indispensáveis.

Para Jungles (2022) a família e a escola são espaços de socialização. A instituição escolar é a principal responsável por elaborar estratégias para gerar engajamento com as famílias e nesse sentido, os professores são os principais mediadores. Pensando nisso, buscou-se destacar uma atividade desenvolvida por professores de uma escola de ensino fundamental do estado de Santa Catarina.

Para este relato, explorou-se o projeto da atividade que tem como título "Meu Presente, Sua Presença". Essa atividade propõe uma interação significativa entre pais, alunos e escola, promovendo uma experiência enriquecedora para todos os envolvidos. A atividade visa fortalecer os laços familiares, proporcionando um momento especial de interação entre pais e filhos na escola.

Os pais e familiares são convidados a participar e/ou criar alguma atividade a ser realizada na escola com a turma de seu filho, incentivando a presença e participação deles no ambiente educacional. A atividade serve como uma maneira de celebrar o aniversário do aluno de uma forma única, envolvendo não apenas a sala de aula, mas também a presença dos pais. Ou seja, como forma de presentear seu filho, os pais estão presentes na escola, sendo eles naquele momento, os protagonistas do dia.

A iniciativa destaca a importância da comunidade escolar como um todo, mostrando que a escola não é apenas um lugar de aprendizado, mas também um ambiente que valoriza o envolvimento da família. Jungles (2022, p. 56) aborda que

A parceria família-escola só pode funcionar e prosperar se famílias e educadores forem capazes de se envolver em ações de engajamento. Muitas vezes, apenas as famílias acabam sendo o foco de ações em prol do engajamento, mas de nada adianta as famílias serem estimuladas nesse sentido se encontrarem um ambiente escolar de resistências e não receptividade aos seus esforços de aproximação.

Ao promover a atividade "Meu Presente, Sua Presença," a escola busca criar uma atmosfera onde a educação não seja apenas responsabilidade da instituição, mas uma jornada compartilhada entre educadores, pais e alunos. Isso contribui para um ambiente mais rico, colaborativo e favorável ao aprendizado.

Conclusões

A relação entre família e escola é um elemento muito importante no processo educacional, contribuindo para o sucesso escolar e o desenvolvimento integral

dos estudantes. Ao longo deste artigo, explorou-se a importância dessa relação, fundamentada em bases legais e teóricas que reconhecem a responsabilidade entre família, escola e comunidade.

A partir da apresentação da atividade educativa "Meu Presente, Sua Presença," foi possível demonstrar que iniciativas podem promover uma maior interação e engajamento entre família e escola.

Portanto, concluímos que a parceria entre a família e escola são beneficiadas pelo apoio mútuo e pelo compartilhamento de responsabilidades. Podemos criar um ambiente educacional mais participativo, propício e inclusivo ao desenvolvimento pleno dos estudantes através do reconhecimento e valorização do papel de cada um nesse processo.

Referências

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República.

JUNGLES, Lisiane Alvim Saraiva. Parceria família-escola: benefícios desafios e proposta de ação [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Educação (MEC), 2022. Disponível em:
https://alfabetizacao.mec.gov.br/images/pdf/parceria_familia_escola_vf.pdf. Acesso em: 29 de abr de 2024.

UNESCO. Reimaginar nosso futuro juntos: um novo contrato social para a educação. Brasília: Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, UNESCO; Boadilla del Monte: Fundación SM, 2022.

PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA COMO PROMOTOR DE SAÚDE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Jéssica Veit⁹
Marinês Aires¹⁰

Eixo Temático: Temas Diversos em Educação

Introdução: O Programa Saúde na Escola (PSE) foi instituído em 2007 como uma política intersetorial entre a Educação e a Saúde. É uma estratégia de integração entre essas duas áreas para o desenvolvimento da cidadania e da qualificação das políticas públicas brasileiras com foco na promoção da saúde no contexto escolar. (BRASIL, 2007). A promoção da saúde com base na Carta de Ottawa, documento canadense instituído em 1986, é conceituada “como o processo de capacitação de indivíduos e coletivos para atuarem na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle desse processo” (WHO, 1986). Este conceito vai de encontro a um dos objetivos do PSE que é o de proporcionar a formação de sujeitos sociais com capacidade para a crítica e a construção de saberes com foco na mudança de hábitos e adoção de estilos de vida saudáveis. A Educação Infantil, para Monção (2017), possui a finalidade de favorecer o desenvolvimento integral da criança, também é uma fase escolar que necessita de muita atenção por parte dos profissionais que atuam com esta faixa etária (tanto professores quanto profissionais de saúde vinculados ao PSE). **Objetivo:** Elucidar por meio de uma revisão bibliográfica, de que modo a promoção de saúde vem sendo realizada por meio do PSE nas escolas de Educação Infantil. Desta forma buscar-se-á exemplos de integração entre a Educação e a Saúde neste espaço de educação e cuidado que é a Educação Infantil. **Metodologia:** A metodologia utilizada para este trabalho foi uma revisão da literatura sobre a temática realizada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) em busca de teses e dissertações que traziam experiências e métodos utilizados pelos atores do PSE no tocante ao tema escolhido para esta pesquisa. Utilizou-se os seguintes descritores para a busca: Promoção da Saúde, Educação Infantil e Programa Saúde na Escola, que foram combinados entre si para a busca. **Resultados:** Após a realização da busca com os descritores acima mencionados, realizou-se a leitura flutuante dos títulos e resumos encontrados chegou-se a duas dissertações de mestrado que trazem percepções de profissionais de educação quanto a práticas de promoção da saúde na educação infantil, porém ambos os estudos apenas citam o Programa Saúde na Escola, não trazendo ações realizadas no âmbito do

⁹ Especialista em Saúde- Mestranda em Educação pelo Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Educação- PPGEDU/URI. Email: a088866@uri.edu.br

¹⁰ Enfermeira. Doutora em Enfermagem pelo Programa de Pós-graduação em Enfermagem, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGENF/UFRGS). Professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Educação, da URI/FW(PPGEDU). Pós-doutora em Educação - PPGEDU/URI. E-mail: maires@uri.edu.br

programa. A dissertação intitulada Avaliação das Ações de Promoção de Saúde na Educação Infantil (SOUSA, 2021) foi realizada em Fortaleza, no âmbito de um programa de Mestrado em Saúde Coletiva e objetivou avaliar as contribuições da escola para a promoção da saúde no contexto da Educação Infantil. O estudo foi desenvolvido por meio de entrevistas semiestruturadas com profissionais atuantes na Educação Infantil e mães de educandos dessa faixa etária. Com base nos achados, Sousa (2021) evidenciou que é recorrente, no cotidiano da Educação Infantil, o diálogo com os pais e responsáveis, para consolidar as aprendizagens, e para que haja uma ambiência favorável à mudança de comportamento no seio familiar, portanto a docência na Educação Infantil compreende o contato não somente com crianças mas com toda a comunidade, além disso, verificou-se que os profissionais estão focados na percepção de saúde assistencialista. Bem como referiram a falta de conhecimento para atender as crianças em alguma emergência, por exemplo, remetendo à um promover saúde com foco na doença. Tais achados não refletem o conceito de promoção da saúde que é definido por JACOB, et al. (2019) como um conjunto de estratégias e formas de produzir saúde, no âmbito individual e coletivo, caracterizando-se pela articulação e cooperação intra e intersetorial, a qual busca articular ações com as demais redes de proteção social, com participação e controle social. Portanto a promoção de saúde não necessariamente precisa ser realizada por um profissional de saúde, toda a rede de atenção (que envolve todos os entes na sociedade que trabalham com o público em questão-crianças na Educação Infantil, incluindo desta forma a Educação) está apta a trabalhar ações que enfoquem na qualidade de vida e hábitos saudáveis. Também citado por Sousa (2021), o fato de que o cuidado na Educação Infantil é compartilhado entre os docentes e as famílias das crianças, através da construção e manutenção de uma rede de atenção social local, favorecendo a aprendizagem e incluindo a comunidade neste processo. Os profissionais entrevistados citaram a preocupação com o ensino de práticas de higiene pessoal e oferta de alimentação saudável pela creche. Fato que também foi citado pelas mães entrevistadas. Para o autor os resultados da pesquisa mostraram algumas inadequações com relação ao conceito de promoção de saúde, por outro lado, evidenciou que o trabalho dos docentes na educação em saúde favorece a aprendizagem de hábitos mais saudáveis por parte das crianças. No que cabe ao Programa Saúde na Escola, o Souza (2021) traz que o programa possui inconsistências intersetoriais, desta forma, a educação em saúde realizada pela creche estudada parte de atuação autônoma da instituição na qual as professoras seguem as exigências legais que a função de docente do serviço público exige, concentrando-se em suas atribuições pautadas na concepção da criança como sujeito de direitos. A dissertação de Salgado (2016), intitulada Crenças e Práticas Docentes quanto à Promoção e Prevenção em Saúde na Educação Infantil, em Santarém-Pará foi realizada no âmbito de um programa de mestrado em Educação e teve por objetivo investigar as crenças e as práticas docentes sobre promoção e prevenção em saúde na Educação Infantil, a partir do relato de professores pertencentes à rede municipal em Santarém, Pará. A autora identificou crenças relativas aos determinantes do

processo saúde-doença, os papéis da escola, da família e de profissionais de saúde na prevenção e promoção da saúde e crenças relacionadas à prevenção e promoção mediante práticas de higiene. Também foram evidenciadas práticas pedagógicas de promoção e prevenção em saúde, práticas de higiene como forma de promoção da saúde na escola, ações da escola e da família para promover saúde e a descrição da rotina diária na creche. Chama-se atenção para os resultados relacionando a promoção de saúde à aprendizagem de práticas de higiene e também à atribuição por parte de alguns professores, para a família, do papel de realizar educação em saúde. Esses resultados remetem novamente à uma percepção de promoção de saúde com foco no assistencialismo e em gerar um certo “produto” do processo de aprendizagem e não em uma aprendizagem em saúde tornando os alunos protagonistas de seu processo. O trabalho também evidenciou as ações de promoção à saúde no Projeto Político Pedagógico(PPP) para a Educação Infantil de Santarém dentre as estratégias como incentivo às práticas de escovar dentes, lavar as mãos, pentear os cabelos e outras atividades ou cuidados higiênicos que devemos ter com o corpo assim como o estímulo à alimentação saudável. Já em relação ao PSE foi evidenciado que por meio deste ocorrem as avaliações em saúde das crianças (situação vacinal, acuidade visual e auditiva e avaliação odontológica), desta forma mostrando que também neste cenário o programa é muito subutilizado em seu potencial de promoção de saúde, tendo seu funcionamento somente para realização de avaliações onde os alunos são receptores de uma ação e não aprendem desde essa tenra idade a sua responsabilidade e potencialidade no próprio cuidado em saúde. **Conclusão:** A Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada. Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo (BNCC, 2018). E é nesta etapa de grandes descobertas que a promoção de saúde já deve ser incorporada ao dia a dia da criança na creche. Conforme exemplificado nos trabalhos descritos, ainda é muito vinculada a promoção de saúde somente ao ensino de hábitos de higiene e alimentação saudável, porém pode-se realizar muito mais ações com este público permitindo desta forma uma aprendizagem em saúde que os torne protagonistas de sua saúde. Cabe citar também a importância da vinculação com a família nesta construção. O Programa Saúde na Escola, apesar de não ser citado como protagonista nos trabalhos encontrados, pode e deve ser realizado nas escolas de Educação Infantil, pois é um importante programa de construção de hábitos saudáveis e possui uma grande potência se bem trabalhado com esta faixa etária. Uma das hipóteses para a baixa produção, exemplificada na procura pelos trabalhos utilizando a combinação dos descritores utilizados neste trabalho pode ser a dificuldade de realizar ações intersetoriais com este público, devido a necessidade de maior ludicidade e dedicação para se pensar ações envolvendo os profissionais de saúde e educação neste contexto. Considerando ainda a dificuldade com recursos

humanos e tempo disponível nas equipes, opta-se por realizar ações em faixas etárias maiores, deixando assim de trabalhar com esta faixa etária em um momento de sua vida tão importante para o desenvolvimento e para a criação de hábitos saudáveis.

Palavras-chave: Educação Infantil. promoção da saúde. Programa Saúde na Escola.

Referências:

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular-Educação é a base.** Brasília-DF, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 20 mai. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto N° 6.286, de 5 de dezembro de 2007.** Brasília-DF, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.html.

MONÇÃO, M. A. G. **Cenas do cotidiano na educação infantil: desafios da integração entre cuidado e educação.** Educ.Pesqui., v.43, n.1, p.161-176, 2017.

SALGADO, A. L. A. **Crenças e Práticas Docentes quanto à Promoção e Prevenção em Saúde na Educação Infantil, em Santarém-Pará.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Oeste do Pará, 2016.

SOUSA, O. M. M. **Avaliação das ações de promoção de saúde na educação infantil.** Dissertação (Mestrado). Universidade de Fortaleza, p. 143. 2021.

WHO. **Health promotion glossary.** 1998. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/WHO-HPR-HEP-98.1> Acesso em: 13 mai. 2024.

ABORDAGENS SOBRE METODOLOGIAS INOVADORAS PARA O ENSINO EM PSICOLOGIA: UM OLHAR PARA AS TECNOLOGIAS DIGITAIS

Michele Fröhlich Marquette¹¹
Elisabete Cerutti¹²

Eixo Temático: Temas Diversos em Educação

Resumo:

A pesquisa em educação desempenha um papel fundamental no avanço do conhecimento e na melhoria das práticas educacionais. No contexto das ciências humanas e sociais, a pesquisa educacional busca compreender os fenômenos relacionados ao processo de ensino e aprendizagem, bem como suas implicações para a sociedade e para o desenvolvimento humano. Ela busca identificar, analisar e propor soluções para os desafios educacionais, contribuindo para a formação de profissionais capacitados e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas eficazes. A investigação em educação envolve uma variedade de métodos e abordagens, que permitem explorar tanto os aspectos teóricos quanto práticos do ensino. De acordo com Chizzotti (2006), a pesquisa em ciências humanas e sociais tem como objetivo principal compreender os fenômenos sociais e humanos por meio da análise e interpretação de dados, utilizando métodos específicos para coleta e análise de informações. Nesse sentido, a pesquisa educacional se concentra em investigar questões relacionadas ao contexto escolar, às práticas pedagógicas, ao desenvolvimento curricular, entre outros aspectos relevantes para a educação. O projeto de pesquisa intitulado "Abordagens sobre Metodologias Inovadoras para o Ensino em Psicologia: Um Olhar Para as Tecnologias Digitais" visa compreender e avaliar como práticas inovadoras no ensino de Psicologia contribuem para uma formação mais eficaz dos futuros profissionais. O foco é nos métodos pedagógicos e no uso de tecnologias digitais, reconhecendo a importância crescente dessas áreas no ensino contemporâneo. Dentro desse contexto, o uso de tecnologias digitais na educação tem ganhado destaque como uma ferramenta poderosa para inovar e potencializar o processo de aprendizagem. As

¹¹ Psicóloga, Gestora de Recursos Humanos da Concessionária Jorge Santos, Professora do Curso de Psicologia do Centro Universitário da Região da Campanha – URCAMP. Especialista em Psicologia Organizacional pela FADERGS e Gestão do Comportamento e da Interatividade nas Organizações pela UNICESUMAR. Mestranda em Educação PPGEDU pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI/FW. michelemarquette@urcamp.edu.br

¹² Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Mestre pela Universidade Federal de Pelotas. Membro do Conselho do Câmpus e do Conselho Universitário da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões – Campus FW e Professora titular desta, atuando na Graduação e no Programa de Pós Graduação em Educação – PPGEDU. Membro dos Grupos de Pesquisas: ARGOS/ PUC – RS. Atua como Diretora Geral da URI - Campus Frederico Westphalen. beticerutti@uri.edu.br

tecnologias digitais incluem uma ampla gama de recursos, como plataformas de aprendizagem online, aplicativos educativos, realidade virtual e aumentada, entre outros. Estas ferramentas não apenas facilitam o acesso à informação, mas também promovem a interatividade, personalização e engajamento dos alunos, tornando o aprendizado mais dinâmico e eficaz. Marques (2002) ressalta que a escrita é uma ferramenta essencial no processo de pesquisa, pois permite organizar e comunicar os resultados obtidos de forma clara e precisa. Assim, a pesquisa educacional não se limita apenas à coleta e análise de dados, mas também à produção de conhecimento por meio da escrita acadêmica. A Psicologia é uma disciplina vasta e diversificada e seu ensino requer uma abordagem flexível e dinâmica que leve em consideração a diversidade de subcampos e abordagens teóricas. À medida que as tecnologias digitais continuam a transformar nossa sociedade e a forma como acessamos e compartilhamos informações, é imperativo que a educação em Psicologia esteja alinhada com essas mudanças para atender às expectativas dos alunos e às demandas de um mundo em constante evolução. O desafio da educação em Psicologia é ampliado devido à sua diversidade intrínseca e à necessidade de manter-se atualizado em um ambiente educacional que está constantemente se transformando, principalmente devido ao advento das tecnologias digitais. Portanto, esta pesquisa tem como objetivo identificar as práticas inovadoras que estão moldando o Ensino de Psicologia, compreender como essas práticas aprimoram a qualidade da formação dos alunos e explorar maneiras pelas quais essas abordagens inovadoras podem ser aplicadas de forma ampla e relevante no contexto do Ensino Superior. O objetivo geral é analisar as abordagens didáticas inovadoras adotadas para o Ensino em Psicologia, visando compreender como elas contribuem para uma aprendizagem mais eficaz, com um foco especial nos métodos pedagógicos e no uso de tecnologias digitais. Os objetivos específicos: Compreender o conceito de inovação pedagógica no contexto do Ensino de Psicologia; Verificar como as abordagens educativas para o Ensino de Psicologia estão atreladas ao aprendizado mais eficaz com o uso de tecnologias digitais e investigar quais metodologias podem ser aplicadas para melhorar o ensino de Psicologia em Instituições de Ensino Superior. A condução deste estudo demanda uma abordagem metodológica cuidadosamente delineada, voltada para uma análise aprofundada das práticas inovadoras no ensino de Psicologia. Neste contexto, as técnicas e estratégias metodológicas descritas por Fontana (2018) em sua obra "Técnicas de Pesquisa", inserida na coletânea organizada por Mazucato (2018) intitulada "Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico", fornecem um arcabouço sólido para nossa investigação. O ponto de partida para nossa investigação é a seleção criteriosa dos cursos de Psicologia de Universidades do Rio Grande do Sul que se destacaram com as mais altas notas no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) nos últimos dois ciclos. A análise detalhada dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) dessas instituições nos proporcionará insights valiosos sobre as estratégias de ensino adotadas, as metodologias empregadas e a integração das tecnologias digitais ao currículo. A partir da identificação e classificação das práticas inovadoras presentes nos PPCs, almejamos discernir as

características distintivas que definem a inovação no ensino de Psicologia. Aspectos como a promoção da aprendizagem ativa, o uso eficiente das tecnologias digitais e a diversidade de abordagens teóricas e práticas serão cuidadosamente considerados. Inicialmente, serão selecionados os cursos de Psicologia de Universidades do Rio Grande do Sul que obtiveram as notas mais altas no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) nos últimos dois ciclos. Essa seleção será baseada nos dados disponíveis nos relatórios do ENADE e nas informações públicas dos cursos. Será realizada uma análise detalhada dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) dos cursos de Psicologia selecionados. Os PPCs são documentos que apresentam a estrutura curricular, as ementas das disciplinas, as metodologias de ensino, os objetivos do curso, entre outras informações relevantes. A partir da análise dos PPCs, serão identificadas as práticas direcionadas ao Ensino de Psicologia, com foco em métodos pedagógicos e na integração de tecnologias digitais como ferramentas educacionais. Serão observadas as estratégias de ensino que promovem a aprendizagem ativa e a utilização eficiente das tecnologias digitais. As práticas inovadoras identificadas serão classificadas e categorizadas de acordo com suas características distintivas. Serão considerados aspectos como o uso de tecnologias digitais, a promoção da aprendizagem ativa, a diversidade de teorias e aplicações abordadas, entre outros. Os resultados da análise serão sistematizados em um relatório que descreverá as práticas inovadoras encontradas nos PPCs dos cursos de Psicologia das universidades do Rio Grande do Sul com as notas mais altas no ENADE nos dois últimos ciclos. Esse relatório incluirá uma discussão sobre como essas práticas podem potencializar a eficácia do ato docente e contribuir para a qualidade do ensino de Psicologia. Por fim, serão discutidas as implicações dos resultados encontrados e sua relevância para o campo da educação em Psicologia. Serão destacados os benefícios tangíveis para alunos, educadores e para o sistema educacional como um todo. Além disso, serão apontadas possíveis direções para futuras pesquisas e ações que possam promover a implementação de práticas inovadoras em outras instituições de ensino superior. Os resultados desta pesquisa têm o potencial de contribuir significativamente para o campo da educação em Psicologia. Compreender as práticas inovadoras e sua aplicação eficaz beneficiará os alunos, proporcionando-lhes uma formação mais sólida e relevante, e capacitará os educadores a aprimorar suas abordagens de ensino. Além disso, os resultados podem influenciar políticas educacionais, promovendo a adoção de práticas pedagógicas inovadoras em nível institucional. A inovação no Ensino de Psicologia não só impacta o desenvolvimento dos futuros psicólogos, mas também contribui para uma educação superior mais dinâmica, envolvente e adaptada às demandas de uma sociedade em constante mudança. Esta pesquisa é fundamental para o avanço dos métodos de Ensino em Psicologia, contribuindo para a formação de profissionais altamente capacitados e adaptáveis em um contexto cada vez mais tecnológico e complexo.

Palavras-chave: Inovação pedagógica. Tecnologias digitais. Ensino de

Psicologia.

REFERÊNCIAS

BRANSFORD, John D.; BROWN, Ann L.; COCKING, Rodney R. **Como as Pessoas Aprendem: Cérebro, Mente, Experiência e Escola**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

DEBALD, BLASIU. **Metodologias Ativas No Ensino Superior**. São Paulo. Editora: Pensogrupoa, 2020.

CHRISTENSEN, C. M.; EYRING, Henry J.; **A Universidade Inovadora: Mudando o DNado Ensino Superior de Fora para Dentro**. Porto Alegre. Editora Bookman, 2013.

DELEUZE, G. (1992). **Conversações**. Rio de Janeiro, RJ: Editora 34.

FOUCAULT, M. (1987). **Vigiar e punir: Nascimento da prisão** (R. Ramalhe, Trad.).Petrópolis: Vozes.

FONTANA, F. Técnicas de pesquisa. In: MAZUCATO, T. (org.). **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Penápolis, SP: FUNEPE, 2018. p. 66.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo:Paz e Terra, 1996.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, A. M. **Estado do Conhecimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

MOROSINI M.C.; FERNANDES,C.M.B. **O Estado do Conhecimento: Conceitos, finalidades e interlocuções**. Revista Educação por Escrito, Porto Alegre, V.5, n.2, p.154-164,jul – dez 2014.

VIGOTSKI, L. S. (2000). **Manuscrito de 1929**. Educação & Sociedade,21(71),21-44. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302000000200002>.

VIGOTSKI, L. S. (2001). **A construção do Pensamento e da Linguagem** São Paulo: MartinsFontes. (Trabalho original publicado em 1934).

HYPOLITO, Á. M.;Grishcke, P. E. (2013). **Trabalho imaterial e trabalho docente**. *Educação*, 38(3), 507-522. doi: 10.5902/198464448998

LEMOES, F. C. S. (2009). **Educação a distância na sociedade de controle**. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 9(3), 664-678.

PENTEADO, R. Z.; COSTA B. C. G. (2021). **Trabalho docente com videoaulas**

em EAD: dificuldades de professores e desafios para a formação e a profissão docente. *Educação em Revista*, (37), 1-12. doi: 10.1590/0102-4698236284

Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. (2018). **Resolução nº 597 Aprova o Parecer Técnico nº 346/2018, que dispõe sobre as recomendações do Conselho Nacional de Saúde à proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Psicologia.** Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/219922554/dou-secao-1-30-11-2018-pg-199>>. Acesso em 24 de julho de 2020.

ERIKSON, E. (1971). **As oito idades do homem.** In: Infância e sociedade (pp. 227-253). Rio de Janeiro: Zahar.

FREIRE, P. (2011). **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

UFCSPA. Pró-Reitoria de Graduação. (2015). **Regulamento do Programa de Iniciação à Docência (PID)** Disponível em: Disponível em: <https://bit.ly/3iVRL53>. Acesso em 10 de agosto de 2020.

CARBONELL, J. **A aventura de inovar: a mudança na escola.** Porto Alegre: Artmed, 2002. LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. (1986). **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU.

CHIZZOTTI, A. (2006). **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. (2002). **Metodologia Científica.** São Paulo: Pearson.

FONTANA, F. (2018). **Técnicas de pesquisa.** In: MAZUCATO, T. (org.). Metodologia da pesquisa e do trabalho científico. Penápolis, SP: FUNEPE.

FONTES CONSULTADAS

MALDONADO, Lucilene. **Formação Docente: do debate da inovação às mudanças paradigmáticas no contexto dos Paradigmas Educacionais vigentes.** Porto Alegre. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. PPGEDU. 2020. Dissertação disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9727521

GOMES, Lucélia Maria Lima Da Silva. **Psicologia, Assistência Estudantil e Ensino Superior.** Alagoas. Universidade Federal de Alagoas – PPGP. 2020. Dissertação disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9515594
GARCIA, Wallisten P.; PAN, Miriam Aparecida G. de S.; **Vivência Acadêmica,**

Formação Universitária, Desenvolvimento Humano: Contribuições de Vygotsky ao Ensino Superior. Curitiba. Pontifícia Universidade Católica do Paraná; Universidade Federal do Paraná. Artigo disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392023-248475>

SARDI, Rafaela G.; CARVALHO, Paulo R. de; **Docência na Educação à Distância: Processos de Subjetivação.** Londrina. Universidade Estadual de Londrina; Artigo disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392022230431>

SCHNEIDER, Karoline L.; STUMM, Euge H.; ROCHA, Roberta Z. da.; LEVANDOWSKI, Daniela C.; **Práticas Inovadoras no Ensino da Psicologia do Desenvolvimento.** Porto Alegre. Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. Artigo disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392023-242419>

REFORMAS CURRICULARES NO ENSINO MÉDIO: IMPACTOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS HUMANAS

Fernando Frank¹³

Luci Teresinha Marchiori dos Santos Bernardi¹⁴

Eixo Temático: Temas Diversos em Educação

INTRODUÇÃO

A evolução do conhecimento humano é uma constante na história da humanidade, marcada pela capacidade de assimilar, aperfeiçoar e transmitir saberes adquiridos por meio de experiências cotidianas. A revolução agrícola é um exemplo emblemático dessa capacidade, pois ao dominar o ciclo de vida dos vegetais e seu cultivo, o homem passou a ter maior controle sobre sua sobrevivência. Dessa forma, a humanidade construiu uma base de conhecimentos que serve de fundamento para novas descobertas e invenções.

O conceito de 'Estado do Conhecimento' refere-se à busca e análise do que já foi descoberto sobre determinado tema de pesquisa. Trata-se de um levantamento de trabalhos acadêmicos e científicos existentes que são relevantes para a área de estudo proposta. Segundo Morosini e Fernandes (2014, p. 158), o Estado do Conhecimento permite uma visão ampla e atual das pesquisas relacionadas ao objeto de investigação, funcionando como um estudo base para futuros passos na pesquisa. Ele mapeia descobertas já feitas e identifica lacunas que precisam ser preenchidas por pesquisas futuras, servindo como uma bússola que orienta os pesquisadores.

No contexto acadêmico, o Estado do Conhecimento é essencial para o desenvolvimento de dissertações, teses e outros trabalhos científicos, garantindo que a pesquisa se baseie em um conhecimento acumulado sólido, permitindo novas descobertas de maneira eficiente e profunda. Morosini e Fernandes (2014, p. 155) destacam que o Estado do Conhecimento é “a identificação, registro e categorização que levam à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica”. Essa definição ressalta a importância do Estado do Conhecimento para promover a originalidade e a contribuição significativa para o campo de estudo.

Este trabalho tem como tema central as reformas curriculares no Ensino Médio brasileiro e seus impactos na formação de professores de Ciências Humanas. As recentes mudanças na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e outras

¹³ Mestrando em Educação. Licenciado em História, Sociologia e Geografia. Professor na rede pública estadual de Santa Catarina. E-mail: fernandopms@gmail.com.

¹⁴ Doutora em Educação Científica e Tecnológica e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). E-mail: lucisantosbernardi@gmail.com.

políticas educacionais têm transformado a estrutura e o conteúdo do ensino, exigindo adaptações significativas dos educadores. Esta pesquisa busca explorar como essas reformas afetam o desenvolvimento profissional dos professores e a qualidade do ensino nas áreas de História, Sociologia e Geografia.

OBJETIVOS

O objetivo do Estado do Conhecimento é mapear e analisar a produção acadêmica existente sobre as reformas curriculares no Ensino Médio brasileiro e seus impactos na formação de professores de Ciências Humanas. Este levantamento visa identificar as principais tendências, lacunas e desafios nas pesquisas sobre o tema, fornecendo uma base sólida para futuras investigações. Busca-se identificar e categorizar os estudos existentes, analisar as metodologias utilizadas, examinando sua adequação e contribuição para o campo, e avaliar as principais conclusões e recomendações dos estudos, destacando pontos de convergência e divergência. Além disso, pretende-se identificar lacunas e áreas que necessitam de maior atenção e investigação futura, fornecendo uma síntese crítica que contribua para a compreensão e o avanço do conhecimento sobre o impacto das reformas curriculares na formação docente.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa para levantar o Estado do Conhecimento sobre as reformas curriculares no Ensino Médio brasileiro e seus impactos na formação de professores de Ciências Humanas envolveu várias etapas detalhadas. Para iniciar a pesquisa, recorri ao repositório de Teses e Dissertações da CAPES entre os dias 20/01/2024 e 01/02/2024. Este repositório foi escolhido pela sua abrangência e relevância em trabalhos acadêmicos na área de educação.

A busca foi realizada utilizando o critério 'reforma curricular AND formação professor AND ensino médio', aplicando o operador booleano "AND". Este operador é fundamental para recuperar todos os termos da busca, mesmo que estejam descritos de forma descontínua no título do trabalho. A busca inicial resultou em 164 trabalhos localizados. Esta seleção inicial incluiu uma ampla gama de estudos para garantir que nenhuma pesquisa relevante fosse excluída. Os 164 trabalhos foram refinados para considerar a área do conhecimento e focar especificamente na formação continuada dos professores e nas mudanças curriculares no Ensino Médio. Este refinamento resultou em 73 trabalhos relacionados diretamente com o tema proposto. Foram estabelecidos cinco critérios principais para a seleção final dos trabalhos: relevância temática, foco na reforma curricular do Ensino Médio, foco na formação de professores, contexto educacional brasileiro e abordagem pedagógica e curricular.

Os 73 trabalhos foram analisados individualmente, inicialmente pelos títulos e posteriormente pelos resumos. Esta análise aprofundada visou identificar quais trabalhos seriam mais relevantes para o aprofundamento da pesquisa. A seleção

final resultou em 12 trabalhos diretamente relacionados ao tema "Reformas Curriculares no Ensino Médio: Impactos na Formação de Professores de Ciências Humanas". Estes trabalhos foram escolhidos por sua relevância e contribuição significativa para a compreensão do tema.

Os estudos selecionados apresentam uma diversidade metodológica, refletindo a complexidade do campo educacional. Incluem análises de políticas específicas, estudos focados em disciplinas particulares e investigações sobre percepções de estudantes e professores. Esta diversidade metodológica sugere uma ampla base de dados para compreender as nuances das reformas curriculares. Os cuidados éticos foram observados ao longo da pesquisa, garantindo a integridade e a confiabilidade dos dados analisados.

RESULTADOS

Os principais resultados destacam a diversidade metodológica e de perspectivas dos trabalhos analisados, refletindo a complexidade do campo educacional. As perspectivas incluem análises de políticas específicas, como a BNCC, estudos focados em disciplinas específicas, como Sociologia e Biologia, e investigações sobre percepções de estudantes e professores. Alguns desses estudos analisam como as reformas curriculares afetam as práticas pedagógicas, exigindo adaptações curriculares e metodológicas dos professores.

A formação continuada é vista como essencial para a adaptação dos professores às novas demandas curriculares. Há uma ênfase na necessidade de políticas de desenvolvimento profissional que estejam alinhadas com as realidades locais e específicas de cada área do conhecimento. A inclusão de trabalhos que exploram as percepções de estudantes e professores adiciona uma dimensão crucial à análise, permitindo avaliar a eficácia prática das reformas. Essas percepções ajudam a identificar desafios e oportunidades para a implementação de políticas educacionais.

Alguns estudos exploram a relação entre as reformas curriculares e o contexto sociopolítico, como as influências do neoliberalismo na educação. Isso ajuda a entender as reformas dentro de um contexto mais amplo de mudanças globais na economia, no trabalho e na sociedade. A seleção de trabalhos específicos para uma análise mais profunda foi baseada em critérios de relevância temática, foco na reforma curricular do Ensino Médio, foco na formação de professores, contexto educacional brasileiro e abordagem pedagógica e curricular. Esses resultados fornecem uma base mais robusta para compreender as dinâmicas envolvidas nas reformas curriculares e seus reflexos na formação de professores de Ciências Humanas. Eles também destacam a importância de uma formação docente contínua e alinhada com as novas demandas educacionais, promovendo uma educação crítica e reflexiva.

CONCLUSÃO

O Estado do Conhecimento sobre as Reformas Curriculares no Ensino Médio, com ênfase na formação de professores de Ciências Humanas, é uma

contribuição de grande importância para a pesquisa de mestrado. Ao traçar um panorama abrangente das principais discussões, desafios e oportunidades associados às reformas curriculares, este trabalho enriquece a compreensão teórica e empírica sobre o tema e oferece orientações preciosas para o desenvolvimento de práticas educativas sintonizadas com as exigências da sociedade contemporânea. A relevância desse trabalho transcende o ambiente acadêmico, contribuindo para a formulação de políticas educacionais mais eficazes e para a construção de uma educação que esteja à altura das necessidades e anseios dos alunos do século XXI.

REFERÊNCIAS

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. **Estado do Conhecimento**: conceitos, finalidades e interlocuções. Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154- 164, jul.-dez. 2014.

Palavras-chave: Formação de professores, Reforma Curricular, Ensino Médio, Estado do Conhecimento.

ANÁLISES E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL COM BASE NO PNE (2014-2024)

Nádia Maria Ferronato Bernardi¹⁵
Claudionei Vicente Cassol¹⁶

Eixo Temático: Políticas Públicas e Educação

Introdução

A proposta deste texto é analisar as políticas educacionais com foco na educação infantil primeira etapa da educação básica, na perspectiva de que é uma etapa fundamental para a formação do ser humano. Destacamos a centralidade de dois elementos: cuidar e educar e formação integral de cunho científico e humanista que precisam estar imbricados. Assumimos como base teórica, a epistemologia moriniana que, em nossa compreensão, sabiamente escreve que “A educação do futuro deverá ser o ensino primeiro e universal, centrado na condição humana. [...] reconhecer-se em sua humanidade comum e ao mesmo tempo reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo que é humano” (Edgar Morin, 2001, p. 47). Com base nessa perspectiva teórica, sentimos que constantemente precisamos refletir acerca da formação humana e perguntar como a estamos construindo em nossas escolas? Qual a contribuição das políticas educacionais vigentes para a formação das crianças brasileiras? Neste momento abordamos o que está assegurado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira – LDBEN - 9.394/96, e algumas alterações dadas pela Lei nº 12.796/2013, nas quais consta o dever do Estado com a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade. Para a educação infantil a lei estabelece que deve ser gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade. No Art. 29 verificamos o que estabelece a Lei: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. (Brasil, 2013). O integral precisa ser compreendido no sentido de observar as múltiplas dimensões de ser criança, com respeito às individualidades e subjetividades e com atenção às diferentes vozes do espaço educacional. O estudo em tela é bibliográfico e documental, ao compreender por documento, a legislação que sustenta o debate. Entre as políticas educacionais estão a LDBEN 9.394/96 e suas alterações, o Plano Nacional de

¹⁵ Mestra e Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (PPGEDU/URI) Frederico Westphalen-RS. Professora da Rede Estadual de Santa Catarina e da Rede Municipal Barra Bonita-SC, Brasil. Bolsista CAPES modalidade II. nadiabernardi@hotmail.com.

¹⁶ Professor no PPGEDU/URI, Integrante e Coordenador do Grupo Biosofia (Pesquisas e Estudos em Filosofia), URI-FW; Integrante do NEPPES (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas e Processos de Educação Superior); Integrante da RICET (Rede Internacional das Cidades que Educam e Transformam); Integrante da RedYala. cassol@uri.edu.br.

Educação - PNE (2014-2024) - com recorte na meta 1 e suas estratégias. Também observa o relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação 2022, especificamente porque no referido relatório ocorre a avaliação da meta 1. A escolha destes documentos deve-se pela relevância para educação, bem como, para termos um panorama dos resultados da implementação da meta 1 do PNE divulgados no relatório.

Ressaltamos que serão desenvolvidas somente breves reflexões neste estudo, com o objetivo de compreender e apresentar avanços e limitações que a educação infantil, ofertada em creches e pré-escola, obtiveram a partir do Plano Nacional de Educação (2014-2024). Nesse sentido, tensionamos a abrangência e as (im)possibilidades de efetivação da “Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE”. (Brasil, 2014).

Fazemos uma análise da importância desta política educacional para a infância, na perspectiva de que o exposto provoque debate para além da garantia de oferta na educação infantil e que a união, juntamente com os demais entes federados - estados e municípios - assumam seu compromisso de gestão para assegurar educação pública de qualidade para todos e todas.

Breve olhar: meta 1 PNE (2014-2024) - 4º relatório de monitoramento do PNE 2022 e a importância de políticas educacionais para a infância

O contexto atual evidencia, o quanto a educação pública está sendo cercada por diferentes grupos e setores privados. Ao voltar nosso olhar para os escritos de Giroux (2023, p. 225) podemos compreender melhor esse processo: “A escola pública está sitiada junto com os valores e relações sociais que dão sentido viável ao bem comum, à justiça econômica e à própria democracia”. Contudo, é significativo mencionar que temos diferentes resistências ativas na defesa e afirmação da importância da escola pública de qualidade, no esforço da construção de políticas, ações e programas que garantam o Estado democrático com ampla participação social.

Nesse sentido, temos o Plano Nacional de Educação (2014-2024), que é um grande marco em termos de política educacional brasileira, pois foi construído com a participação de diferentes segmentos sociais, a partir dos movimentos realizados nas conferências de educação, realizadas nos âmbitos municipais, estaduais e nacional. Todavia, muito do que foi aprovado em 2014 no início da vigência do plano nacional, ficou pelo caminho. Percebe-se isto porque estamos chegando ao final de seu período de vigência e os dados apontam o tímido avanço nas metas e estratégias. Cabe mencionar que, no Brasil, temos dificuldades para as políticas públicas serem, efetivamente, de Estado e não de governo. Reflexos disso são as discontinuidades nas ações, as rupturas em programas e os morosos avanços, principalmente, nas políticas de abrangência social, dentre elas as relacionadas à saúde e educação, que nas justificativas de controle dos gastos são as primeiras que sofrem cortes orçamentários.

Em relação à meta 1 do PNE, olhando para o relatório de monitoramento e avaliação do PNE, verificamos na introdução do documento, ao tratar do acesso da educação básica, que “[...] sofre um sobressalto entre os anos de 2020 e 2021 – reflexo da crise causada pela pandemia de covid-19”. (Brasil, 2022, p.13). Nestes termos o documento aponta que “na educação infantil, os efeitos da pandemia podem ser ainda mais significativos; contudo, os dados para a população de 0 a 4 anos não foram coletados pelo IBGE nos anos de 2020- 2021”. (Brasil, 2022,p.13). No referido documento, outro alerta ocorre em relação aos dados do “indicador de desigualdade de acesso à creche entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos da população de 0 a 3 anos [que] chega em 2019, a 27,3 p.p., muito acima, portanto, do que estabelece a Estratégia 1.2 do PNE (10,0 p.p.)”. (Brasil, 2022, p.13).

Para compreender estes dados buscamos a estratégia 1.2 da meta 1 do PNE (2014-2024) na íntegra: “1.2) garantir que, ao final da vigência deste PNE, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo; (Brasil, 2014, n.p).

Observando o dado apresentado fica evidente o quanto é necessário avançar para garantir as vagas e a frequência na creche para as crianças oriundas das famílias mais pobres. Essa desigualdade nos parece ser fruto de um país que ainda não conseguiu garantir a todas e todos direitos e condições equitativas de acesso, permanência e aprendizados. Miguel Arroyo no livro “Vidas re-existent: reafirmando sua outra humanidade na história” (2023), chama atenção: “Coletivos de educadoras, educadores reconhecem a diversidade de processos educativos que chegam com a diversidade de educandos; outras vidas, com outros corpos resistentes, com outras vozes, outras ações coletivas afirmativas de outras pedagogias” (Arroyo, 2023, p. 11). O poder público, as políticas públicas, enquanto promotores de espaço público e da efetividade dos programas, precisa garantir que todos/as tenham possibilidade de estar na escola na etapa da creche – e em qualquer outra etapa – na qual o ensino não é obrigatório. Porque ainda nos deparamos com inúmeras situações nas quais as famílias não conseguem vaga, ou a vaga é distante da residência e a família não tem como levar e buscar a criança.

Retomamos novamente o relatório do PNE, que prevê: “Para se atingir a Meta 1 do Plano, é necessária a inclusão de cerca de 1,4 milhão de crianças de 0 a 3 anos em creches e de cerca de 300 mil crianças de 4 a 5 anos na pré-escola”. (Brasil, 2022, p.13). É pertinente mencionar que para avançar no cumprimento do estabelecido deve haver financiamento público e parcerias entre os entes federados, retomada de programas como o Proinfância criado em 2007

- que garante a transferência de recursos para a construção de escolas de educação infantil -, além de ampliar investimentos na melhoria e aquisição de mobiliários, no transporte escolar, na formação docente e na qualificação de espaços pedagógicos.

Ao olharmos para as conclusões referentes à meta 1, demonstradas no relatório de monitoramento do 4º ciclo do PNE, temos dados significativos, que

abordamos, ainda que brevemente, para despertar análises, reflexões e motivar debates: “O Brasil tem apresentado progressos em relação à cobertura da educação infantil para crianças de 0 a 3 anos e de 4 a 5 anos de idade, embora parte desse progresso se deva à redução da demanda em função da queda na população em idade pré-escolar no Brasil”. (Brasil, 2022, p. 54). Essa informação está vinculada com a queda do crescimento vegetativo, que é um fenômeno que também vem ocorrendo em outros países. Referente a cobertura de atendimento de crianças de 0 a 3 anos, nas unidades federativas, verificou-se que “em 2019, dois estados, pela primeira vez, alcançaram índice de cobertura de 0 a 3 anos acima da meta nacional: Santa Catarina (52,4%) São Paulo (50,7%)”. (Brasil, 2022, p.55). É um dado importante porque demonstra a diferença dentro dos estados e como a meta teve pouca evolução em 5 anos.

O relatório faz referência novamente à questão da desigualdade no atendimento e à renda familiar e “sugere a necessidade de políticas para estimular os municípios a atenderem com prioridade, em creche, as crianças do grupo de renda mais baixa, dada a maior demanda nesse grupo”. (Brasil, 2022, p. 55). Neste sentido é preciso envolvimento e trabalho das gestões municipais que têm, sob sua responsabilidade, a educação infantil, executar políticas para atender toda demanda manifesta e buscar ativamente as crianças que estão fora da escola. A garantia de vagas, de transporte, de infraestrutura, de alimentação e remuneração e a formação continuada para os/as professores/as e demais profissionais que atuam com as crianças, são ações imprescindíveis. Também é fundamental que os órgãos responsáveis façam a busca ativa no sentido de conhecer as diferentes realidades e inserir as famílias que precisam nas políticas sociais.

Considerações finais

É pertinente frisar que a educação infantil, teve significativos avanços em termos de reconhecimento como etapa da educação básica, nas legislações nacionais, entre elas a LDBEN 93.94/1996 e suas alterações ocorridas em 2013, no Plano Nacional de Educação e com o Fundo de Manutenção do Magistério e da Educação Básica - FUNDEB. Entretanto há, ainda, um longo caminho a percorrer evidenciado no estudo do relatório do 4º ciclo do monitoramento do PNE. A meta 1 no indicador “A”, universalização da pré-escola para o ano de 2016, não foi alcançada. Em relação à oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos, até o final da vigência deste PNE, o relatório apresenta que “na oferta até 2024, o Brasil não deve ultrapassar o índice de 45% de cobertura de 0 a 3 anos, ficando aquém do que estabelece a Meta 1 do PNE”.

Sabemos da importância de unidades de educação infantil para o desenvolvimento das crianças. Os esforços devem ser coletivos, para que as crianças tenham garantido espaços físicos de qualidade, professores/as qualificados/as e referenciais curriculares que priorizem a formação humana integral. Somos desafiados/as para fazer os enfrentamentos nos territórios locais para, a partir do novo PNE (2024-2036) que já está em andamento,

consigamos construir um instrumento potente de educação democrática e os planos estaduais e municipais sejam elaborados a partir do alinhamento do PNE. Não podemos deixar de destacar nosso papel enquanto cidadãos e cidadãs, frente às políticas no sentido de propor, acompanhar, fiscalizar, resistir e agir na luta pela educação.

Palavras-chave: Educação infantil. Políticas educacionais. Plano Nacional de Educação. Legislação Brasileira.

Referências bibliográficas

ARROYO, Miguel. G. **Vidas re-existent: reafirmando sua outra humanidade na história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

BRASIL, **Lei, nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 15 de mai. de 2024.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 de mai. de 2024.

BRASIL, **Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do plano nacional de educação – 2022, Brasília-DF Inep/MEC 2022**. Disponível em: https://revistaensinosuperior.com.br/wp-content/uploads/2022/07/relatorio_do_quarto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf. Acesso em 10 de mai. de 2024.

GIROUX, H. A. Em defesa da democracia: políticas culturais, movimentos sociais e resistênciacrítica. In: FIQUEIREDO, G. de O; SIQUEIRA, V. H. F. de; SILVA, A. C. da. (Org). **Educação, cultura e lutas pela democracia escritos contemporâneos sobre o maquinário neoliberal**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2023. p. 191-252.

MORIN, Edgard. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 3.ed. Brasília, DF: Cortez, 2001.

O ESPAÇO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONSTITUIÇÃO DO *LUGAR* DA PROFESSORA, O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS NACIONAIS

Mauricia Santos de Holanda Bezerra¹⁷

Eixo Temático: Temas Diversos em Educação

INTRODUÇÃO

Este resumo apresenta os resultados parciais de uma pesquisa de doutorado ainda em andamento, que tem por temática os espaços das professoras¹⁸ da Educação Infantil, tem como objetivo geral analisar os espaços (ou se há espaço para) das professoras no contexto da Educação Infantil. Para atender ao objetivo geral definido, traçamos os seguintes objetivos específicos: 1) Analisar os documentos que fundamentam os espaços da Educação Infantil, sobretudo os espaços das professoras; 2) Verificar como as professoras compreendem seus espaços; 3) Apontar indicadores de qualidade para os espaços das professoras. As análises parciais que se almeja fazer neste momento são referentes a análise dos documentos elaborados pelo Ministério da Educação (MEC) que abordam a particularidade do espaço da professora.

As conquistas históricas da Educação Infantil, acompanhadas pela construção e consolidação de referenciais acerca do espaço, ganham destaque na produção dos documentos basilares nacionais. Assim, vários documentos em âmbito nacional foram elaborados e publicados na intenção de fornecer e regulamentar parâmetros de estrutura adequada para as unidades infantis. Destaca-se que a área tem acentuado o espaço em sua forma estrutural, organizacional e ocupacional, enfatizando espaços *para* e *com* as crianças. No entanto, neste estudo, manifesta-se a defesa de considerar todos os espaços da unidade educativa também como espaços destas profissionais e as suas materialidades para o respeito com a dimensão corporal das professoras no contexto da Educação Infantil.

METODOLOGIA

A investigação insere-se na abordagem qualitativa de pesquisa em Educação organizada em quatro etapas metodológicas. A primeira, aqui apresentada, análise dos documentos oficiais, buscou averiguar indicadores relacionados aos espaços das professoras. A segunda, análise de Instrumentos Avaliativos Internacionais, intenciona identificar as indicações acerca da temática. A terceira, pesquisa de campo, tem como pressuposto metodológico um estudo

¹⁷ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora de Educação Infantil do Município de Florianópolis. Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil (NEPIE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). mauriciast@yahoo.com.br

¹⁸ Utiliza-se, neste texto, os termos as profissionais e professoras no feminino, por considerar que na Educação Infantil, a presença feminina é quase absoluta.

que concebe as professoras como principais informantes de seus espaços e mobiliários. E por fim, a análise do material empírico.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS PARCIAIS

Tendo presente o novo contexto da Educação Infantil e, ponderando como a relação entre qualidade da educação e condições estruturais, foco desse trabalho, foram elaborados diversos documentos¹⁹ que normatizam o campo. Assim, o MEC como órgão responsável para subsidiar os sistemas de ensino, publica os três primeiros documentos coordenados pela Coordenação de Educação Infantil (COEDI). É um material conhecido e consultado até hoje e identificado como “documentos das carinhas”. O Documento *Política Nacional de Educação Infantil* (Brasil, 1994a), apresenta um panorama da situação da EI da época, as diretrizes gerais que deveriam nortear a área: diretrizes pedagógicas e diretrizes para uma política de recursos humanos. A publicação *Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil* (Brasil, 1994b) vem em resposta aos anseios e debates da época em relação ao perfil das professoras que atuavam nas unidades educativas. E a *Propostas Pedagógicas e Currículo em Educação Infantil: um diagnóstico e a construção de uma metodologia de análise* (Brasil, 1996) demonstra o esforço do poder público em traduzir em normas, regras e prioridades as novas exigências postas para a área.

Destes três documentos, o último apresenta indicadores e critérios para avaliação e elaboração de propostas pedagógicas. Na análise desse material, foi possível identificar uma referência as condições do trabalho da professora, “Quais as condições materiais e culturais previstas para os profissionais no que se refere a recursos permanentes, materiais de consumo, além de bibliotecas, salas de estudo, jornais, revistas, filmes para consulta e aprimoramento da prática” (Brasil, 1996, p.77)? Podemos concluir que este critério, apresentado lá em 1996, não ganhou evidência nas discussões e referência para sua implementação o que, sem dúvida, reflete nas condições atuais das professoras.

O Documento *Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil* (Brasil, 1998a), foi elaborado para contribuir na formulação de diretrizes e normas para a Educação Infantil no Brasil. No volume II, há uma preocupação quanto ao espaço para criança e professora, e a recomendação de planejar o “espaço para o convívio de todos os envolvidos” (Brasil, 1998b, p. 96), ou seja, “[...] adultos precisarão de intervalos e descanso, com locais apropriados tanto quanto para suas outras atividades.” (Brasil, 1998b, p. 99). Além de questionar se “possui local específico para as professoras? Tem biblioteca ambientada adequadamente para os adultos? Tem local para os adultos fazerem seus planejamentos, relatórios, reuniões, cursos, educação continuada, oficinas, entrevistas com pais, etc., com mobiliário adequado? (Brasil, 1998b, p. 103)

Em 1998, o *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil* (1998c), embora

¹⁹ Documentos disponíveis em <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12579-educacao-infantil> Acesso em: maio de 2023.

sem caráter obrigatório, pela primeira vez no país um conjunto de orientações nacionais foram estabelecidas para a educação de crianças de 0 a 6 anos. O documento ao tratar de espaço físico menciona a necessidade de “hora e lugar especialmente destinados à formação devem possibilitar o encontro entre os professores para a troca de ideias sobre a prática, para supervisão, estudos” (Brasil, 1998c, p.67-68). O documento não mencionava de como garantir essa “hora e lugar” para as professoras, ainda identificamos no item “Banho”, uma preocupação quanto estrutura física para as professoras nesse momento.

Por outro lado, as condições ambientais e materiais precisam garantir a segurança das crianças e *prever o conforto dos adultos que as ajudam, para evitar quedas, choques elétricos e queimaduras com água quente ou dores no corpo ocasionadas pelo mal posicionamento do adulto na hora de exercer as atividades com as crianças* (Brasil, 1998d, p.58, grifos meus).

A publicação *Política Nacional de Educação Infantil* (2005), apresenta a contextualização da área, delinea diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a área. Em consonância com a meta, “divulgar, permanentemente, padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado das instituições de Educação Infantil (creches e pré-escolas) públicas e privadas” (Brasil, 2005, p. 21), o MEC publicou no ano seguinte o *Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil* (2006), elaborado em parceria com educadores, arquitetos e engenheiros, a fim de subsidiar sistemas de ensino em adaptações, reformas e construções de espaços para as unidades de EI. E, diferentemente de como abordado os espaços das professoras no documento *Subsídios para Credenciamento* (Brasil, 1998a, 1998b), o *Parâmetros de Infraestrutura* (2006) particulariza e delinea a sala das professoras como espaço de “encontro, reflexão, formação, troca de experiência, planejamento individual e coletivo, momentos de privacidade para o professor” (Brasil, 2006a, p. 18), determinando um espaço privado para a execução da docência e reforçando a necessidade de uma descrição de equipamentos e mobiliários para auxiliar suas atividades. No mesmo ano, 2006, os *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil*, organizado em Volume 1, que trata de tópicos importantes para a definição de parâmetros de qualidade para a EI no país e, Volume 2, remetendo aos *Parâmetros de Infraestrutura* (Brasil, 2006c, 2006d), aponta parâmetros para infraestrutura das unidades educativas, e acrescenta um anúncio inédito quanto os espaços, materiais e equipamentos destinados aos profissionais, indicando que precisam ser construídos e organizados para atender às “necessidades de **saúde, segurança**, descanso, interação, estudo, **conforto, aconchego**.” (Brasil, 2006b, p. 41, grifos meus) No entanto, não apresenta o detalhamento de como garantir tais recomendações, todavia, os termos grifados do excerto, salientam a importância do cuidado com as professoras na constituição de um lugar acessível.

O documento *Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças* (2009b), embora aponte que não estão incluídos os detalhamentos e as especificações técnicas necessárias para a implantação dos programas elencados, deixa um alerta aos governos quanto aos espaços para as professoras, “Os prédios oferecem condições adequadas para as necessidades

profissionais e pessoais dos adultos” (Brasil, 2009b, p.35).

Acompanhado do debate e da produção do conhecimento que a área vinha construindo desde a década de 90 e, em respostas as demandas referentes a política pública curricular o MEC publica o *Subsídios para a elaboração para as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para a Educação Infantil* (2009c) cujas intenções foram “subsidiar os sistemas de ensino, as instituições, os professores e os gestores na concepção e implementação de Propostas Pedagógicas de Educação Infantil” (Brasil, 2009c, p.3-4) que conduzissem a garantia dos direitos das crianças. Da análise do documento identificamos em suas reflexões o anúncio que a condição da qualidade na educação das crianças relaciona-se, também, à qualidade na formação das professoras e na concretização de “condições dignas de trabalho”. Essa afirmação reforça, embora dito de forma ampla, o que os documentos anteriores vêm indicando para os espaços das professoras.

A publicação *Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil* (2018) é uma versão atualizada e abarca o compilamento dos *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil* (2006c, 2006d) e *Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil* (2006a, 2006b), acrescidas as inovações do arcabouço legal da área. O documento apresenta princípios e práticas subdivididos em oito áreas focais. No diálogo com o objeto deste estudo, identificou-se na Seção 7, *Espaços, materiais e mobiliários*, apenas um item indicando a previsão de espaços diferenciados para as atividades das profissionais de Educação Infantil. O Princípio 7.2 - *Insumos pedagógicos e materiais*, faz outra referência aos espaços e mobiliários das professoras: “os quadros de avisos ou similares são previstos em local de fácil visualização na recepção, secretaria, salas de atividades, salas dos professores, direção, entre outros ambientes administrativos.” (Brasil, 2018, p. 64). Área Focal 8 - *Infraestrutura*, faz apenas a indicação aos banheiros dos adultos: acessíveis e próximos ao ambiente de trabalho. Diante disso, afirma-se que a atenção e esforços aos espaços e materialidades das professoras ainda não têm destaque nos documentos orientadores nacionais. Comparando com as indicações dos documentos publicados anteriormente, pouco se avançou quanto aos indicativos de qualidade para os espaços das professoras.

O documento *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil* (Brasil, 2009a) foi assentado em aspectos fundamentais para a qualidade descritos em sete dimensões. A dimensão *espaços, materiais e mobiliários* assim se refere:

Há espaço que permite o descanso e o trabalho individual ou coletivo da equipe que seja confortável, silencioso, com mobiliário adequado para adultos e separado dos espaços das crianças (para reuniões, estudos, momentos de formação e planejamento)? Há banheiro de uso exclusivo dos profissionais, com chuveiro, pia e vaso sanitário? Há fraldário/mesa/bancada na altura adequada ao adulto para troca de fraldas dos bebês e crianças pequenas, com segurança? (Brasil, 2009a, p. 52).

Assim, o rol de documentos analisados apresenta alguns detalhamentos para os espaços e mobiliários para as professoras, essa discussão não apresenta constância e/ou aprofundamento. São 15 anos que o tema não entra como ponto

de debate e preocupação, o que confirma uma ausência na política nacional que se preocupe em abonar condições estruturais mínimas para o trabalho docente.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Mesmo reconhecendo o avanço significativo nos indicadores e descrições para as construções das unidades de Educação Infantil, cabe destacar a ausência do aprofundamento de indicadores para especificidade dos espaços e mobiliários para a professora. Na análise dos documentos nacionais, constatou-se que, quando referenciado, o espaço da professora vem atrelado ao seu *lugar* de descanso e repouso, para sua alimentação e local para planejamentos, sem nenhuma indicação do espaço da docência e detalhamento das materialidades que deveriam integrar a unidade educativa, de modo a garantir o bem-estar e saúde das professoras.

Considerando a Educação Infantil como campo em contínuo processo de constituição, defende-se a ampliação de pesquisas que tomem como pauta as exigências corporais da professora de Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil. Qualidade. Espaço. Professoras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2018.

BRASIL. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, SEB, 2009a.

BRASIL. **Crítérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg. – 6.ed. Brasília: MEC, SEB, 2009b.

BRASIL. **Subsídios para a elaboração para as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para a Educação Infantil**. Sonia Kramer. Brasília, DF: MEC, SEB, 2009c.

BRASIL. **Parâmetros Básicos de infraestrutura para Instituições de Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, Encarte 1, 2006a.

BRASIL. **Parâmetros Básicos de infraestrutura para Instituições de Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, Vol. II, 2006b

BRASIL. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, Vol. I 2006c.

BRASIL. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**.

Brasília, DF: MEC/SEB, Vol. II 2006d.

BRASIL. **Política nacional de educação infantil:** pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília, DF: MEC/SEF. 2005.

BRASIL. **Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil.** Brasília, DF: MEC/SEF, Vol. I, 1998a.

BRASIL. **Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil.** Brasília, DF: MEC/SEF, Vol. II. 1998b.

Brasil. **Referencial curricular nacional para a educação infantil.** Brasília, DF: MEC/SEF, Vol. I, 1998c.

Brasil. **Referencial curricular nacional para a educação infantil.** Brasília, DF: MEC/SEF, Vol. II, 1998d.

BRASIL. **Propostas pedagógicas e currículo:** um diagnóstico e a construção de uma metodologia de análise. Brasília, DF: MEC/SEB, 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Infantil.** Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1994a.

BRASIL. **Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil.** Brasília, DF: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994b.

PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS DAS METODOLOGIAS ATIVAS: UM ESTADO DO CONHECIMENTO A RESPEITO DOS CLÁSSICOS

Joelma Silva dos Santos²⁰
Arnaldo Nogaró²¹

Eixo Temático: Temas Diversos em Educação

Resumo

O projeto “A gênese epistemológica das metodologias ativas: uma incursão em autores clássicos do pensamento pedagógico” desenvolverá a pesquisa através do delinear dos fundamentos das metodologias de ensino ativas, em evidência hoje e referidas como possibilidade de dar aos estudantes protagonismo. Parte-se do entendimento de que uma dada metodologia de ensino envolve a correlação entre Cultura, Pedagogia, Estado, Sociedade e Escola. Destaca-se que a perspectiva ativa possui orientação epistemológica cuja gênese está em autores clássicos, mas que poucos lembram ou referem, fazendo com que seja difundida hoje como “inovação pedagógica” com viés instrumental sem remeter à sua densidade de fundo cuja sustentação está em autores que serão tematizados nesta pesquisa: Freinet, Clarapède, Comênio, Pestalozzi, Dewey, Kilpatrick, Montessori, Platão e Sócrates. A importância de ler os clássicos do pensamento pedagógico baseia-se na compreensão de que, ao entender as origens das reflexões pedagógicas, os educadores podem tornar sua prática mais explícita e com propósito. O aprendizado ativo cria um ambiente de classe mais aberto e imprevisível do que em uma aula baseada em palestras, onde o conteúdo e o ritmo são estritamente controlados (Carpeño *et al.*, 2011). Aprender fazendo motiva os alunos e permite que eles desenvolvam estratégias orientadas para a solução de problemas, implicando em uma abordagem de ensino e aprendizagem baseada na obtenção de conhecimentos e habilidades focada no processo educacional de modo mais dinâmico (López; González; Cano, 2016). Os pensadores pedagógicos realçavam ideias e conceitos, preocupando-se pouco com prescrições e receitas. A pesquisa científica requer conhecimento prévio sobre os estudos já realizados por outros pesquisadores e em outros programas de pós-graduação, conhecido como “estado do conhecimento”. Neste contexto, o objetivo desta investigação é analisar as pesquisas já realizadas que abordam a temática do projeto em estudo. Através dessa análise, serão identificadas as pesquisas que se concentram nas questões de ensino e aprendizagem nas metodologias ativas, especialmente em relação aos autores clássicos do pensamento pedagógico. O processo de pesquisa foi feito através de buscas em alguns sites.

²⁰ Pedagogia Anos Iniciais, Letras Habilitação Português, Espanhol e Respectivas Literaturas. Educadora Especial e Professora de Português. Mestranda em Educação PPGEDU pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI/FW. a105646@uri.edu.br
²¹ Doutor em Educação. Professor do PPGEDU e PPGAIS – URI. narnaldo@uricer.edu.br

O primeiro foi Biblioteca Digital Brasileira de teses e Dissertações (BDTD)²², <http://bdtd.ibict.br/vufind/>) que foi utilizada três descritores para realizar as buscas. Também foram delimitados alguns filtros para refinar a pesquisa. As pesquisas foram efetuadas no período de novembro de 2023 à 17 de março de 2024. A partir dos dados começou-se a delimitar os filtros, para que se chegasse o mais próximo da temática do projeto da dissertação a ser construída. As buscas nos trabalhos ocorreram com o booleano “AND” e cada descritor foi procurado um a um em cada documento. O primeiro banco de referências pesquisado foi a Biblioteca Digital Brasileira de Dissertações e Teses (BDTD)⁴, onde obteve-se os seguintes resultados nas pesquisas encontradas nos descritores que foram: 01 tese “Metodologias ativas **and** teorias pedagógicas” no descritor: “Metodologia ativa **and** autores clássicos” 01 dissertação e no descritor “Epistemologia **and** metodologias ativas” 01 tese. Após a investigação e revisão dos trabalhos, atenta-se para a arguição e fundamentação dos textos, realizando a discussão das pesquisas selecionadas, apontando sugestões e proposições a partir dos estudos realizados ao longo da temática. Dando início as buscas nas pesquisas do descritor Metodologias ativas **and** autores clássicos”, na busca geral 169 trabalhos encontrados. Com filtro “área do conhecimento: educação”, ano, idioma: português, tipo de documento: tese e dissertação ficou 1 trabalho para ser analisado na temática de estudo do descritor. A aplicação das metodologias ativas, por meio dos autores clássicos na educação, percebe-se a relação que é abordada de forma conjunta, destacando a utilização das metodologias ativas com base nos escritos de autores clássicos na educação. Partindo do segundo descritor “Metodologias ativas **and** teorias pedagógicas” na busca geral 2.269 trabalhos encontrados. Após os filtros permaneceu 1 tese na temática pesquisada. No último descritor da Biblioteca Digital Brasileira de Dissertações e Teses (BDTD) “Epistemologia **and** metodologias ativas” 1.191 trabalhos. Com o refinamento apenas 1 tese será analisada. Na busca Banco de Teses e Dissertações da CAPES –(<https://catalogodeteses.capes.gov.br>) nos três descritores já mencionados nenhum trabalho foi entrado. Após a pesquisa no banco de dados da BDTD, foi realizada uma pesquisa no repositório Portal Scientific Electronic Library Online (SciELO <https://scielo.org/>) onde foram encontrados os seguintes trabalhos. No descritor: “Epistemologia **and** metodologias ativas” 02 artigos. Já nos descritores: “Metodologias ativa autores clássicos” e “Metodologias ativas **and** teorias pedagógicas” 0 resultado encontrado. A partir destes trabalhos localizados, foi possível realizar a leitura e eliminação dos títulos que não apresentavam relação com a temática proposta. Na busca geral do descritor “Epistemologia **and** metodologias ativas e com a utilização de filtros permaneceram 02 trabalhos na temática pesquisada. Ao fazer a análise dos títulos selecionados, pode-se observar que existem duas linhas, uma que analisa pelo viés pedagógico da pedagogia. A primeira linha de análise está voltada para as metodologias ativas, ou seja, abordagens de ensino que promovem a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem. Essas metodologias têm sido amplamente discutidas na área da

²² Biblioteca de Teses e Dissertações disponível <https://bdtd.ibict.br/vufind/> em: Acesso em janeiro de 2024.

educação, principalmente devido à sua capacidade de envolver os alunos, promover a autonomia e o pensamento crítico. Já a segunda linha de análise se relaciona com a influência dos autores clássicos da pedagogia nas metodologias ativas. Isso significa que esses autores, como Piaget, Vygotsky e Freire, por exemplo, têm sido estudados e suas teorias têm sido aplicadas e adaptadas às metodologias ativas, trazendo contribuições importantes para o campo da educação. Essas duas linhas de análise são interligadas, pois as metodologias ativas podem ser embasadas por diferentes teorias pedagógicas, incluindo as dos autores clássicos. Essa relação entre teorias e práticas pedagógicas é fundamental para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, que valorize a participação ativa dos alunos e promova a construção de conhecimento de forma significativa. No descritor pesquisado *Epistemologia and Metodologias Ativas* pela Biblioteca Digital Brasileira de teses e Dissertações (BDTD), na tese de doutorado com o título *Educação, Educação infantil, Formação continuada de professores, Especificidades da docência na educação infantil*. Apresentou a proposição de que o curso tenha como finalidade a formação de professores com uma base histórico-crítica, em que as discussões estariam centradas na prática social, numa perspectiva pedagógica que compreenda o ato educativo como um processo em que os sujeitos têm uma relação ativa com o outro e com mundo. Nessa perspectiva, o trabalho com o conhecimento no processo formativo estaria voltado para formar profissionais da educação comprometidos com a democratização do conhecimento na escola, este que seria uma ferramenta de luta pela emancipação do homem e da mulher nos tempos históricos em que vivemos. Sendo que essa abordagem de formação de professores com base epistemológica psicopedagógica, a partir da perspectiva interacionista/sociointeracionista, tem como foco central entender o sujeito da aprendizagem a partir de suas possibilidades biopsicossociais. Para isso, é necessário analisar as narrativas dos professores, ou seja, os relatos e experiências compartilhadas por eles durante o curso. Essas narrativas podem revelar as concepções e práticas do corpo docente em relação à aprendizagem e ao desenvolvimento dos estudantes. Além disso, a análise das ementas das disciplinas ofertadas no currículo vigente também é importante, pois permitem identificar os conteúdos e abordagens pedagógicas abordadas ao longo do curso. Ementas que priorizem o entendimento da aprendizagem como um processo que ocorre por meio da interação entre sujeitos e do contexto sociocultural corroboram a perspectiva interacionista/sociointeracionista. No segundo descritor pesquisado: *Metodologias ativas and teorias pedagógicas* no trabalho de tese de doutorado, após o refinamento pela Biblioteca Digital Brasileira de Dissertações e Teses (BDTD), permaneceu um trabalho para ser lido e analisado, aproximando as leituras do descritor pesquisado e da temática do projeto que desenvolvo. Através das leituras flutuantes no resumo e na íntegra do trabalho, percebeu-se que o autor da tese abordou nos seus estudos direcionados para compreender os processos de desenvolvimento da criança e suas relações com o meio social e a aquisição da aprendizagem; dessa maneira ele buscou instrumentalizá-los a aplicar princípios da Psicologia nas práticas pedagógicas,

portanto propiciou condições para que os futuros professores da escola primária desenvolvessem habilidades e competências inerentes às atividades docentes em conformidade com os estudos mais modernos naquele momento histórico. Assim, o autor da tese de doutorado focou na relação entre os processos de desenvolvimento da criança, sua interação com o meio social e o processo de aprendizagem. Além disso, ele buscou aplicar princípios da Psicologia, nas práticas pedagógicas, visando capacitar os futuros professores para desenvolver habilidades e competências necessárias para as atividades docentes, de acordo com os estudos mais atuais da época. Essa abordagem está em linha com a temática das metodologias ativas e teorias pedagógicas, mostrando uma preocupação com a formação de professores mais qualificados e atualizados. Seguindo as leituras com o descritor Metodologias ativas **and** autores clássicos pelo repositório Portal Scientific Electronic Library Online (SciELO <https://scielo.org/>), apenas um trabalho de dissertação para obtenção do título de mestre foi estudado “O papel da intervenção pedagógica nas brincadeiras de papéis sociais para o desenvolvimento da criança em idade pré-escolar” tendo como palavras-chaves “Educação, Educação infantil, Brincadeira de papéis sociais, Intervenção pedagógica, Teoria histórico-cultural”. No resumo o autor abordou o objetivo de compreender o papel da intervenção pedagógica nas brincadeiras de papéis sociais para o desenvolvimento da criança em idade pré-escolar. Entende-se que O autor pretende investigar e compreender como a intervenção pedagógica, nas brincadeiras de papéis sociais, pode contribuir para o desenvolvimento das crianças em idade pré-escolar. Ele buscou entender qual o impacto dessa intervenção no processo de aprendizagem e crescimento das crianças nessa faixa etária, analisando os benefícios que as brincadeiras de papéis sociais podem trazer para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças. O autor também buscou identificar quais são as práticas pedagógicas mais adequadas para facilitar e potencializar o desenvolvimento da criança por meio das brincadeiras de papéis sociais. Tendo como questão norteadora da sua pesquisa “Qual é o papel do professor de Educação Infantil para potencializar o desenvolvimento das crianças por meio das brincadeiras de papéis sociais?” Na leitura flutuante do trabalho percebe-se que o papel do professor de Educação Infantil é crucial para potencializar o desenvolvimento das crianças por meio das brincadeiras de papéis sociais. As brincadeiras de papéis sociais são atividades em que as crianças assumem diferentes papéis, como pai, mãe, médico, professor, e assim por diante, e é através dessas brincadeiras que elas desenvolvem habilidades sociais, cognitivas e emocionais. Ao observar as brincadeiras de papéis sociais, o professor pode identificar as habilidades que cada criança está desenvolvendo e oferecer estímulos adequados para potencializar esse desenvolvimento. Ele pode, por exemplo, fazer perguntas, propor desafios e estimular a reflexão sobre os papéis representados nas brincadeiras. O professor também pode oferecer apoio e orientação às crianças, ajudando-as a compreender as regras, a compartilhar, a se comunicar de forma assertiva e a resolver problemas durante as brincadeiras. Além disso, ele pode promover a inclusão e a diversidade, nas brincadeiras, permitindo que as

crianças explorem diferentes culturas, profissões e experiências de vida. Ao finalizar as buscas e análises, no descritor “Epistemologia **and** metodologias ativas” pelo repositório do Portal Scientific Electronic Library Online (SciELO <https://scielo.org/>), apenas dois artigos foram selecionados permanecendo após todos os filtros selecionados para as buscas. Este trabalho baseou-se num estudo de caso realizado ao longo de quatro meses com uma estudante de medicina de uma faculdade pública do Distrito Federal, onde se faz uso de metodologias ativas de aprendizagem. O objetivo do estudo foi analisar os efeitos das metodologias ativas de aprendizagem no desempenho e na motivação da estudante de medicina. Para isso, foram utilizadas observações em sala de aula, entrevistas e questionários como métodos de coleta de dados. Durante o período do estudo, a estudante participou de atividades que envolviam discussões em grupo, resolução de problemas, simulações e projetos práticos. Os resultados demonstraram que a utilização dessas metodologias contribuiu positivamente para o desempenho da estudante, tanto em termos de conhecimento adquirido como de habilidades clínicas desenvolvidas. Além disso, foi observado um aumento na motivação da estudante em relação ao aprendizado. Ela demonstrou maior engajamento e interesse nas atividades propostas, bem como uma maior autoconfiança na sua capacidade de aprender e aplicar os conhecimentos adquiridos. Esses resultados sugerem que as metodologias ativas de aprendizagem podem ser eficazes, no ensino de medicina, estimulando a participação ativa dos estudantes e promovendo um aprendizado mais significativo. No segundo artigo com o título “Intervenção Pedagógica para o Desenvolvimento Cognitivo e Moral de Adolescentes com Deficiência Intelectual em uma Escola Especial” teve por objetivo avaliar um programa pedagógico sistematizado em metodologias ativas e problematizadoras para o desenvolvimento cognitivo e moral de adolescentes com deficiência intelectual (DI), alunos de uma escola de Educação Básica na modalidade especial na região Centro-Oeste do Paraná. O estudo caracterizou-se como qualitativo, denominado pesquisa-intervenção, amparado na epistemologia genética e no método clínico piagetiano. Investigou-se a dimensão cognitiva e moral anterior e posterior à aplicação do programa de intervenção por meio de provas operatórias piagetianas e apresentação de narrativas de histórias morais embasadas em Piaget para observar o raciocínio e as argumentações dos alunos. A intervenção promoveu o desenvolvimento operatório de cinco dos seis pesquisados, ao ponto de que saíssem da irreversibilidade e conseguissem realizar algumas abstrações e generalizações. O processo de intervenção foi primordial para que completassem o estágio pré-operatório. Se no desenvolvimento da habilidade operatória os resultados foram promissores, na moral os avanços foram observados em menor proporção, pois a maioria manteve-se em período intermediário. Concluiu-se que o funcionamento atípico do raciocínio não é o único responsável pelo desenvolvimento moral com marcas heterônomas, visto que aspectos afetivos e sociais devem ser ponderados. Um trabalho sistematizado e organizado com os princípios de autonomia intelectual e moral promovem desenvolvimento do adolescente com DI. Assim sendo, o sujeito

com DI pode tanto encontrar obstáculos que comprometam a expansão do seu domínio cognitivo e moral quanto instrumentos necessários para o máximo desenvolvimento de sua aprendizagem. A partir deste levantamento bibliográfico nos repositórios e das lacunas apresentadas, serão definidos os próximos passos possíveis da pesquisa, como metodologia, referenciais teóricos e conclusões. Por fim, espera-se que este estudo contribua para o processo de ensino, ao ampliar a compreensão sobre os fundamentos epistemológicos das metodologias ativas. Com um maior entendimento dessas bases teóricas, os educadores poderão tomar decisões mais embasadas em relação à seleção e implementação das metodologias ativas em seus ambientes de ensino, buscando alinhar suas práticas pedagógicas com os princípios filosóficos e epistemológicos que sustentam essas abordagens. Além disso, essa pesquisa poderá proporcionar insights para o desenvolvimento de novas metodologias ativas, baseadas nos pressupostos epistemológicos clássicos, que possam contribuir para uma educação mais efetiva e significativa.

Palavras-chave: Pressupostos Epistemológicos. Metodologias Ativas. Estado do conhecimento.

Referências

¹Biblioteca de Teses e Dissertações disponível <https://bdtd.ibict.br/vufind/> em: Acesso em janeiro de 2024.

CARPEÑO, A. *et al.* The key factors of an active learning method in a microprocessors course. **IEEE Transactions on Education**, London, v. 54, n. 2, p. 229-235, 2011.

<https://catalogodeteses.capes.gov.br>

LÓPEZ, J. M. S.; GONZÁLEZ, M. R.; CANO, E. V. Visual programming languages integrated across the curriculum in elementary school: A two-year case study using “Scratch” in five schools. **Computers & Education**, United Kingdom, v. 97, p. 129-141, 2016.

Scielo <https://scielo.org>

CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS NO ENSINO DAS CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS

Marciane Manica Dos Santos Massalai²³

Eixo Temático: Temas Diversos em Educação

Resumo

Este resumo expandido tem natureza teórica, nele está enfatizado conceitos relacionados a área das ciências da natureza e suas tecnologias, que tem viés intuitivos ligados a respostas de questionamentos referentes à existência dos seres vivos, considerando-se a relação destes com a natureza e as diversas formas de aprendizados na contemporaneidade. Dessa forma, ao iniciar um estudo sobre o ensino destes componentes, o professor precisa resgatar suas concepções pedagógicas, bem como conhecer e compreender o público a quem ele irá ensinar, pois, a educação estava na ênfase de transmissão de conhecimentos na forma unidirecional, com o professor sendo o detentor do saber, contudo com as decorrentes evoluções que a humanidade perpassou nos mostrou uma nova concepção de pensar a educação, sobretudo o ensino-aprendizagem que teve seu enfoque baseado na inovação pedagógica. Neste sentido, revela-se a problemática de como os professores da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias percebem a utilização de diversos recursos metodológicos no processo de ensino e aprendizagem dos discentes.

Palavras-chave: Componentes Curriculares. Ensino. Métodos. Tecnologias.

INTRODUÇÃO

Este estudo, objetiva-se analisar e discutir a relações com a importância de determinadas metodologias, como as que utilizam atividades investigativas e de interação discursiva em sala de aula, no processo de aprendizagem científica dos estudantes. A educação, especialmente, o trabalho docente, exige a pesquisa investigativa, já que se trabalha diretamente com o conhecimento científico. Na área das ciências da natureza, por exemplo, o conhecimento científico se caracteriza por uma estrutura sistemática, na qual predomina o nível descritivo, visando refletir na prática pedagógica e nos educandos não é apenas a memorização dos conteúdos, mas sim uma relação não obsoleta dos conteúdos apresentados aos discentes.

DESENVOLVIMENTO

Considerando ensino e aprendizagem, termos indissociáveis na construção do conhecimento, não podemos compreender a importância do primeiro, sem reconhecer o significado do segundo e isto nos remete à conceitos que sofreram várias transformações no decorrer da história de produção de conhecimento pelo homem. Nesse sentido, o processo ensino-aprendizagem tem sido caracterizado de diferentes formas, visando dar ênfase à figura do professor como detentor do saber, responsável pela transmissão do conhecimento, em detrimento a isto, vem destacar o papel do aluno como sujeito aprendiz,

²³ Pedagoga/ Química. Professora da Rede Estadual do RS. marcianemassalai@hotmail.com

construtor de seu conhecimento. Veiga (2003) lembra que ao falarmos em educação, não devemos esquecer que a educação visa melhorar a qualidade de vida de cada um, ou seja, todos tem o direito de aprender mais e melhor. Portanto, Desenvolver o cidadão prepará-lo para o exercício da cidadania e do trabalho significam a construção de um sujeito que domine conhecimentos dotados de atitudes necessárias para fazer parte de um sistema político, (VEIGA, 2003, p. 271).

Evidenciamos, que a metodologia de ensino se torna mais prazerosa quando se traz para a sala de aula materiais concretos, ou quando eles vivenciam aquilo que estão aprendendo, através de brincadeiras, músicas, trabalhos práticos e recursos tecnológicos.

A experiência docente permite afirmar que os estudantes têm formas diferentes de se relacionar com o estudo dos conteúdos. Neste sentido, existem diferentes perspectivas discentes, pois, há os que se preocupam com os resultados de seus estudos traduzidos pelos conceitos, contudo, também, há aqueles alunos, que buscam esclarecimentos profundos com o estudo e passam a analisá-lo para atingir uma visão ampla do conhecimento. Além de compreender os conceitos das disciplinas relacionadas a área das ciências da natureza, eles devem estar capacitados a articular o seu pensamento de forma independente, aplicando seu conhecimento na vida e intervindo na resolução de problemas cotidianos.

A utilização de tecnologias é de grande importância para o processo de ensino e aprendizagem; mesmo com o avanço de inserção das novas tecnologias na educação, ainda há muitos profissionais que ainda resistem a utilização delas, muitas vezes por motivos sutis, por não darem credibilidades as mesmas, como também por dificuldades de domínio. Nesse contexto, a prática, os conceitos e as teorias abordados nos espaços educativos, podem e devem ser usados para o crescimento intelectual e pessoal, no meio em que o indivíduo está inserido; buscando a valorização do sujeito aprendiz e o reconhecimento de suas potencialidades, ressaltando a importância do uso favorável destas tecnologias, facilitando sua aprendizagem a partir de experiências vivenciadas no cotidiano.

RECURSOS TECNOLÓGICOS NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Para nortear as reflexões e construções de saberes, constitui um estudo de grande relevância para o entendimento da importância das diversas interfaces dos recursos tecnológicos, como meio de construção do conhecimento entre a teoria e à prática. Nesse sentido, a televisão, os filmes educativos e a mídia impressa com fins assumidamente educacionais permeiam os recursos e estratégias para promover o ensino.

Nesta perspectiva, as produções culturais mais amplas, com compromissos educativos, também estão presentes no universo educacional, sendo eles documentários, curtas metragens, programas ecológicos, produções cinematográficas que tratam de temáticas de ciências, biologia, física e química, são utilizadas pelos professores com a função de motivar o docente à descoberta e assimilação dos conteúdos.

O acesso a esses materiais é cada vez maior, principalmente com a ampliação do

uso da internet e dos programas de implementação de novas tecnologias na escola. Esse uso nem sempre se dá de forma articulada com o planejamento didático, mas muitas vezes se presta mais a uma ilustração esporádica dos conteúdos de Ciências (GIANNERINI et al., 2005, p. 97).

Entretanto, ao discutirem a relação entre ensino, as novas tecnologias, à luz da perspectiva dialógica, consideram a imagem como uma linguagem e, nessa linha, buscam compreender os enunciados carregados de sentidos, expressos em sons, falas, movimentos e imagens. Por outro lado, não podemos deixar que a falta de interesse e o comodismo de certos profissionais da educação atrapalhem a formação do senso crítico dos discentes; pois é através do mesmo que se conquista os direitos e se reinventa a sociedade.

À busca própria do conhecimento se dá através do acesso as inúmeras fontes de informação, uma delas é a internet, temos hoje acesso muito mais rápido a tudo o que acontece no mundo. Dessa forma a escola torna-se um lugar de importantes contradições dialéticas, pois ela visa a melhoria da qualidade existencial do ser humano, e é nessa constante contradição que o docente está aliado, ou seja, a escola deixa de ser um ambiente chato, obsoleto e assemelhar-se-ia mais ao mundo em que a criança desde cedo já vivência em sua casa, na sua própria família. Revisitando o passado, muitas escolas introduziram em seu currículo o ensino de informática com o pretexto da modernidade; foi então que surgiram muitas dúvidas em relação a professores e alunos, pois essa ferramenta seria muito útil, e serviria de apoio aos objetos do conhecimento dos componentes curriculares lecionados. É preciso entender que as ferramentas digitais são um mecanismo de apoio nas instituições escolares, ou seja, é a uma via que perpassa todas as esferas da sociedade contemporânea. Nesse viés, elencamos as metodologias ativas, usadas para mostrar os mecanismos utilizados para diferentes operações, a qual leva o aluno ao cenário onde já é pertencente ativo, para fazer uso destes suportes para sua significativa aprendizagem, enfatizando que as metodologias pedagógicas são aquelas que auxiliam o professor nas atividades desenvolvidas propondo ao educando um modelo diferente de aprendizado.

É notório que nos últimos anos que a educação contemporânea sofre com as políticas públicas estão em constante mudanças, relativas evoluções e abstrato progresso, e, neste cenário vários fatores fazem com que elas se tornem mais atinentes e contribuintes de tanto forma favorável, quanto auspicioso, principalmente na área da educação das ciências da natureza e suas tecnologias. Conforme Morin (2004), no século XXI, a educação, muito além de transmitir informações tem como desafio formar cidadãos que saibam transformar a informação em conhecimento, que saibam usar esses conhecimentos em benefício próprio e de sua comunidade. Nesse sentido, enfatizamos que a educação é aquilo que acontece na sociedade em geral, pois, ali estão refletidas todas as formas de educação formal e informal.

Como nos diz Arroyo (2000), fazer o percurso à procura do ofício de mestre, artífice, artista que há em nós reaprender saberes e artes, recuperar a imagem bela que estamos construindo nas últimas décadas. Levando em consideração também o artigo firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente

de António Nóvoa onde nos diz” O primeiro passo da mudança é reconhecer a existência de um” isto nos remete a pensar o que queremos e faremos com a educação atual, pois não teremos mais alunos como fomos, e sim alunos que exercem seu protagonismo nas diversas fases de ensino, portanto; cabe a nós docentes fazer com que estes indivíduos tenham plena consciência dos seus deveres e direitos numa sociedade onde impera a cidadania em sua totalidade.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente trabalho objetivou uma potente reflexão acerca da escola, pois ela precisa se adaptar ao novo modelo de ensino aprendizagem, principalmente na área das ciências da natureza e suas tecnologias, onde se apresenta fortemente impulsionado pelas novas tecnologias educacionais. Para que isso aconteça é necessário inovar e ampliar seus métodos educativos trazendo para o contexto escolar oportunidades mais abertas, pois, nota-se que as novas tecnologias de informações podem aumentar significativamente o processo de ensino-aprendizagem e, esse fator é relacionado diretamente com o exercício da cidadania, ou seja, o uso da tecnologia a serviço da emancipação humana e do desenvolvimento social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que os desafios são muitos que a escola tende a enfrentar em relação as novas tecnologias que serão usadas no processo de ensino-aprendizagem. Entretanto deve haver de cada parte do corpo docente um domínio das competências, ou seja, é sugerido que cada profissional desenvolva a sua análise crítica em relação as novas tecnologias educacionais.

A influência tecnológica na educação cresce a todo instante. É necessário que haja profissionais que dominem essa competência, para então fazer uso adequado desses equipamentos e assim disponibilizando oportunidade de ampliação de seus saberes. Nesta perspectiva, a educação deve ser compreendida como a base da formação humana, entretanto, faz -se necessário os educadores estarem abertos para incorporar essa nova realidade e propiciar mudanças no processo de ensino aprendizagem, pois o professor é o principal agente facilitador do ensino- aprendizagem do discente, inclusive na era tecnológica em que estamos imergidos.

REFERÊNCIAS

GIANNERINI, Ana Carolina; **FIGUEIREDO**, Érika Veríssimo da C.; **MACHADO**, Alex Sandro C.; **LOPES**, Sílvio P.; **TEIXEIRA**, Vanessa C.; **SANTORI**, Ricardo T.; **AYRES**, Ana Cléa Moreira. Confecção de modelos de didáticos para o ensino anexos embrionários do ovo amniótico. Anais do I Encontro Nacional de Ensino de Biologia e III Encontro Regional de Ensino de Biologia da Regional RJ/ES Ensino de Biologia: conhecimentos e valores em disputa. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 97, 2005.

VEIGA, Ilma Passos A. (2003). Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? In: Caderno Cedes.

ARROYO, Miguel G. Ofício de Mestre: imagens a autoimagens Petrópolis: Vozes, 2000.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo. Ed. Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2004.

ANTÓNIO NÓVOA Professor do Instituto de Educação e reitor honorário da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal nova@reitoria.ul.pt

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Larissa Dalpasquale²⁴

Lucas Kayser Trevisol²⁵

Eixo Temático: Temas Diversos em Educação

Resumo

A preservação do meio ambiente é uma questão urgente que demanda ações concretas e transformadoras em todas as esferas da sociedade. No entanto, existe um potencial significativo na educação infantil para moldar atitudes e comportamentos ambientalmente responsáveis desde cedo. Diante disto, este trabalho objetiva explorar e investigar a importância da conscientização ambiental no ambiente escolar, com foco específico na educação infantil. Discutiremos estratégias e abordagens eficazes para incluir a sustentabilidade ambiental e conceitos de cuidados no currículo da educação infantil, tendo em mente o papel crítico que as experiências educativas precoces desempenham na formação das percepções e valores das crianças. O ambiente escolar é o local adequado para acontecer um dos primeiros passos para a conscientização dos futuros cidadãos, para várias dimensões, explicitando aqui, para com o meio ambiente. Diante disso, a Educação Ambiental (EA) deve ser inserida não de forma isolada, mas sim interdisciplinarmente, ou seja, inclusa em todos os conteúdos, fazendo a relação entre seres humanos e natureza, formando a sociedade. Desta forma, para produzir conhecimento precisa contemplar a mutualidade de meio natural e social, assim inserindo investigação do causador do processo e o sentido dos atores envolvidos “e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento, numa perspectiva que priorize novo perfil de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade socioambiental.” (Jacobi, 2003, p.190) A inserção da EA ainda na educação infantil pode ser uma forma de sensibilizar os nossos educandos para um convívio mais harmonioso e saudável com a natureza, de uma forma bem natural e sutil. É preciso criar uma cidadania ambiental nos alunos, Gutiérrez e Prado (2000, p.14), compreendem isso como “as obrigações éticas que nos vinculam tanto à sociedade como aos recursos naturais do planeta de acordo com nosso papel social e na perspectiva do desenvolvimento sustentável.” Sabe-se que todas as crianças devem obrigatoriamente passar pela escola, então, se esse é o lugar em que todos os futuros cidadãos irão passar, é imprescindível o tema meio ambiente estar o mais presente possível. Levando em conta também que é nesta fase que se tem a maior plasticidade cerebral da criança, que lhes confere mais flexibilidade para aprender e adquirir novas informações e conhecimentos, possuindo maior capacidade de aprendizagem. Para ser trabalhada essa temática com

²⁴ Pedagoga. Mestranda em Educação na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). E-mail: larissa.dalpasquale@outlook.com

²⁵ Especialista em Ciências Criminais. Advogado e Juiz Leigo do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. E-mail: trevisol.luc@gmail.com

efetividade, há uma necessidade de formação de qualidade para o professor, o embasando e dando subsídios necessários para desenvolver com clareza suas atividades. O professor deve ter consciência que os problemas ambientais são globais, ou seja, não atinge somente o ponto em que está acontecendo. Ele é refletido e sentido em todo o mundo. Como se fosse um efeito borboleta. As queimadas que ocorrem em determinado local, a fumaça se espalha atingindo inúmeros outros locais, além dos outros efeitos adversos que podem vir com este. Precisa-se analisar com bastante atenção o ambiente que nos cerca e criar estratégias de ensino, delimitando o que se quer e o que deseja alcançar. Para o sucesso de uma atividade, precisa despertar o interesse no aluno, e para isso, como dizia Freire (1987, p.184), é necessário que o professor usufrua da “bagagem de conhecimentos trazidos de casa pelo aluno”, valorizando o conhecimento prévio e aproximando da realidade vivida. Ao explicar um impacto ambiental existente no mundo, deve-se sempre frisar que ele reflete em todas as pessoas, para criar um pensamento coletivo, pensar no próximo para que o próximo pense em mim. Que é um trabalho de formiguinha, de pessoa em pessoa, e que certamente faz diferença a atuação de uma única pessoa. A partir do momento em que o indivíduo perceber a existência de um todo, deixar de lado a existência única e começar a notar a presença do outro, o planeta vai caminhar para o equilíbrio natural. Em muitas escolas os educadores já estão aplicando pequenas atitudes ambientais, que certamente já está fazendo a diferença, como produção própria de alimentos através de horta orgânica, como no estudo de Morgado (2006) ou separação de lixo e reciclagem do papel, reflorestamento dos quintais e jardins da escola, reutilização da água da chuva para limpeza, entre outras. O professor que ensina a preservar o meio ambiente está preparando um mundo melhor para a humanidade. É um professor que pensa com inteligência e colabora com a natureza para que haja harmonia entre ela e os humanos. A educação é a peça fundamental para um desenvolvimento sustentável, mas não só ela, pois, deve atingir também o espaço familiar e do trabalho. Daí a importância de projetos de extensão, incluindo toda a sociedade nos projetos. Por este motivo também é tão importante sempre que tratado de temas ambientais no ambiente escolar, produzir um material adulto para ser compartilhado em casa, pois a criança aprende na escola, mas só desenvolve o hábito se continuar sendo estimulada nos outros ambientes em que vive. Além da informação, a criança deve criar percepção, entendimento e também compreensão da vida humana e da sua relação com a natureza, assim como suas responsabilidades e obrigações. “A problemática ambiental é uma das principais preocupações da sociedade moderna, desencadeando, por isso, uma série de iniciativas no sentido de reverter a situação atual de degradação dos recursos naturais” (Serrano, 2003, p.12), também deseja reverter as sequelas que causam danos à vida na terra. Serrano também coloca que uma das iniciativas deve ser a Educação Ambiental nas escolas de educação básica buscando formar cidadãos conscientes e comprometidos com os principais anseios da sociedade. Constante a isso temos o fator de crescimento urbano, onde parte das áreas verdes estão sendo substituídas por construções, ou seja, concreto, modificando assim a estrutura do local, paisagem e função biológica. Muitas

vezes incluir o tema ambiental nas escolas se torna um fardo, pois, não há preparação por parte de coordenação pedagógica, gestão ou docente. Muitas vezes não existem subsídios para aprofundamento, no entanto, também falta iniciativa e comprometimento por parte dos professores, pois é indispensável o uso da criatividade ao desenvolver projetos e aplicar tarefas. A escola pode não ter recursos, porém, basta organização para conseguir doação de sucatas, que servem para inúmeras atividades. Este é apenas um pequeno exemplo possível e simples de ser realizado. “A apresentação de temas ambientais no ensino primário deveria se fazer com ênfase em uma perspectiva de educação geral, dentro do marco, por exemplo, das atividades de iniciação e junto com as atividades dedicadas à língua materna” (Dias, 1992) como a matemática, geografia, expressão corporal e artística. Ainda para Dias (1992), o estudo do meio ambiente deve perscrutar aos sentidos das crianças, como suas percepções do espaço, formas, distâncias, cores e jogos. O estudo do entorno imediato do aluno que é sua casa, escola e o caminho que se percorre, envolve-se de muita importância. Portanto, em sala de aula o docente deve dar maior atenção às características sócio físicas dos ambientes, tanto construídos pelo homem quanto naturais e relacionar o conteúdo ministrado às questões do cotidiano das crianças. Para Medeiros (2011, p.06) “as oficinas devem se desenvolver apoiadas nas vivências dos alunos e dos fenômenos que ocorrem a sua volta, buscando encaminhá-los com o auxílio dos conceitos científicos pertinentes.” Lima (1989) definiu o conceito de *‘ambiente social da criança’*, sendo o conjunto de espaços onde ela interage, onde o principal elemento é a escola. Mesmo se tratando de uma escola modelo tradicional, é preciso ter espaços livres utilizáveis pelos estudantes para que sejam incentivados a práticas diferentes propondo a integração escola-natureza. Um espaço externo também é visto como fonte de saúde e elemento gerador de curiosidade e aprendizado, onde podem ser aplicados diversos jogos, psicomotricidade e a jardinagem, trazendo assim uma riqueza experiencial. Estimulando diversos sentidos. Elali (2003) sugere que “a escola deveria dispor de área verde e animais, de modo a possibilitar o acompanhamento da variação das estações do ano e da evolução natural.” E ainda comenta sobre a atitude dos pais, que embora indiquem a necessidade da natureza na escola, querem uma natureza “controlada/domesticada”, ou seja, animais presos em gaiolas ou cercados, árvores que não soltem folhas e nem atraiam insetos, que as crianças não subam nas árvores por segurança. Desta forma, o adulto está criando um cenário estático e não a natureza propriamente dita. A criança precisa interagir ativamente com os elementos, visualizando os insetos para respeitá-los, observar o cair das folhas para entender seu ciclo, recolher as folhas para se humanizar, fazer adubo com elas para entender o processo biológico, subir na árvore para se conectar com ela e também adquirir habilidades, enfim, um contato natural é necessário. São inúmeras as possibilidades de temáticas a serem desenvolvidas, o que é indiscutível é a necessidade e obrigatoriedade de tratar com a maior clareza e abrangência possível, alinhando os conhecimentos teóricos, com os práticos, percebendo os diferentes contextos de realidades e tendo uma visão ampla de mundo. O professor se faz peça primordial nesse

processo, para conduzir e assegurar a aprendizagem da forma mais significativa possível. A educação ambiental na infância emerge como um pilar crucial para a construção de uma sociedade mais consciente e responsável em relação ao meio ambiente. Incorporar a sustentabilidade ao currículo escolar desde os primeiros anos de vida é essencial para cultivar uma mentalidade ecológica e promover práticas sustentáveis que perdurem ao longo da vida dos indivíduos. É possível fomentar uma conexão profunda com a natureza e uma compreensão de como as ações dos adultos impactam o ecossistema global por meio de abordagens pedagógicas que valorizam a interdisciplinaridade e o envolvimento ativo das crianças. Além disso, a formação contínua e de qualidade para os educadores é vital para o sucesso dessa empreitada, garantindo que estejam preparados para abordar temas ambientais de maneira eficaz e inspiradora. O engajamento da comunidade escolar, incluindo a participação das famílias, fortalece o impacto dessas iniciativas, criando uma rede de apoio que multiplica os esforços de conscientização e ação ambiental. Dessa forma, ao investir na educação ambiental desde a infância, estamos não apenas promovendo a preservação do meio ambiente, mas também preparando cidadãos comprometidos com um desenvolvimento sustentável e harmonioso. Esta abordagem, que começa na sala de aula, tem o potencial de transformar a sociedade, gerando um impacto positivo que ultrapassa gerações e fronteiras. Assim, investindo na educação ambiental desde a infância, não estamos apenas protegendo o meio ambiente, mas também formando cidadãos para um desenvolvimento harmonioso e sustentável. Este método, que começa na sala de aula, tem a capacidade de mudar a sociedade e ter um efeito benéfico que ultrapassa gerações e países.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Currículo Escolar. Conscientização. Formação de Professores.

Referências

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 1992.

ELALI, G. A. **O ambiente da escola - o ambiente na escola: uma discussão sobre a relação escola-natureza em educação infantil**. Estudos de psicologia, Natal - RN, v.8, n.2, mai./ago. 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

GUTIÉRREZ, F; PRADO, C. **Ecopedagogia e Cidadania Planetária**. 2.ed. São Paulo: Editora Cortez: Instituto Paulo Freire. 2000.

JACOBI, P. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.

LIMA, M. M. S. **A cidade e a criança**. São Paulo: Nobel, 1989.

MEDEIROS, A. B. de. et al. **A importância da educação ambiental na escola nas**

séries iniciais. Revista Faculdade Montes Belos, São Luís de Montes Belos, v.4, n.1, p.1-17, set. 2011.

MORGADO, F. DA S. **A horta escolar na educação ambiental e alimentar: experiência do Projeto Horta Viva nas escolas municipais de Florianópolis.** 2006. 45. Relatório de Conclusão (Graduação em Agronomia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SERRANO, C. M. L. **Educação ambiental e consumerismo em unidades de ensino fundamental de Viçosa-MG.** 2003. 91. Dissertação (mestrado em Ciência Florestal) - Universidade Federal de Viçosa: UFV, 2003.

ESTÁGIO NA REDE BEM CUIDAR: UM ENFOQUE NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE E SUA RELEVÂNCIA

Elizabeth Wiethölter²⁶
Rafaela Valentini Salgado²⁷

Eixo Temático: Políticas Públicas e Educação

INTRODUÇÃO

Rede Bem Cuidar RS (RBC/RS) integra o Programa Estadual de Incentivos para Atenção Primária à Saúde (PIAPS) do Governo do Estado do Rio Grande do Sul dentro do componente estratégico de qualificação da Atenção Primária à Saúde (APS) (Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2023). Trata-se de uma proposta de colaboração entre as gestões estadual e municipal, os trabalhadores da saúde e a população e o objetivo do projeto é incentivar a melhoria e o fortalecimento dos serviços de APS oferecidos à população gaúcha (Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2023). O presente trabalho realizou-se através da prática em Estágio Básico em Psicologia Social e Políticas Públicas. No cenário local, a RBC atua de forma interdisciplinar com a população idosa no território de uma Unidade Básica de Saúde. Dessa maneira, o objetivo foi obter e compartilhar conhecimento sobre benefícios da atividade física e do sono adequado.

METODOLOGIA

O método utilizado foi a pesquisa qualitativa. Esse tipo de pesquisa visa abordar o mundo “lá fora” (e não em contextos especializados de pesquisa, como em laboratórios) e entender, descrever e, às vezes, explicar os fenômenos sociais “de dentro” de diversas maneiras diferentes (Gibbs et al., 2009). De modo contínuo, foram utilizados, livros, artigos e informativos governamentais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Quanto ao papel desempenhado pelo profissional de Psicologia com a terceira idade, estudos apontam que a não participação em atividades comunitárias resulta em maiores índices de sintomas depressivos, sugerindo que a filiação em atividades sociais pode gerar a consolidação de redes de suporte social e aumentar a satisfação com a vida (Antonucci; Fuhrer; Dartigues, 1997; Antonucci, 2001; Blazer, 2005; Gazzale et al., 2004 apud Yassuda; Silva, 2010, p. 210). A participação em programas e serviços comunitários está associada à redução dos indicadores de estresse, aumento dos sentimentos e emoções positivas, controle da saúde, ampliação das ofertas de suporte social e exercício da habilidade de resolução de problemas (Borges, 2006; Cachioni; Palmas, 2006; Debert, 1999; Deps, 1993; Ferrigno et al., 2006; Harlow; Cantor, 1996; Lopes, 2006; Mercadante, 2002; Neri, 1993; Neri, 2003; Rocha; Gomes; Lima

²⁶ Acadêmica de Psicologia. elizabethwietholter.estudopsico@gmail.com

²⁷ Professora Orientadora da Urcamp Rafaela Valentini Salgado. rafaelasalgado@urcamp.edu.br

Filho, 2002 apud Yassuda; Silva, 2010, p. 210). A educação em saúde é um conjunto de práticas do setor que contribui para aumentar a autonomia das pessoas no seu cuidado e no debate com os profissionais e os gestores a fim de alcançar uma atenção de saúde de acordo com suas necessidades (Ministério da Saúde, 2006).

O programa RBC possui uma notável autonomia para que esta educação em saúde seja consumada de forma magistral e coerente para a população do local.

RESULTADOS

Partindo dessa realidade foi realizado durante o estágio duas rodas de conversas, com dois grupos de idosos frequentadores da RBC. Em um primeiro momento foi explanado sobre o impacto do exercício físico para a saúde mental: Os benefícios de fazer Exercícios estendem-se ao nosso bem-estar psicológico, embora as evidências científicas sobre isso sejam menos conclusivas (Larun et al., 2006). Mesmo assim, parece claro que a prática regular de exercícios está associada a melhoras no humor e no bem-estar após a mesma (Moti et al., 2005). Estudos mostram que, com o tempo, os exercícios atuam como uma proteção efetiva contra o estresse (Trivedi et al., 2006), aumentam a autoestima e a autoeficácia (Mcauley et al., 2003) e oferecem proteção contra a depressão (Daley, 2008) e ansiedade (Wipfli, Rethorst e Landers, 2008). Os efeitos positivos em relação aos exercícios físicos são inúmeros, como por exemplo, o aumento dos níveis de força e flexibilidade, elevação da autoestima ocasionando a diminuição dos níveis depressivos, entre outros (Reis; Andrade, 2022). Em um segundo momento a temática foi a qualidade do sono e a sua importância para a saúde mental: A perda do sono eleva os níveis do hormônio do estresse, o cortisol, que promove o armazenamento de calorias na gordura corporal (Chen, Beydoun e Wang, 2008). A privação do sono suprime o funcionamento imunológico. Níveis elevados de citocinas, podem ocorrer com o sono inadequado, também são associadas a diabetes, doenças cardiovasculares e diversas outras condições crônicas (Motivala e Irwin, 2007). Idosos que não apresentam privação do sono podem, na verdade, viver mais tempo que as pessoas que têm dificuldades para pegar no sono ou permanecer adormecidas (Dew et al., 2003). A perda do sono tem um efeito adverso sobre o funcionamento metabólico, neural e endócrino de nosso corpo de maneira semelhante ao envelhecimento acelerado (Pawlyck et al., 2007). Outros efeitos do sono inadequado são dificuldades de concentração, memória e criatividade, bem como maior tempo de reação, erros e acidentes (Stickgold, 2009). Caracteriza-se por uma necessidade fisiológica, que tem como funções biológicas a restauração do organismo e a conservação da energia, permitindo o nosso equilíbrio físico e emocional, por isso é importante que ele seja entendido e respeitado (Rente & Pimentel, 2004 apud Mugeiro, 2014).

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES

Em ambas devo destacar que me foi consentido autonomia de atividade para a predileção dos temas escolhidos. Como resultado as conversações foram extraordinárias, com a participação atinada de todos pude em prática regozijar

com as trocas genuínas que ali foram relatadas. Destaco o acolhimento recebido tanto pelos profissionais atuantes do local, uma equipe primorosa, astuta e benevolente, bem como do grupo frequentador, que é um público determinado, gentil e inspirador. Dessa forma, finalizo com a reflexão que é de suma importância ressaltar a educação em saúde para as populações que necessitam deste resguardo governamental e humanizado.

Palavras-chave: CRAS; rede bem cuidar; educação social; políticas públicas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CACHIONI, M.; PALMAS, C. A. Educação permanente e envelhecimento ativo. Campinas: Alínea, 2006.

DEBERT, G. G. A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Ed. FGV, 1999.

DEPS, J. Atenção à saúde mental na terceira idade. Belo Horizonte: Nescon, 1993.

FERREIRA, V. F. et al.. Educação em saúde e cidadania: revisão integrativa. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 12, n. 2, p. 363–378, maio 2014.

FERRIGNO, J. A.; et al. A importância das atividades comunitárias na terceira idade. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

GAZZALE, F.; LIMA, M.; TAVARES, M.; HALLAL, P. C. Associação entre participação em atividades comunitárias e saúde mental em idosos. *Revista de Saúde Pública*, v. 38, n. 2, p. 203-210, 2004.

GATZ, M.; SMYER, M. A. The mental health system and older adults in the 21st century. *American Psychologist*, v. 56, n. 3, p. 367-384, 2001.

GIBBS, Graham. Análise de dados qualitativos: coleção pesquisa qualitativa. Bookman Editora, p. 8, 2009.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Rede Bem Cuidar RS (RBC/RS). Porto Alegre, 2023. Disponível em: <<https://saude.rs.gov.br/conheca-a-rbcrs>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

LOPES, R. M. Participação social e envelhecimento ativo. Salvador: EDUFBA, 2006.

LOURES, C.; GOMES, M. Programas de educação e lazer para idosos. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MERCADANTE, A. C. Velhice e saúde mental: uma abordagem multiprofissional. Campinas: Papirus, 2002.

MUGEIRO, Maria José Carrilho. Qualidade do sono nos idosos. 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Instituto Politécnico de Viseu, Viseu, 2014.

NERI, A. L. Qualidade de vida na velhice: enfoques multidisciplinares. Campinas: Alínea, 1993.

NERI, A. L. Psicologia do envelhecimento: temas atuais. Campinas: Papirus, 2003.

REIS, Cleyton da Silva; ANDRADE, Juliana Alves Miranda. Benefícios da Atividade Física para Idosos. Revista Eletrônica Nacional de Educação Física, v. 5, n. 5, edição especial, 2022.

YASSUDA, M. S.; SILVA, H. S. DA .. Participação em programas para a terceira idade: impacto sobre a cognição, humor e satisfação com a vida. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 27, n. 2, p. 207-214, abr. 2010.

DINÂMICA CONFLITUOSA NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS: DESVENDANDO ORIGENS, IMPACTOS E MECANISMOS DE RESOLUÇÃO

Susana Michels²⁸
Daniel Pulcherio Fensterseifer²⁹

Eixo Temático: Políticas Públicas e Educação

Resumo

Este estudo aborda de forma abrangente os desafios enfrentados no ambiente escolar relacionados a conflitos interpessoais. Reconhecendo a complexidade dessas situações, o texto destaca que os conflitos vão além de simples discordâncias, podendo impactar negativamente tanto o processo de ensino-aprendizagem quanto o bem-estar emocional dos envolvidos, especialmente das crianças. A escola, portanto, desempenha um papel crucial não só na formação acadêmica, mas também no desenvolvimento socioemocional dos alunos, compartilhando essa responsabilidade com a família e a sociedade em geral. No contexto atual, marcado pela diversidade de perspectivas, valores e interesses, a discussão sobre conflitos escolares torna-se ainda mais relevante e necessária. Enfatizando a importância de abordar esses conflitos de maneira eficaz, visando preservar a segurança dos alunos e fortalecer o ambiente de aprendizagem. A reflexão proposta inclui a compreensão das origens dos conflitos, seus impactos na comunidade escolar e a exploração de estratégias preventivas e de resolução de conflitos. Ao longo da discussão, o artigo sublinha que, quando abordados de forma adequada, os conflitos podem ser transformados em oportunidades de crescimento, reflexão e melhoria nas relações humanas. Dessa forma, contribuem significativamente para o desenvolvimento pessoal e social dos envolvidos. O objetivo final do estudo é fornecer uma visão abrangente sobre os conflitos escolares, enfatizando a importância de uma abordagem consciente e colaborativa para promover uma cultura de paz, respeito e tolerância dentro do ambiente escolar. A compreensão e gestão eficaz dos conflitos são apresentadas como elementos fundamentais para a criação de um ambiente educacional enriquecedor, onde todos os membros da comunidade escolar possam prosperar e alcançar seu pleno potencial. Assim, propõe que a escola deve atuar de forma proativa na mediação e resolução de conflitos, incentivando o diálogo aberto e a cooperação entre todos os envolvidos, para garantir um ambiente saudável e propício ao desenvolvimento integral dos alunos.

Introdução

O ambiente escolar, apesar de ser um espaço dedicado à aprendizagem e crescimento, frequentemente enfrenta desafios relacionados a conflitos interpessoais. Este artigo visa aprofundar-se na compreensão dos conflitos escolares, proporcionando insights valiosos para educadores, gestores e demais envolvidos na comunidade escolar.

Os conflitos no ambiente escolar representam um desafio significativo, pois vão além de meras discordâncias entre alunos, professores e membros da comunidade escolar. Essas situações podem impactar não apenas o processo de ensino-aprendizagem, mas também a saúde emocional e psicológica dos envolvidos, especialmente das crianças.

Neste contexto, a escola assume um papel crucial na formação não apenas

²⁸ Mestranda. E-mail: a096062@uri.edu.br

²⁹ Doutor, Professor Orientador. Email: danielpulcherio@uri.edu.br

acadêmica, mas também socioemocional dos indivíduos. Ao considerar o ambiente escolar como um espaço de aprendizado não apenas de conteúdos científicos, mas também de convivência e valores, torna-se essencial compreender a complexidade dos conflitos que emergem. A escola, juntamente com a família e a sociedade, compartilha a responsabilidade de garantir um ambiente seguro e propício ao desenvolvimento integral dos alunos.

Os conflitos podem influenciar no processo de ensino-aprendizagem, bem como desenvolver diversos problemas psicológicos nas crianças. Para isso, é necessário que a escola fique atenta aos riscos que esses conflitos podem causar. Se não cumprir seu papel, poderá agravar ainda mais os problemas psicológicos das crianças. Aprender a respeitar regras e limites na convivência diária desenvolve a autonomia das crianças. Assim, elas desenvolvem melhor o intelectual e o social, tornando-se mais autônomas e ganhando aprendizado social através de observações, imitações e ganhos afetivos e sociais.

Todavia, a garantia dos direitos das crianças é de responsabilidade de todos – família, escola e sociedade em geral. A escola deve auxiliar a família na formação do ser humano, dando-lhes oportunidades de conviver com diversidades e demonstrar respeito pelos demais na sociedade. A escola, assim como qualquer outra instituição educacional, enfrenta desafios em relação aos conflitos que surgem entre seus alunos, professores e demais membros da comunidade escolar. Esses conflitos podem variar em natureza e intensidade, mas é essencial abordá-los de forma eficaz para garantir um ambiente propício à aprendizagem e ao desenvolvimento pessoal.

O conflito é algo inerente à relação humana. É resultado de posturas, atitudes, disputas, concepções discordantes, oposições e desarmonia quanto a fatos e condutas que envolvem perspectivas, valores ou interesses contraditórios. Podem prejudicar algumas pessoas e seus interesses, causando um desgaste emocional e físico muito grande. Conforme Matos (2014), os conflitos são situações geradas pela diversificação. Durante a nossa vida, estamos em constante processo de mudança, que pode causar conflitos. Fiorelli (2008) salienta que a causa raiz de todo conflito é a mudança, real ou apenas percebida, ou a perspectiva de que ela venha a ocorrer. Malhadas (2004) destaca que a mudança é toda e qualquer modificação da realidade. Não há conflito sem mudança. A mudança afeta o relacionamento entre as pessoas e conduz ao conflito. No entanto, é importante diferenciar violência de conflitos.

A violência é definida como toda e qualquer forma de constrangimento, coerção ou subordinação exercida sobre outra pessoa pelo uso abusivo do poder, muitas vezes em função dos baixos níveis de tolerância à frustração e impaciência. O conflito, conforme Pacheco (2006), é sempre estabelecido em função de uma dissociação de partes que se opõem. A convivência em um ambiente de conflitos e/ou a má resolução dos mesmos pode afetar a personalidade da criança. O conflito pode ser dividido em quatro categorias de ocorrência: interpessoal, intrapessoal, intergrupal e intragrupal, de acordo com os elementos envolvidos. Conforme diferentes intensidades e motivações, o conflito pode ser o princípio gerador de atitudes, que podem ser violentas ou não, muitas vezes resultando em violência escolar.

A violência na escola é uma situação que exige um olhar cuidadoso dos educadores e deve ser foco de estudos para incluir essa questão no processo de aprendizagem. Nas escolas, vivenciamos situações violentas, ameaças e agressões de alunos, entre alunos, e contra professores. A violência pode manifestar-se de diversas formas, como agressões físicas, abuso verbal, intimidação, assédio e maus-tratos. Sales (2007) afirma que a violência externa estimula a inadaptação social, refletindo a educação indevida por parte da família ou pelo meio onde as crianças e jovens vivem. A violência pode ocorrer a nível interpessoal, doméstico ou em relacionamentos íntimos, bem como a nível coletivo, como em conflitos armados ou violência social. A violência pode ter consequências graves para as pessoas que a sofrem, afetando seu bem-estar físico e emocional.

A luta contra a violência é um desafio global que requer o compromisso de governos, instituições, comunidades e indivíduos. No contexto educacional, observamos que os conflitos estão intrinsecamente ligados à questão da violência. Conflitos interpessoais, se não gerenciados especificamente, podem evoluir para situações de violência, comprometendo a segurança dos alunos e minando o ambiente de aprendizagem. Portanto, ao discutir estratégias para lidar com conflitos, é imprescindível considerar medidas preventivas que atuem diretamente na raiz da violência potencial, visando construir relações saudáveis e um ambiente escolar propício ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Os conflitos são intrínsecos à experiência humana e surgem de diferenças específicas de cada indivíduo, grupo ou sociedade. Na escola, um ambiente repleto de diversidade e interações constantes, não é incomum que ocorram conflitos entre alunos, professores e demais membros da comunidade escolar. O conflito geralmente inicia com um desentendimento ocasionado por má comunicação. Conforme Muszkat (2008), fala-se de conflito psíquico (interpessoal) quando, no indivíduo, se opõem exigências internas contrárias. Malhadas (2004) destaca que em uma situação de conflito, compreende-se tradicionalmente que alguém tem de mudar e que alguém deverá pagar um preço por essa mudança.

Os conflitos são associados às mudanças, que podem ser provocadas quando a intenção de uma parte tenta introduzir a mudança e a outra resiste. Malhadas (2004) destaca que o elemento-chave do processo de mudança denomina-se comunicação. Imperfeições, lacunas e falhas de comunicação provocam medo, que é o maior inimigo de novas ideias. Um conflito frequentemente surge como uma pequena diferença de opinião, podendo muitas vezes se agravar e tornar-se uma hostilidade franca e um conflito destrutivo entre duas pessoas ou grupos. Conforme Matos (2014), o primeiro passo para conviver com o conflito é manter limites toleráveis numa avaliação formal e encontrar estratégias para posterior avaliação do conflito.

Conflitos, mudanças geram tensões, ansiedades e resistências. Administrar conflitos é desgastante, porém necessário para a garantia dos direitos e desenvolvimento humano, qualidade de vida e desempenho da democracia. Nem sempre o conflito é algo negativo. Se resolvido de maneira adequada, ele

pode representar uma chance de crescimento, reflexão e melhoria nas relações humanas, culminando em um crescimento pessoal aos envolvidos. Quando administrado de maneira destrutiva, o conflito torna-se prejudicial, devendo ser evitado a todo custo. O conflito construtivo é encarado de maneira positiva, procurando verificar aquilo que pode favorecer, com possibilidades de aprendizagem e enriquecimento pessoal e cultural.

Dentre os efeitos negativos do conflito, muitas vezes, as partes envolvidas passam por sensações de dor, antagonismo e hostilidade. Os sentimentos negativos podem trazer conclusões precipitadas sobre motivos, atitudes e intenções do outro, reduzindo o contato entre as pessoas e levando à ruptura no relacionamento. A comunicação e a informação podem ser distorcidas, e a tomada de decisões pode não ocorrer de maneira adequada. Os efeitos positivos do conflito envolvem maneiras alternativas e criativas que buscam resolver o conflito de forma harmônica, buscando a melhoria das relações interpessoais e o fortalecimento da comunidade escolar. A mediação de conflitos, por exemplo, é uma ferramenta eficaz que permite às partes envolvidas expressarem suas preocupações e trabalharem juntas para encontrar soluções mutuamente benéficas.

Para que a escola cumpra seu papel como um ambiente seguro e propício ao desenvolvimento integral dos alunos, é crucial que os conflitos sejam abordados de forma preventiva e resolutiva. A educação socioemocional, a promoção de um diálogo aberto e a construção de uma cultura de paz são elementos fundamentais para prevenir a violência e melhorar a convivência escolar.

A gestão de conflitos na escola deve ser vista como uma oportunidade de aprendizagem e crescimento, tanto para alunos quanto para educadores. Ao desenvolver habilidades de comunicação, empatia e resolução de problemas, a comunidade escolar pode transformar situações de conflito em experiências enriquecedoras. Além disso, é essencial que a escola trabalhe em parceria com a família e a sociedade para garantir um ambiente acolhedor e respeitoso.

Em última análise, a abordagem adequada dos conflitos no ambiente escolar não apenas melhora a qualidade das interações humanas, mas também contribui para a formação de cidadãos conscientes e preparados para enfrentar os desafios da vida em sociedade. Portanto, a escola deve investir em estratégias de prevenção e resolução de conflitos, promovendo um ambiente de respeito, cooperação e desenvolvimento pessoal. Ao fazer isso, estará não apenas cumprindo seu papel educacional, mas também contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e pacífica.

REFERENCIAS

BURBRIDGE, Richard M.; BURBRIDGE, Anna. **Gestão de conflitos: desafio do mundo corporativo**. Editora Saraiva, 2012. E-book. ISBN 9788502179455.

Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502179455/>. Acesso em: 26 set. 2023.

CHRISPINO, Álvaro. *Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos*

aos modelos de mediação. in: Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Fundação CESGRANRIO, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/i/2007.v15n54/>

FIORELLI, José Osmir. **Mediação e soluções de conflito: teoria e prática.** / José Osmir Fiorelli, Marcos Julio Olivé Malhadas Junior.- São Paulo: Atlas, 2008.

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de A. **Manual de arbitragem e mediação: conciliação e negociação.** Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553620568. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620568/>. Acesso em: 22 jul. 2023.

JUNIOR, Luiz Antonio S. **Arbitragem: Mediação, Conciliação e Negociação.** Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559648191. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648191/>. Acesso em: 10 de agosto. 2023.

MARTINELLI, Dante P. **Negociação e Solução de Conflitos - Do Impasse ao Ganha-ganha Com o Melhor Estilo** Grupo GEN, 2020. E-book. ISBN 9788597025989. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597025989/>. Acesso em: 10 set. 2023

MIKLOS, Jorge; **Mediação de conflitos** / Jorge Miklos, Sophia Miklos. -1. Ed.- São Paulo: Érica, 2021. ISBN 978-65-5811-047-7 (eletrônico) disponível em: https://ler.amazon.com.br/?asin=B08P3V2CM5&ref_=kw_l_kr_iv_rec_1 acesso em 20 de agosto de 2023.

OLIVEIRA, É.C. S. e MARTINS, S. T. F. **Violência, Sociedade e Escola: da recusa do diálogo à falência da palavra.** Psicologia & Sociedade, 19(1), p. 90-98; jan/abr, 2007.

PACHECO, Florinda Maria Coelho. **A gestão de conflitos na escola a mediação como alternativa.** Universidade Aberta, Lisboa, 2006.

PENTEADO, J. R. W. **A Técnica da Comunicação Humana** . 4. ed. rev. e ampl. -- São Paulo : Cengage Learning: Cengage Learning Brasil, 2012. E-book. ISBN 9788522112708. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522112708/> Acesso em: 06 jun.. 2023.

ROSENBERG, Marsahll B. **Vivendo a comunicação não violenta.** Tradução Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

SALES, Lília Maria de Moraes. **Mediação de Conflitos: Família, Escola e Comunidade.** Florianópolis: Conceito Editorial, 2007.

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: FERRAMENTA DE QUALIFICAÇÃO E GESTÃO NOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Milena Lais Sippert³⁰

Bruna Eduarda Fassbinder Hoffmeister³¹

Eduardo Petrikoski³²

Laís Cargnin³³

Marines Aires³⁴

Eixo Temático: Políticas Públicas e Educação

Resumo

Introdução: A Atenção Primária à Saúde (APS) é a principal porta de entrada e o centro de comunicação da Rede de Atenção à Saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), responsável por ofertar um conjunto de ações e serviços de saúde nos campos da promoção, prevenção, cura, tratamento, reabilitação, redução de danos e cuidados paliativos em todos os ciclos da vida. Esta, segue os princípios e diretrizes do SUS, os quais correspondem a universalidade da assistência, integralidade do cuidado, equidade e justiça social, regionalização com base no território, hierarquização e níveis de atenção, descentralização e participação popular por meio do exercício do Controle Social. (Brasil, 2017) Conforme a Política Nacional de Atenção Básica, aprovada na portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, que estabelece diretrizes para organização em toda esfera do Sistema Único de Saúde, tem-se na Saúde da Família a estratégia prioritária para expansão e consolidação da APS enquanto modelo assistencial que busca consolidar princípios e diretrizes do SUS, sendo estes, considerados espaços de educação, formação de recursos humanos, pesquisa, ensino em serviço e inovação. (Brasil, 2017) A Lei 8.080 de 1990 nos traz que compete ao SUS ordenar a formação de recursos humanos na área da saúde. (Brasil, 1990). Para isto, em 2007, foi instituída a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) que tem como objetivo identificar as

³⁰ Acadêmica do VIII Semestre do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI Campus de Frederico Westphalen RS. Bolsista FAPERGS, Edital 08/2023. E-mail: a099129@uri.edu.br.

³¹ Acadêmica do VIII Semestre do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI Campus de Frederico Westphalen RS. Bolsista FAPERGS, Edital 08/2023. E-mail: a099216@uri.edu.br.

³² Acadêmico do X semestre do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI Campus de Frederico Westphalen RS. Bolsista voluntário FAPERGS, Edital 08/2023. Email: a096543@uri.edu.br.

³³ Enfermeira Residente no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: pc.marcelalaisa@gmail.com.

³⁴ Doutora em Enfermagem pelo Programa de Pós-graduação em Enfermagem, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGENF/UFRGS). Professora do Programa de Pós-graduação em Educação, da URI/FW(PPGEDU). Pós Doutora em Educação - PPGEDU/URI. E-mail: maires@uri.edu.br.

necessidades de formação, desenvolver trabalhadores de saúde, construir estratégias e processos para qualificar a atenção e a gestão da saúde, além de fortalecer o controle social produzindo saúde. (Brasil, 2009). Conforme a PNEPS, o conceito de Educação Permanente em Saúde (EPS) incorpora o aprender e ensinar no cotidiano das organizações de trabalho, no qual o processo de aprendizagem dos trabalhadores da saúde, sejam pensados a partir das necessidades, ou seja, de uma proposta metodológica problematizadora, transformando as práticas profissionais e da própria organização do trabalho. (BRASIL, 2009). Para Ceccim Feuerwerker (2004), a EPS emprega o Quadrilátero da Formação, ou seja, a interação entre os segmentos da formação, da atenção, da gestão e do controle social. A partir dessa interação a saúde deveria permitir dignificar as características locais, valorizar as capacidades, desenvolver as potencialidades existentes em cada realidade, e por fim estabelecer a aprendizagem significativa, efetiva e criativa capacidade de crítica, bem como produzir sentidos, autoanálise e autogestão. Nesse ínterim, a EPS configura-se como uma ferramenta de trabalho do enfermeiro e constitui-se em uma das estratégias mais profícuas no aperfeiçoamento da gestão da clínica e da organização do processo de trabalho na APS, em razão do desenvolvimento de ações educativas para qualificação dos trabalhadores e para propor mudanças nas práticas de cuidado, de acordo com suas demandas e necessidades. Dentre os profissionais da APS, o enfermeiro possui funções assistenciais e gerenciais, conforme o Código de Ética profissional, sendo um direito e dever do profissional aprimorar seus conhecimentos técnicos-científicos, ético-políticos, socioeducativos, históricos e culturais para qualificar sua prática profissional. (COFEN, 2017). A Política Nacional de Atenção Básica fomenta a atribuição do profissional enfermeiro na realização de Formação e Educação Permanente em Saúde em sua atuação, como parte do processo de trabalho das equipes na Atenção Básica, (BRASIL, 2017) já que, a enfermagem opera articuladamente com a educação, por meio de ações desenvolvidas pelo enfermeiro que englobam atividades educativas, relacionadas às questões de saúde tanto do usuário e comunidade, quanto da equipe de trabalho, o qual necessita do profissional constante atualizações sobre os assuntos. (WEYKAMP, et.al., 2016) **Objetivo:** Realizar um relato de experiência acerca da Educação Permanente em Saúde como estratégia para qualificar as práticas de cuidado na Atenção Primária à Saúde. **Metodologia:** Estudo descritivo do tipo relato de experiência, realizado a partir das vivências acadêmicas de alunos do Curso de Graduação em Enfermagem, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Câmpus Frederico Westphalen, durante as Atividades Teórico Prática da disciplina de Enfermagem em Saúde Coletiva, ocorridas no primeiro semestre do ano de 2024, em uma Estratégia de Saúde da Família na região Noroeste do Rio Grande do Sul. O relato de experiência estimula a produção de conhecimento através da vivência acadêmica ou profissional, tendo como principal característica a descrição de intervenções com o auxílio do conhecimento científico e o pensamento crítico. (MUSSI, FLORES, ALMEIDA, 2021).

Resultados: A experiência evidenciou a importância das ações de EPS para a qualificação das equipes na Atenção Primária à Saúde, e que deve ser estimulada e estabelecida como rotina das Estratégias de Saúde da Família, podendo ser realizada de acordo com as necessidades visualizadas nos campos, abrangendo toda a equipe de saúde ou núcleos profissionais específicos, como por exemplo, a equipe de enfermagem. Conforme é estabelecido na Política Nacional de Atenção Básica, as atividades de EPS são de responsabilidade do Enfermeiro que deve organizar e planejar junto a sua equipe. A APS, especialmente a Estratégia Saúde da Família se constitui com espaço para consolidação da EPS por realizar práticas compartilhadas em equipes com a utilização de distintas tecnologias para o cuidado dos usuários, por ter papel indutor no trabalho interdisciplinar da equipe, na construção de vínculo entre equipe e usuários e na reformulação do saber e da prática assistencial em saúde. Nessa perspectiva observa-se que a reunião de equipe se demonstra como uma das principais estratégias para a realização da EPS, tendo em vista que este é o momento em que todos os profissionais interagem entre si discutindo processos de trabalho e estudos de casos. Também, positivamente nota-se a promoção da interdisciplinaridade entre os profissionais a partir da EPS, pois esta possibilita o processo de aprendizagem sobre um determinado assunto de acordo com os diversos olhares das equipes de saúde. A EPS assume então, na concepção de Ceccim (2005), a definição pedagógica para o processo educativo que coloca o cotidiano do trabalho – ou da formação – em saúde em análise, que se permeabiliza pelas relações concretas que operam realidades e que possibilita construir espaços coletivos para a reflexão e avaliação de sentido dos atos produzidos no cotidiano. Desse modo, a EPS possibilita identificar diferentes ferramentas que orientam a prática na APS, oportunizando mudanças na organização dos processos de trabalho e na qualificação dos profissionais. Contudo, apesar da EPS ser uma prática necessária, uma ferramenta de gestão enquanto política pública, observa-se que os trabalhadores enfrentam desafios para implementar no seu cotidiano, sendo estes relacionados à compreensão da importância da construção de conhecimento dentro dos seus locais de trabalho, e a sobrecarga para procurar além da demanda do cotidiano. Durante as vivências, os acadêmicos experienciam alguns obstáculos para a realização da EPS, por motivos muitas vezes de pouca adesão das equipes, ou também, as mesmas não conseguem visualizar a importância da qualificação profissional e da busca constante pelo aprimoramento e atualização de seus conhecimentos e práticas. Outro fator dificultador observado, é a alta demanda de trabalho para o baixo quantitativo de profissionais, sendo assim, somente se detém em pensar na quantidade e não na qualidade da assistência, omitindo a busca constante pelo conhecimento. Contudo, cabe ao profissional enfermeiro e aos acadêmicos engajados na prática da EPS demonstrar interesse pelas dúvidas e principais dificuldades de suas equipes, e a partir disso organizar estratégias e ações de educação permanente e de qualificação. Com base nessas ações,

realizadas através de conhecimentos prévios adquiridos durante a graduação, por intermédio de busca científica e da explanação de forma didática e clara às equipes, pôde-se observar que o objetivo principal de mudança nos contextos observados na APS e das demandas trazidas até os acadêmicos podem ser mudados. As equipes demonstram interesses pelos conhecimentos compartilhados e sentem-se confortáveis para trazer suas dificuldades para a discussão, configurando assim um aspecto facilitador para a prática da EPS pelos acadêmicos inseridos na APS, sendo vista como um instrumento que promove a análise crítica e a produção de conhecimento a partir da realidade local. **Conclusão:** Por fim, nota-se o quanto a EPS proporciona aos acadêmicos de Enfermagem um olhar ampliado da realidade da comunidade, em que estão inseridos possibilitando assim o desenvolvimento de ações singulares específicas para as demandas locais, fornecendo aos acadêmicos subsídios para o desenvolvimento profissional e pessoal, ainda os incentiva a buscarem por novos conhecimentos implicando em um vasto somatório de trocas, tanto entre as equipes quanto aos acadêmicos que se desafiavam no desenvolvimento destas ações.

Referências

BRASIL, Ministério da Saúde. **Lei N° 8.080, de 19 de setembro de 1990.**

Brasília: Ministério da Saúde, 1990. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso 12 jul 2024.

BRASIL, Ministério da Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria N° 2.436, de 21 de setembro de 2017.**

Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em:

<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html>. Acesso em 10 jul 2024.

CECCIM, R. B.; FEUERWERKER, L. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. *Physis - Rev. Saúde Coletiva*, v.14, n.1, p.41-65, 2005.

MUSSI, R. F. F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C.B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Rev. Práxis. Educ., Vitória da Conquista*, v.17,n.48, 2021. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/apraxis/v17n48/2178-2679-apraxis-17-48-60.pdf>>. Acesso 14 jul 2024.

WEYKAMP, Juliana Marques, et al. Educação permanente em saúde na atenção básica: percepção dos profissionais de enfermagem. *Revista de Enfermagem da UFSM*, v. 6, 2016.

Palavras-chave: Saúde. Educação. Enfermagem. Educação Permanente. Atenção Primária à Saúde.

CONSTRUINDO PONTES: POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NAS ESCOLAS

Camila Torzeski Praissler³⁵

Eixo Temático: Políticas Públicas e Educação

Resumo

O referido estudo aborda questões de conflitos escolares no ensino fundamental dos anos iniciais. O escopo da pesquisa foca em analisar/identificar algumas políticas públicas educacionais já existentes, que tem propósito promover a mediação de conflitos, abordando possibilidades da cultura de paz dentro das escolas, fomentando a comunicação não-violenta, viabilizando habilidade de diálogo, de uma educação de qualidade do combate à violência nos ambientes escolares, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e pacífica. Políticas Públicas que visam possibilidades estratégicas para o desenvolvimento na formação integral dos/as estudantes, em suas dimensões intelectivas, cognitivas e relacionais e os processos científicos e humanistas na sala de aula, no ambiente escolar e do cotidiano, para além da escola, visando mediar conflitos escolares no sentido de pensar, organizar e realizar suas existências e inserção sociais. O estudo utiliza metodologia de revisão de literatura analítica e sistemática, tendo como tema: Políticas educacionais e resolução de conflitos nas escolas.

Construir pontes, uma metáfora utilizada para sinalizar o gesto/ação, um possível caminho que tem como objetivo estreitar barreiras e superar conflitos nas escolas. O termo frequentemente é usado para descrever a ideia de promover comunicação, entendimento e reconciliação entre diferentes grupos. Uma abordagem para construir relações positivas, onde prevaleça a presença do diálogo, da empatia, da inclusão e do respeito mútuo onde se possam estabelecer conexões entre os pares de uma forma que não existam barreiras.

Na escola, os sujeitos envolvidos no processo educacional sejam eles professores, alunos, comunidade escolar todos estão propensos diariamente a uma variedade de conflitos, sendo que os relacionamentos humanos, envolvem-nos inevitavelmente. O conflito é uma situação que envolve um problema ou dificuldade, podendo variar de conflitos intrapessoais a interpessoais.

Alguns exemplos de conflitos internos, que são acometidos dentro da escola, surgem quando duas ou mais pessoas possuem interesses e valores distintos, posições diferentes e opostas, como por exemplo o bullying, que normalmente vem acompanhado de intimidação, agressividade ou atitudes de exclusão entre os pares, temos também a indisciplina em sala de aula que é pautada no desrespeito ou falta de cooperação com os professores ou com a equipe escolar.

³⁵ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI- Campus de Frederico Westphalen-RS. Especialista em Orientação Educacional. Graduada em Pedagogia. Professora de Educação Básica. E-mail: a105623@uri.edu.br.

Os conflitos externos, normalmente ocorrem fora da escola, dentre eles os conflitos sociais, como crime, pobreza ou desigualdade. Podem envolver fatores familiares como a separação dos pais, familiares usuários de drogas, abandono de lar por parte da mãe ou pai, entre outros, bem como, fatores socioemocionais, como dificuldade financeira, onde a família possui poucos recursos para adquirir materiais escolares, bem como, incapacidade em comprar alimentos para saciar a fome dos filhos. Também existem os conflitos subjetivos do ser humano, os intrapessoais, conflitos emocionais, psicológicos ou morais que uma pessoa enfrenta dentro de si mesma. Eles podem ser sutis ou intensos e muitas vezes são atribuídos a desejos, valores, necessidades e crenças do próprio indivíduo.

Todos os tipos de conflitos impactam direta ou indiretamente o ambiente escolar, podendo criar um ambiente escolar tenso, prejudicando o desempenho escolar dos educandos, e assim, comprometendo a qualidade do ensino, dificultando a sistematização entre alunos, pais, professores e comunidade escolar em geral.

Nessa perspectiva, pode se perceber que o aluno é um ser integral/singular e muitos fatores influenciam e impactam o processo de aprendizagem de alunos e alunas, em alguns casos gerando conflitos dentro da escola.

Processos educativos são complexos, devido sua singularidade, dentre eles, os fatores como contexto familiar, incluindo as características das famílias e das comunidades que convivem neste espaço, condições socioeconômicas, saúde física e mental, acesso a recursos educacionais, todas essas dinâmicas influenciam no ambiente escolar. É importante observar que cada escola é única, com seus recursos e desafios levar em conta o contexto específico de cada escola, sendo de suma importância considerar essa diversidade de valores sociais.

Os fatores educativos são complexos e interconectados, para promover um ambiente escolar saudável, é importante levar em consideração todas as dimensões dos alunos e seus contextos sociais. Isso inclui não apenas as necessidades do currículo escolar como disciplinas, notas e desempenho, mas também, seu bem-estar emocional, social e físico.

Construir pontes visando a resolução de conflitos, desenvolver estratégias educacionais no ambiente escolar, implica em considerar todas as dimensões. É essencial adotar uma abordagem holística, que considere o todo, e não as partes isoladas. Considerar o aluno como um ser completo, suas necessidades sociais, emocionais, físicas e culturais.

A compreensão dos diferentes tipos de conflitos que circundam a escola, faz-se necessário para repensar em estratégias eficazes e políticas públicas educacionais que visem a gestão de conflitos, a implementação de programas de apoio social e emocional para os alunos. O governo desempenha um importante papel na formulação e implementação de políticas públicas educacionais, portanto, é fundamental que haja um compromisso com a promoção de ambientes escolares seguros, inclusivos acolhedores visando o crescimento de todos os membros da comunidade escolar e propício à aprendizagem.

Como vimos anteriormente, os conflitos escolares podem ter origem a partir de

diversas perspectivas, não tão somente, dentro da escola. E para que o processo de resolução de conflitos seja eficaz é necessário obter uma colaboração entre pais, bem como o governo e a comunidade, promovendo um ambiente escolar positivo, saudável, produtivo e uma parceria sólida entre família, escola, governo e comunidade em geral.

Resolver conflitos escolares de forma construtiva é pensar na escola como um ambiente que promova o diálogo, as discussões produtivas, o senso de responsabilidade, de respeito e empatia. Um ambiente em que todos se sintam valorizados.

As políticas públicas educacionais, voltadas à resolução de conflitos, surgem com esse desafio, como uma resposta aos conflitos ou problemas enfrentados pela sociedade. Tendo intuito de resolver ou tentar solucionar conflitos ou questões/problemas. Políticas Públicas são um plano de ação, onde os atores políticos vão interpretar o que é ou não um problema da sociedade, um problema público deve ser relevante para a sociedade, com implicações qualitativas e quantitativas para a população.

Ao longo de décadas o conceito de políticas públicas vem sendo redefinido, sendo que não existe apenas uma definição para sua interpretação. Assim como Savio Raeder expressa em suas próprias palavras: “Há muitas definições sobre o que são políticas públicas, diversos são os autores brasileiros que se propõem a contribuir na delimitação do termo.” (p.123). Secchi em seus estudos ressalta: “Políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões”. (p.1). Para o autor, a política pública tem atores governamentais como protagonistas na formulação das políticas.

Nesse viés, as políticas públicas voltadas para área da educação (políticas públicas educacionais), visam resolver os problemas da sociedade educacional, pensar em propostas educacionais que visem promover uma cultura de paz dentro das escolas, uma maneira de abrandar os conflitos existentes neste mundo em que vivemos, estão previstas nas propostas da Unesco, Agenda 2030, cujas metas objetivam paz, justiça e instituições eficazes com condições de promover sociedades pacíficas e inclusivas, desenvolvimento sustentável, acesso à justiça para todos e todas e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas. Essa proposta da Agenda 2030, não é uma Política Pública em si, mas ela abre ramificações, e influencia diversas políticas públicas educacionais, sendo que seus objetivos e metas são estabelecidos pelas Nações Unidas, dentre elas, metas relacionadas à uma educação de qualidade.

As Diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE), são políticas públicas que preveem que as pessoas tenham formação integral e abordam questões qualitativas referentes à Educação Básica do Brasil, dessa forma podendo contribuir significativamente para a resolução de conflitos, haja visto que visam a formação integral do estudante.

O Plano Nacional de Educação, como política pública, desempenha um papel fundamental na mediação de conflitos, auxiliando a criar um ambiente escolar seguro, com promoção de prevenção ao bullying, educação para a paz, direitos humanos, espaços para diálogo, assim, fortalecendo vínculos e a formação

integral das crianças. A preocupação das escolas é fazer com que os estudantes se desenvolvam de forma integral. Da mesma forma que o PNE, visar a educação integral do aluno é pensar além da escola, promovendo uma escola mais justa, inclusiva e igualitária.

A Base Nacional Comum Curricular é um documento que estabelece as diretrizes para a educação básica no Brasil. Uma política pública que aborda 10 competências gerais. Dentre elas, temos a de número nove que aborda aspectos fundamentais para o desenvolvimento humano, como empatia, cooperação e habilidades de diálogo.

Segundo Agum, Riscado e Menezes (2015): “é possível perceber que a formulação de políticas públicas irá se converter em projetos, planos, programas que necessitam de acompanhamento e análise constante, visto que, o desenho e execução das políticas públicas sofrem transformações que devem ser adequadas às compreensões científicas e sociais.”.

Corroborando com o que o autor nos apresenta, a formulação de políticas públicas é o primeiro passo do processo até sua implementação. Após formulada é transformada em projetos e ações concretas. Dentro desse modelo, passa pela elaboração de planos detalhados, definição de responsabilidades, prazos, entre outros aspectos. Os projetos são os meios pelos quais as ideias e objetivos são colocados em prática, e geram impacto na sociedade e necessitam de acompanhamento e análise constante. Esse acompanhamento, essa avaliação que as políticas públicas passam podemos perceber impactos que podem ser negativos ou positivos. Os resultados servem para ajustar as políticas existentes, melhorar a qualidade do sistema e para rever e formular novas políticas públicas.

As análises propostas neste estudo, ilustraram a importância de “construir pontes nas escolas” superando conflitos existentes, através das políticas públicas educacionais, promovendo o diálogo, a empatia e o respeito, sempre considerando as especificidades do educando e das famílias em todos os níveis. Compreender o que são políticas públicas, questões de implementação, acompanhamento e análise das mesmas, embasados nos autores: Leonardo Secchi, Monique Menezes, Priscila Riscado, Ricardo Agum e Savio Raeder. Identificar algumas políticas públicas já existentes como Agenda 2030, PNE e BNCC documentos que abordam processos educacionais para além da escola, considerando o desenvolvimento integral dos estudantes e o fortalecimento do sistema educacional, visando uma educação com equidade e qualidade.

A compreensão dos diferentes tipos de conflitos que circundam a escola, faz -se necessário para repensar em estratégias eficazes e políticas educacionais que visem a gestão de conflitos, para promover um ambiente escolar seguro, acolhedor e propício às aprendizagens.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Conflitos nas Escolas. Resolução de Conflitos escolares.

Referências

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. **Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão**. Revista Agenda Política, v. 3, n.2, p.12-42, jul./dez. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de junho de 2014. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.

MARTINS, Ângela Maria. **O CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO: UMA REVISÃO DA LITERATURA**. In: Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 24, n. 56,

ONU. **Organização das Nações Unidas. Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em:
<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>.

RAEDER, Savio. **CICLO DE POLÍTICAS: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas**. In: Perspectivas em Políticas Públicas, Belo Horizonte, Vol. VII, nº 13, p. 121-146, jan/jun 2014.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

YUS, Rafael. **Educação Integral: uma educação holística para o século XXI**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

FAKE NEWS: A NOVA HERMENÊUTICA E SUA AMEAÇA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO

Evandro da Fonseca Almeida³⁶

Eixo Temático: Políticas Públicas e Educação

Introdução

Com a ascensão inegável da internet e dos dispositivos móveis de comunicação, testemunhamos uma proliferação exponencial das chamadas "Fake News", um fenômeno que transcende fronteiras e influencia diretamente os rumos da sociedade. Exemplos emblemáticos dessa realidade são abundantes, desde a controvérsia em torno da inclusão do livro "O Avesso da Pele" no início do ano letivo de 2024 até os ataques incisivos do Presidente Bolsonaro às estratégias educacionais, rotulando-as de "fábricas de militantes" em 2022, conforme documentado por Bimabati (2024) e Cravo (2022).

Essa disseminação generalizada de informações distorcidas transcende o âmbito das relações cotidianas, penetrando profundamente no tecido social e afetando diretamente a formulação e a implementação de políticas públicas, especialmente no setor educacional. A confiança nas políticas educacionais, essencial para a construção de um sistema justo e inclusivo, é minada pela disseminação deliberada de desinformação, criando uma atmosfera de desconfiança e polarização que ameaça comprometer os avanços alcançados ao longo dos anos.

Diante desse cenário preocupante, torna-se imperativo investigar minuciosamente o papel desempenhado pelas Fake News na construção dessa narrativa distorcida e compreender de que maneira esses elementos têm impactado o desenvolvimento e a implementação das políticas educacionais no Brasil. Este estudo se propõe a mergulhar profundamente nessa análise, utilizando abordagens teóricas clássicas, como a Hermenêutica e as Teorias do Conhecimento, como ferramentas para decifrar as complexidades desse fenômeno contemporâneo.

Ao compreendermos mais profundamente as dinâmicas subjacentes e os mecanismos de propagação das Fake News, estaremos mais bem equipados para enfrentar os desafios que elas representam e buscar soluções que fortaleçam o sistema educacional brasileiro. Mais do que isso, estaremos trabalhando ativamente para promover uma sociedade mais informada, crítica e resiliente, capaz de discernir entre a verdade e a falsidade, e de defender os valores democráticos e a justiça social.

Objetivos

Ao abordar essa problemática, minha intenção é investigar as estratégias de

³⁶ Mestrando em Educação (Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Frederico Westphalen). Médico de Família e Comunidade - Santiago/RS. E-mail: evandro.almeida1981@gmail.com

disseminação de Fake News no contexto educacional e examinar de que forma essas práticas influenciam as políticas públicas voltadas para a educação. Pretendo analisar em profundidade como a propagação de informações falsas afeta não apenas a percepção da realidade pelos cidadãos, mas também sua confiança nas políticas educacionais estabelecidas. Ao compreender os mecanismos pelos quais a desinformação compromete a formação crítica dos indivíduos, espero contribuir para a elaboração de estratégias eficazes de combate a esse fenômeno e para o fortalecimento das políticas públicas de educação.

Metodologia

Para investigar o fenômeno das Fake News na educação, optei por uma abordagem qualitativa, que me permite explorar profundamente as nuances e complexidades desse problema. A base teórica para essa análise é construída a partir de estudos bibliográficos de autores renomados na teoria do conhecimento, como Hessen (1999), cujas obras fornecem fundamentos sólidos para compreender as diferentes formas de conhecimento e suas implicações. Além disso, busco explorar as reflexões de Foucault (2006) sobre a "Hermenêutica do Sujeito", que oferecem insights valiosos sobre como as narrativas e discursos moldam a percepção e compreensão do mundo.

Nessa metodologia, é essencial realizar uma análise crítica das obras desses autores, não apenas para compreender suas teorias, mas também para identificar como tais conceitos se aplicam ao contexto específico das Fake News na educação. Isso me permite estabelecer uma base teórica sólida que é fundamental para compreender a dinâmica da desinformação e suas implicações no ambiente educacional.

No entanto, é importante reconhecer as limitações inerentes a esse tipo de pesquisa. A dependência exclusiva de fontes bibliográficas pode restringir minha análise ao que já está disponível na literatura existente, limitando, assim, a abrangência e a profundidade da investigação. Além disso, a abordagem qualitativa, por se basear em interpretações subjetivas, pode limitar a generalização dos resultados, uma vez que estes refletem as percepções e análises individuais do pesquisador.

Uma nova possibilidade de conhecimento?

Hessen (1999) oferece uma ampla análise das diferentes formas pelas quais os seres humanos buscam compreender o mundo ao seu redor. Suas seis possibilidades de conhecimento - dogmatismo, ceticismo, subjetivismo, relativismo, pragmatismo e criticismo - delineiam os diversos enfoques epistemológicos adotados pelas pessoas para interpretar e assimilar informações (Hessen, 1999, p. 29-45). No entanto, o autor não antecipou uma modalidade de conhecimento baseada na disseminação em massa de dados falseáveis - as chamadas fake news.

Essa nova forma de conhecimento distorce a realidade ao apresentar informações fabricadas como verdadeiras, muitas vezes para atender a interesses políticos ou ideológicos específicos. Ao se espalhar rapidamente e de

forma viral, as fake news criam uma narrativa alternativa que influencia a percepção do público e molda sua compreensão do mundo. Esse fenômeno pode ser comparado a um novo dogmatismo, uma vez que impõe uma visão distorcida da realidade sem base em evidências sólidas ou métodos científicos. Um exemplo concreto dessa influência pode ser observado nos ataques direcionados à Educação Brasileira em 2018, durante os quais as fake news foram utilizadas para difundir informações distorcidas sobre o currículo da Educação Básica, especialmente em relação à sexualidade das crianças, além de ataques ao educador Paulo Freire durante as eleições do mesmo ano (Queiroga, 2021; Carta Capital, 2018). Essas campanhas de desinformação geraram uma controvérsia generalizada, levando muitos brasileiros a questionar e até mesmo atacar as políticas públicas educacionais do país, enfraquecendo assim seu potencial de promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

Uma nova visão do sujeito

Foucault (2006) oferece uma perspectiva única sobre a construção da subjetividade humana, destacando como os discursos moldam a forma como os indivíduos se percebem e interpretam o mundo ao seu redor. Em suas palestras sobre a Hermenêutica do Sujeito, ele explora como conceitos antigos, como "Conheça a ti mesmo", evoluíram ao longo do tempo, revelando uma mudança na compreensão da autoconsciência e da autocompreensão. Ele demonstra que esses conceitos não são estáticos, mas sim influenciados pela história e pela cultura, refletindo a dinâmica dos discursos dominantes em determinados contextos (Foucault, 2006, p. 3-24).

Analogamente, as fake news podem ser vistas como uma forma contemporânea de manipulação discursiva, que molda a percepção do sujeito e distorce sua compreensão da realidade. Assim como os discursos antigos moldavam a subjetividade dos indivíduos, as fake news impõem uma narrativa pré-determinada, muitas vezes baseada em falsidades, que influencia profundamente a visão de mundo das pessoas. Em vez de promoverem uma reflexão crítica e informada, elas simplificam e distorcem a realidade, desviando a atenção do sujeito da busca pela verdade.

A análise de Foucault sobre a hermenêutica do sujeito oferece uma ferramenta conceitual valiosa para compreender o impacto das fake news na formação da subjetividade contemporânea. Ao destacar a importância dos discursos na autoformação e autocompreensão, Foucault nos ajuda a perceber como as fake news subvertem esse processo, minando a capacidade dos indivíduos de desenvolver um conhecimento crítico e fundamentado. Em vez de promoverem uma compreensão complexa e multifacetada da realidade, elas impõem uma visão simplista e distorcida, comprometendo assim a busca pela verdade e pela compreensão profunda do mundo.

Conclusão

As Fake News emergem como uma ameaça sem precedentes ao tecido da sociedade contemporânea, representando uma distorção alarmante da busca pela verdade e do conhecimento crítico. Vivemos em uma era onde a

informação está ao alcance dos nossos dedos, graças à crescente relevância da internet e dos dispositivos móveis de comunicação. No entanto, essa abundância de informações também abriu espaço para a disseminação de conteúdos falsos, distorcidos e muitas vezes prejudiciais, minando os pilares fundamentais sobre os quais a nossa compreensão do mundo se apoia.

Essa nova forma de disseminação de informações falsas não apenas contradiz os princípios fundamentais do criticismo, que preconizam a busca pela verdade por meio da razão e do questionamento, mas também mina os alicerces da democracia e da educação. Ao se propagarem de forma viral e insidiosa, as Fake News moldam a percepção dos sujeitos, obscurecendo sua capacidade de discernir entre o que é verdadeiro e o que é fabricado. Essa distorção da realidade não apenas compromete a compreensão aprofundada e reflexiva do mundo, mas também desvia a atenção dos cidadãos de questões essenciais, como a importância das políticas públicas de educação.

É crucial reconhecer que as Fake News não apenas distorcem a realidade, mas também têm o poder de influenciar as decisões políticas e sociais. Ao transformar os indivíduos em defensores do dismantelamento das políticas públicas educacionais, elas minam os esforços para garantir uma educação de qualidade e acessível a todos os brasileiros. Portanto, é essencial que enfrentemos essa realidade com determinação e resiliência, fortalecendo nossas políticas educacionais e protegendo-as contra a disseminação de informações falsas e distorcidas.

Somente por meio de um compromisso firme com a verdade, o conhecimento crítico e a educação de qualidade podemos garantir uma evolução significativa na sociedade brasileira. Devemos estar vigilantes contra as armadilhas das Fake News e trabalhar incansavelmente para fortalecer os alicerces da nossa democracia e do nosso sistema educacional. Ao fazê-lo, podemos capacitar os cidadãos a se tornarem verdadeiramente críticos e conscientes de sua realidade, promovendo assim um futuro mais justo, igualitário e democrático para todos.

Palavras-chave: Fake News. Educação. Políticas públicas. Conhecimento. Hermenêutica.

Referências bibliográficas

Bimbati, Ana Paula. Alvo de tentativa de censura, livro foi escolhido no governo Bolsonaro. UOL, São Paulo/SP, 04 mar. 2024. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2024/03/04/alvo-de-tentativa-de-censura-livro-foi-escolhido-no-governo-bolsonaro.htm>. Acesso em: 21 maio 2024.

Carta Capital. Três ideias sobre doutrinação e “ideologia de gênero” na escola que são falsas. 26 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/tres-ideias-sobre-doutrinacao-e-ideologia-de-gener-o-na-escola-que-sao-falsas/>. Acesso em: 21 de maio de 2024.

Cravo, Alice. Bolsonaro dissemina fake news e afirma que crianças eram ensinadas 'a fazer sexo a partir de 6 anos de idade' nas escolas. O Globo, Brasília - DF, 01 set. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/09/bolsonaro-dissemina-fake-news-e-afirma-que-criancas-eram-ensinadas-a-fazer-sexo-a-partir-de-6-anos-de-idade-nas-escolas.ghtml>. Acesso em: 21 maio 2024.

Foucault, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. Trad. Márcio Alves da Fonseca, Salma Tannus Muchail. - 2ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Hessen, Joannes. **Teoria do conhecimento**. Trad. João Vergílio Gallerani Cuter. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Queiroga, Louise. "É #FAKE que PT distribuiu mamadeiras eróticas para crianças em creches pelo país". O Globo. 28 de outubro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2021/10/28/e-fake-que-pt-distribuiu-mamadeiras-eroticas-para-criancas-em-creches-pelo-pais.ghtml>. Acesso em: 21 de maio de 2024.

DATILOGIA: RECURSO ESSENCIAL PARA QUEM DESEJA APRENDER E SE COMUNICAR EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS

Rosane Pagnussat³⁷
Luana Teixeira Porto³⁸

Eixo Temático: Inclusão e Educação

Resumo

Este trabalho tem como objetivo discutir a importância do ensino da datilografia em Libras como recurso de aprendizagem e interação social entre surdos e ouvintes. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida no Brasil pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Posteriormente, sendo regulamentada pelo Decreto 5.626/2005, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que reconhece Libras como meio legal de comunicação e expressão, além de outros recursos a ela associados. Conforme Castro e Carvalho (2009), Libras é a língua materna dos surdos, é por meio dessa língua, que o indivíduo surdo tem possibilidade de ampliar seu conhecimento, incluindo o conhecimento de uma segunda língua, mesmo ela sendo oral ou escrita. Sendo que para começar a se apropriar da língua de sinais, o primeiro passo que devemos aprender é o Alfabeto Manual³⁹, também conhecido como Datilografia em Libras.

Palavras-chave: Datilografia. Alfabeto Manual. Língua Brasileira de Sinais. Comunicação. Recurso.

Introdução

Na Língua Brasileira de Sinais - Libras, as mãos desempenham um papel fundamental na comunicação, é por meio do movimento das mãos, que os sinais são formados, permitindo que os surdos se expressem e se comuniquem de forma eficaz. Um aspecto essencial da Libras é o Alfabeto Manual, também conhecido como Datilografia. Para iniciar o entendimento da Libras, é essencial entrar em contato com o Alfabeto Manual. Essa ferramenta oferece uma representação visual das letras do alfabeto por meio de sinais realizados com as mãos, não apenas possibilitando uma comunicação eficaz, mas também desempenhando um papel importante na ampliação da aprendizagem, na

³⁷ Licenciada em Arte, Educação Especial, Letras e Libras, professora da rede Estadual de Ensino de Santa Catarina. Mestranda em Educação pela URI - Campus de Frederico Westphalen/RS. Linha de pesquisa: Processos educativos, linguagens e tecnologias. E-mail: rosanessat@yahoo.com.br

³⁸ Doutora em Letras Professora e sub-coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação - Mestrado e Doutorado em Educação - URI Câmpus de Frederico Westphalen. E-mail luana@uri.edu.br

³⁹ O termo Alfabeto Manual ou Datilografia pode ser empregado ao longo do resumo.

promoção da inclusão e no reconhecimento da cultura surda. Dessa forma, para cada letra do alfabeto é atribuída uma combinação de uma forma de mão, conforme imagem 01.



Imagem 01 – Alfabeto Manual da Libras. Disponível em: <https://escritadesinais.com/2010/09/07/alfabeto-manual-ou-datilologia/>

Ao verificar a representação do alfabeto manual das Libras, informamos que ele possui vinte e sete formas distintas para representar as letras. Embora o alfabeto da Língua Portuguesa conte com vinte e seis letras, o alfabeto manual utilizado na Língua Brasileira de Sinais inclui uma forma adicional. Esta forma adicional é utilizada para representar o grafema Ç, que é representado pelo formato do grafema C, incorporando o parâmetro de movimento trêmulo. Este movimento trêmulo é essencial para diferenciar o Ç do C, garantindo clareza na comunicação.

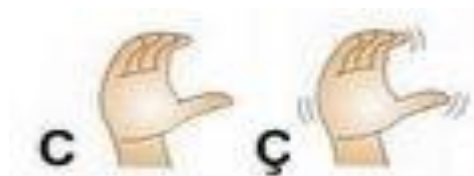


Imagem 02 – “C” e “Ç” - Alfabeto Manual da Libras: Recorte da autora (2024), disponível em <https://escritadesinais.com/2010/09/07/alfabeto-manual-ou-datilologia/>

Segundo Nascimento (2011), a datilologia em língua de sinais pode ser comparada à soletração em línguas orais. Faz-se a correspondência de uma letra da grafia de uma língua oral com uma configuração de mão (CM) de uma língua de sinais. Outrossim, trata-se de um recurso das línguas de sinais em que diferentes formatos das mãos representam as letras do alfabeto, e, no espaço adequado para sua visualização, o uso do espaço é fundamental. A datilologia ocorre dentro para fora, nunca de fora para dentro. O espaço apropriado para a datilologia depende do contexto em que a pessoa estiver sinalizando.

Conforme Castro Júnior, Faulstich, Prometi e Francisco (2023), o alfabeto manual não é apenas um mecanismo alternativo utilizado quando não se tem sinal correspondente na interpretação/tradução de uma linguagem oral para uma língua de sinais tanto quanto as expressões faciais, e esse alfabeto faz parte da língua de sinais. Ainda que, no início, apresenta-se a função de substituir a fala, e, aos poucos, foi-se tornando parte da língua de sinais. Alguns sinais são realizados com a digitação de letras do alfabeto, como o sinal de AZUL (este constitui-se no sinal do alfabeto digital da letra “A” e da letra “L”), conforme mostra a imagem a seguir:

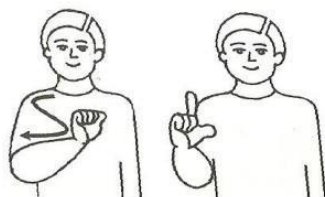


Imagem 03 – Sinal de **AZUL**, disponível em Dicionário de Capovilla e Raphael (2001)

Datilologia na interpretação de libras para o português

Nascimento, (2011) enfatiza a digitação das palavras em Libras, o que é muito frequente em ambientes educacionais. Nesses espaços, é aprendida uma gama de novos conceitos nas mais diversas áreas do conhecimento. Nesse momento, muitos sinais são digitados, tanto por não haver terminologia para todos os termos envolvidos, quanto pela presença em sala de aula de professores/intérpretes que não tem fluência adequada em Libras. Parafraseando a autora, a digitação de palavras em Libras não se restringe apenas a ambientes educacionais, ela também é comum em outros contextos. Em situações de interações cotidianas, consultas médicas, reuniões ou eventos, a digitação de sinais em Libras pode ocorrer. Isso geralmente acontece quando não há um sinal específico para um termo, ou quando as pessoas envolvidas na comunicação não têm fluência na língua de sinais, ou não entendem a sinalização. Essa prática demonstra a necessidade contínua de adaptação e acessibilidade na comunicação para garantir a inclusão de todos os usuários de Libras em diferentes cenários. Conforme exemplo na imagem 04, cada letra do alfabeto manual em sequência reproduz as letras presentes em uma palavra escrita, representado de forma puramente datilológica.

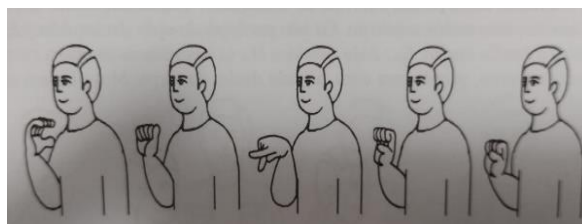


Imagem 04 – Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), disponível em Capovilla e Raphael (2001).

Soletrar

Em suas pesquisas, Capovilla e Raphael (2001) argumentam que, às vezes, a Libras não tem um sinal lexical específico para designar um certo significado. Nesses casos, a Libras emprega a soletração digital da palavra escrita em Português que corresponde a esse significado, ou parte dessa palavra. Por exemplo:

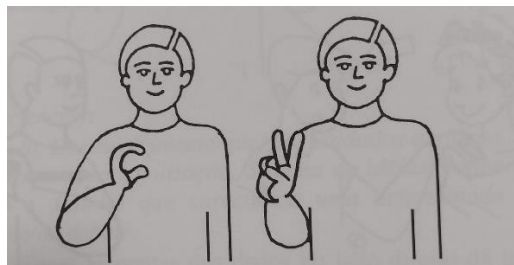


Imagem 05 – Currículo – (curriculum vitae) disponível em Capovilla e Raphael (2001).

Com base nas pesquisas realizadas, é possível analisar que, para conceitos complexos ou termos técnicos podem não ter um sinal específico já estabelecido pela comunidade surda. Quando isso ocorre, utilizasse a soletração digital. Por exemplo, "currículo" é soletrado como "CV", utilizando as letras "C" e "V" na forma de sinais manuais.

Objetivo

O objetivo desta pesquisa é evidenciar a importância do alfabeto manual (datilologia) na aprendizagem e no desenvolvimento da língua de sinais, bem como sua influência na alfabetização e comunicação de pessoas surdas e ouvintes, em diferentes contextos sociais e educacionais.

Metodologia

A metodologia do estudo é bibliográfica, baseada em autores como Castro e Carvalho (2009), Nascimento (2011), Castro Júnior, Faulstich, Prometi e Francisco (2023), Capovilla e Raphael (2001), assim como documental, com alusão à Lei de Libras (2002) e a Decreto (2005), os quais apontam que esse recurso é utilizado para soletrar no espaço, nome de pessoas, lugares e outras palavras que ainda não possuem sinal próprio, soletração de siglas e para a criação de sinais.

Resultado

De acordo com o proposto, é importante ressaltar que o alfabeto manual é apenas um dos primeiros recursos utilizados na língua de sinais como ponto estratégico no processo de ensino-aprendizagem. Para se comunicar efetivamente em Libras, não basta usar somente a datilologia, é necessário conhecer e utilizar diversos elementos, tais como configuração de mãos, expressões faciais, movimentos, ponto de articulação e estruturas gramaticais específicas da língua. É essencial analisar que a datilologia é fundamental na

estrutura linguística da Libras.

O alfabeto manual é um recurso necessário para quem deseja iniciar o processo de aprendizado e comunicação em Libras. Sua compreensão é fundamental, não apenas para soletrar palavras, mas também para compreender os princípios básicos da língua de sinais e sua estrutura linguística. Portanto, é importante destacar que o alfabeto manual é um recurso amplamente utilizado na comunicação em Libras. No entanto, não devemos limitar uma conversa em Libras apenas ao uso do alfabeto manual, sendo que a aprendizagem pela sinalização em libras se faz necessária, para ampliação do vocabulário e da inclusão social.

Considerações

A pesquisa destaca o reconhecimento e a valorização do uso do alfabeto manual como um auxílio de modo colaborativo no ensino da língua de sinais. Esse recurso é fundamental para a educação inclusiva, pois contribui para o aprendizado de Libras, buscando garantir uma aprendizagem igualitária e acessível, fomentar processos de autonomia, permitindo assim que essas pessoas se envolvam em espaços sociais cotidianos, participem da sociedade, tenham acesso a informações e possam desfrutar de uma melhor qualidade de vida. Para concluir, ressalta-se a relação entre o tema e a concretização do direito à educação inclusiva. O ensino da datilologia em Libras é uma poderosa ferramenta indispensável no processo de inclusão, auxiliando na interação social e na integração de indivíduos surdos na sociedade.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, 24 de abril de 2002. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em 15 maio 2024.

_____. Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005.

Disponível em

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9961-decreto-5626-2005-secadi&Itemid=30192. Acesso em 15 de maio 2024.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. (Ed.). Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira. Vol. I: Sinais de A a L. Vol. II: Sinais de M a Z. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

CASTRO, A. R. de; CARVALHO, I. S. de. Comunicação por língua brasileira de sinais: livro básico/ Alberto Rainha de Castro e Ilza Silva de Carvalho. 3.ed. – Brasília: Senac/DF, 2009

DE CASTRO JÚNIOR, Gláucio et al. Gramática da datilologia em Libras. **Peer Review**, v. 5,n. 3, p. 135-150, 2023.

DO NASCIMENTO, Cristiane Batista. Alfabeto Manual da Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS): uma fonte produtiva para importar palavras da língua portuguesa. **Trama**, v. 7, n. 14, p. 33-56, 2011.

NEOLIBERALISMO, POLÍTICAS PÚBLICAS E PERSPECTIVAS DA GESTÃO ESCOLAR

Patrícia Andréa Rauber Knorst⁴⁰
Sílvia Regina Canan⁴¹

Eixo Temático: Políticas Públicas e Educação

Resumo:

Com base na temática sobre Gestão Escolar na rede Municipal de Santa Catarina, apontamos como objetivo refletir sobre as políticas públicas a fim de compreender suas contribuições para a gestão escolar democrática levando em consideração o neoliberalismo no século XXI. Desse modo, esse trabalho evidencia como as perspectivas neoliberais influenciam nas políticas públicas educacionais, principalmente no campo da gestão escolar. Os caminhos metodológicos que visam compreender esse objetivo é uma construção bibliográfica, a fim de caracterizar alguns conceitos pertinentes ao tema. Esta pesquisa científica integra a elaboração da Dissertação do Mestrado em Educação pela URI- Campus de Frederico Westphalen, inserida na Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação. Os resultados da pesquisa ainda estão em análise, porém, evidenciamos que no campo educacional há impactos das políticas neoliberais e do contexto da globalização, também no que tange a gestão escolar. Consideramos que as políticas públicas são de suma importância principalmente no campo educacional, porém, defendemos que sejam aplicadas essas políticas em prol do coletivo, uma vez que, primamos pelo contexto democrático dentro das escolas. A gestão escolar deve resistir às pressões do cotidiano da educação, incentivando um ambiente participativo que priorize o bem-estar e o desenvolvimento integral dos estudantes. Dessa forma, a gestão escolar pode atuar na transformação da resistência neoliberal em democracia, e construindo princípios de equidade e participação no campo educacional

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais. Gestão Escolar. Neoliberalismo.

Introdução

A partir do tema elencado sobre a Gestão Escolar na rede municipal de Santa Catarina, este trabalho tem como objetivo refletir sobre as políticas públicas para compreender suas contribuições na promoção de uma gestão escolar democrática, considerando o impacto do neoliberalismo no século XXI. A análise aborda como as perspectivas neoliberais interferem nas políticas públicas educacionais, especialmente no que compete à administração escolar. Com essa análise reflexiva, este trabalho busca evidenciar a influência das

⁴⁰ Licenciada em História, Pedagogia e Filosofia. Mestranda em Educação pela URI- Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen- RS. Atualmente Assistente de Educação na EEB Profº Manuel de Freitas Trancoso e vínculo na Rede Municipal Ensino de Iraceminha-SC. Email: patriciaandrea-rauber@gmail.com

⁴¹ Doutorado em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil(2009) Professor titular da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões , Brasil. E-mail: silvia@uri.edu.br

abordagens neoliberais nas políticas educacionais, destacando os desafios e oportunidades que surgem para a gestão escolar. A partir de uma análise crítica, apontamos que essas políticas públicas afetam a capacidade das escolas de promover práticas democráticas e inclusivas, essenciais para o desenvolvimento integral dos estudantes e a construção de um ambiente educacional democrático.

Desenvolvimento

Realizar reflexões sobre as políticas públicas educacionais e que envolvem a Gestão Escolar requer análises teóricas sobre conceitos como globalização e neoliberalismo. Ambos os conceitos estão interligados, e transformam, afetam, ressignificam e influenciam o campo educacional. O pesquisador Therborn (2001, p.125) aborda que a globalização “é um modo de enfocar a realidade ou uma perspectiva analítica e, em termos mais amplos discursiva”.

No século XXI, ressaltamos que a globalização é um processo de integração econômica, política, cultural e social e que difere de um lugar para outro, e assim, ora cria oportunidades e ora gera desafios, e interfere diretamente no contexto educacional. Therborn (2001, p.122) explica que “o termo ‘globalização’ deveria ser utilizado como um conceito multidimensional e histórico que aponta para tendências mundiais, para o impacto, para as conexões mundiais e fenômenos sociais, bem como para uma consciência global de atores sociais”. Ao apontar a complexidade e a historicidade do processo de globalização, Therborn nos convida a considerar os diversos fatores e atores envolvidos na construção de um mundo cada vez mais interligado.

Historicamente, nesse contexto global, a partir de 1980, surge o Neoliberalismo como uma abordagem que limita o papel do estado na economia, e promove a integração dessas economias e mercados, promovendo a privatização de empresas e serviços públicos. Em uma visão marxista de Neoliberalismo, Andrade (2019, p.221) enaltece que “o neoliberalismo é definido como estratégia política que visa reforçar uma hegemonia de classe e expandi-la globalmente marcando o novo estágio do capitalismo que surgiu na esteira da

crise estrutural da década de 1970”.

Desse modo, o Neoliberalismo vai se caracterizar como um modelo marcado pela teoria política e econômica que vai interferir diretamente ou indiretamente em muitos setores da sociedade, como no setor da educação. Para exemplificar, podemos destacar a privatização da educação, na qual o Estado frequentemente delega parte de suas responsabilidades a entidades privadas. Um exemplo, é a terceirização de serviços, como a alimentação escolar e os serviços gerais. Além disso, a gestão das escolas, muitas vezes indicada muitas vezes pela administração pública de um município, limita a possibilidade de desenvolvimento autônomo de planos de gestão escolar, comprometendo a construção de uma administração educacional mais participativa e alinhada às necessidades locais.

No contexto do neoliberalismo, um dos papéis fundamentais da gestão escolar é assegurar um ambiente democrático dentro do espaço escolar e em todo o processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, a gestão escolar precisa trabalhar para que prevaleça a participação de todos, ou seja, na escola não deve ter concorrência entre servidores e/ou estudantes, tampouco, entre escolas do mesmo bairro, comunidade ou município.

Reiteramos que convém ressignificar que vivemos em um século de múltiplas identidades, um século XXI de influências da perspectiva neoliberal na educação, um século em que a escola não pode ser neutra. Primeiramente a escola não pode negligenciar as identidades presentes na escola, e cabe à gestão escolar a ação de lutar por um espaço escolar que respeite as individualidades e que promova uma geração inclusiva e plural.

Segundo Andrade (2019, p. 231), “o neoliberalismo é caracterizado pela gestão de si e via de cálculo econômico nas diferentes esferas da vida, reforçando a autorresponsabilização dos indivíduos”. Diante disso, sinalizamos que o neoliberalismo prega a individualização e a primazia pela responsabilidade individual, todavia, dentro do espaço escolar a Gestão para cultivar os princípios democráticos, necessita trabalhar contra a individualidade, e sim, em favor da coletividade. No entanto, não estamos enfatizando que não deve-se

valorizar e respeitar as individualidades de todos que fazem parte do contexto escolar, mas que os interesses sejam construídos coletivamente em prol do avanço da educação.

Nessa ênfase, ao analisarmos essas características neoliberais e sua influência no campo da Gestão Escolar, consideramos fundamental mencionar o campo das Políticas Públicas, uma vez que, permeiam os processos e práticas educativas, e sobretudo, o campo da gestão da Educação.

[...] As definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que os indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores. (Souza, 2006, p.25)

O estudo de Souza (2006) apresenta uma abordagem holística das políticas públicas, onde o foco é a totalidade do sistema e não apenas suas partes individuais. Nesse sentido, essa perspectiva reconhece que para compreender e formular políticas eficientes, é fundamental considerar a interação contínua entre diferentes elementos, como sujeitos, instituições, interações sociais e interesses em comum.

As políticas públicas permeiam o contexto social e sofrem implicações do Neoliberalismo, como a formulação de muitas políticas públicas para atender necessidades locais/regionais e para interesses particulares. Embora o princípio das Políticas Públicas seja caracterizado pelo bem comum entre os indivíduos na sociedade, bem como em suas instituições, essas Políticas Públicas têm relação direta com o Estado.

Assim, as políticas públicas são primordiais para a gestão escolar porque estabelecem diretrizes que garantem a qualidade e equidade na educação. Contudo, elas garantem recursos e suporte necessário para o desenvolvimento de programas educativos eficientes, promovendo a democracia no ambiente escolar. Além disso, através das políticas temos a crescente visibilidade e transparência, não só em nível de aplicação de recursos, mas também, das atividades práticas da gestão das escolas.

Considerações Finais

No campo educacional, embora encontra-se interferências do neoliberalismo, as políticas públicas estão presentes e precisam acontecer diariamente em prol da coletividade. Diante disso, enalteçemos que as políticas públicas devem ser ressignificadas dentro do contexto em que são aplicadas, uma vez que, é fundamental compreender quais os seus objetivos dentro daquela realidade e para quem foram construídas.

Nesse ímpeto, se as políticas públicas são construídas de acordo com o período histórico em que os indivíduos estão vivendo, elas precisam de conteúdo e metodologias que atendam as necessidades da sociedade ou das instituições. Assim, a gestão escolar da rede municipal de ensino precisa compreender os objetivos das políticas públicas que permeiam a

educação e socializar para com a comunidade escolar, e assim estar aberto sempre ao diálogo para que se construa um espaço democrático dentro da escola, embora haja a interferência dessas políticas públicas e do próprio contexto neoliberal em questão.

Portanto, o neoliberalismo e as políticas públicas dele decorrentes impõem desafios significativos à gestão escolar, demandando um papel ativo, comprometido e transformador por parte dos gestores educacionais. Assim, a gestão deve resistir às pressões que acontecem no dia a dia da educação, incentivando um ambiente participativo e acolhedor que priorize o bem-estar e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Referências

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é Neoliberalismo? A renovação do debate nas ciênciassociais. **Revista Sociedade e Estado**. vol. 34, nº1, jan/abr/2019.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Revista Sociologia**, PortoAlegre, ano 8, nº16, jul/dez, 2006, p.20-45.

THERBORN, Göran. Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento. **Revista Sociologias**: Porto Alegre, ano 3, nº6, jul/dez. 2001. p. 122-169.

O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NO RELACIONAMENTO EDUCACIONAL

Lídia Grusegoch⁴²
Ana Cristina Oliveira⁴³

Eixo Temático: Direito Educativo e Infâncias

Resumo

O objetivo desse estudo é debater a importância da afetividade na Educação Infantil e como ela pode contribuir para o desenvolvimento integral das crianças, no que tange aos aspectos físicos, afetivos, cognitivos e sociais. O caminho metodológico utilizado é a pesquisa bibliográfica, reunindo um conjunto de conhecimentos já estudados, a fim de buscar respostas a questão de pesquisa levantada, permitindo novos conhecimentos sobre o tema pesquisado. Observa-se que, o professor da educação infantil assume um papel relevante no percurso escolar de uma criança, pois esse educador será o responsável em garantir a base sólida no desenvolvimento infantil, na qual todas as demais aprendizagens aconteceram e, isso vai ficar para o resto da vida dessa criança.

Palavras-chave: Educação Infantil. Professor na Educação Infantil. Afetividade.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é um momento de ampliação de relacionamentos e conhecimentos da criança, bem como é o processo inicial para a construção de sua identidade. Assim, é essencial uma atuação dos professores, pautada no respeito e valorização do protagonismo infantil, promovendo a formação de laços afetivos, pois o papel do professor no processo de formação educativa das crianças, é de suma importância ao desenvolvimento integral das crianças. Evidenciamos que o espaço educativo, precisa garantir o desenvolvimento integral da criança e o professor deve estar sempre atento para estimular o desenvolvimento infantil e acolher as singularidades das crianças, que são sujeitos múltiplos vindos de contextos plurais na educação infantil a relação da afetividade e aprendizagem influenciará profundamente, a forma como se dá o desenvolvimento cognitivo da criança. Observa-se uma correlação entre a ausência de afetividade e a redução da aprendizagem, pois existe uma relação direta entre a afetividade e a ação pedagógica. Atribui à educação infantil os conflitos básicos de esforço versus inferioridade, tornando-se a escola e os amigos, nesse momento, o centro das relações mais importantes da criança. Essas poderão resultar em sentimentos como competência ou frustração, inferioridade, fracasso e incompetência (Cool *et al.*, 2004).

Para Piaget e Vygotsky, “a criança é sujeito do meio e aprende por meio da relação e interação com o outro, é necessário que o professor promova atividades que favoreçam as relações de aprendizagem entre ele e as crianças” (Piaget, 2010, p. 51). A relação que ocorre entre professor e a criança fica cada

⁴² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). E-mail: 10228@uri.edu.br

⁴³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). E-mail: a110272@uri.edu.br

vez mais evidente , dando liberdade a cada um dos envolvidos expor claramente aquilo que conhecem sobre os temas abordados, transformando assim, as vivências e experiências em um ambiente rico de aprendizagens significativas . Os professores que atuam na Educação Infantil, devem contemplar em seus planejamentos, proposituras lúdicas e carregada de sentidos, sendo de forma prazerosa , ampliando assim os saberes infantins , assegurando uma educação de qualidade, a fim de oportunizar o processo de construção de novos conhecimentos. Para Soares (2009), é necessário lembrar que a base para o crescimento escolar da criança, inicia com a Educação Infantil, pois desde cedo o contato e o manuseio de objetos/materiais que valorizam as culturas brincantes infantins , possibilitará aos pequenos uma maior interação com mundo .

Um professor observador e atento às necessidades de suas crianças, consegue compreender o ponto que se deve partir para atingir o que se pretende. Ao perceber as necessidades da criança, o professor consegue criar condições para que ela busque construir conhecimentos. Nesse movimento, a criança e o professor são aprendentes. Isso envolve observar pelo que a criança se interessa; pelo que ela não se interessa; o que a atrai; o que a irrita; qual atividade a criança se interessa mais; qual atividade ela menos gosta. Portanto, se quem mostra o caminho é quem aprende e não quem ensina, não é possível que se chegue em sala de experiências com um planejamento pronto e acabado sem abertura para mudanças (Arantes, 2003).

O educador infantil que utiliza, da metodologia lúdica em sala de aula, fazendo um planejamento de atividades escolares através das atividades lúdicas, promove e traz motivação na construção do conhecimento da criança. Ensina Vygotsky (1989) que os brinquedos influenciam o desenvolvimento da criança, pois com eles aprenderá a agir numa esfera cognitiva, não somente na esfera visual externa, sendo dependente de motivações e tendências internas, e não somente através dos incentivos fornecidos por objetos externos.

A relação entre educador e criança na educação infantil, acontece por meio da afetividade, pois o educador serve de referência para a criança e está deposita suas observações, descobertas e construções. Piaget (2010, p.68) oferece importância dos aspectos afetivos e cognitivos na construção do saber, pois para ele é necessário um desejo, um querer, que se encontra escondido na afetividade “o pleno desenvolvimento da personalidade, sob seus aspectos mais intelectuais, é inseparável do conjunto dos relacionamentos afetivos, sociais e morais que constituem a vida da escola”.

Ao estar nos espaços educativos, a criança em fase de educação infantil não abandona seus aspectos afetivos que lhe são intrínsecos da personalidade, a afetividade a acompanha em qualquer situação e local, assim quando estão interagindo com a tríade do processo de aprendizagem não deixam latentes seus sentimentos, afetos e relações interpessoais enquanto pensam. Dessa forma promoverá um ambiente infantil estimulador para que haja o sucesso escolar e isso pode proporcionar, segundo Arantes (2003, p.86) “o amor pela escola com reflexos sensíveis no aproveitamento escolar e conseqüentemente ocorrerá o sucesso escolar”.

Uma criança respeitada em todos seus aspectos , tendera para uma formação mais global dos seus processos de desenvolvimento ao longo da vida . Ensina Soares (2009) que, quando o educador assegura as crinças , carinho, acolhimento, protagonismo infantil e segurança as aprendizagens tornam-se mais facilitadoras e prazerosas, possibilitando que o professor possa perceber em seus educandos, habilidades, que devem ser estimuladas para que auxilie e potencialize uma maior ampliação de saberes .

METODOLOGIA

Neste trabalho, a metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, reunindo um conjunto de conhecimentos já estudados e ampliando novos conhecimentos sobre o tema pesquisado. Pesquisar é fundamental para a comprovação de ideias, fatos, fenômenos decorrentes do processo investigativo. Nesse trabalho, para responder a problemática abordada foi realizada pesquisa bibliográfica com materiais já publicados referentes ao tema escolhido, em artigos e dissertações. As pesquisas bibliográficas foram realizadas em fontes científicas como: livros, artigos publicados em revistas acadêmicas impressas ou online, expondo o pensamento de autores e estudiosos como: Antunes (2004), Piaget (2010), Arantes (2003) entre outros.

RESULTADOS

É na escola que a criança terá o primeiro contato com a sociedade, com outras crianças e um adulto que não seja os pais. É o lugar onde a criança conhece elementos culturais formados ao longo da história e onde ocorrem relações sociais , assim sendo, a relação entre o professor e o aluno é um fator de relevancia no processo educativo e no processo de ensino-e de aprendizagem. O processo de educação deve potencializar e estimular o desenvolvimento do pensar e do sentir e o professor é responsável por garantir da melhor maneira a ampliação de saberes e proposituras exitosas que venha contribuir verdadeiramente para o desenvolvimento global de nossas crianças.

A Educação Infantil é um momento de ampliação de relacionamentos e conhecimentos da criança, bem como é o processo inicial para a construção de sua identidade. O papel do professor no processo de formação educativa das crianças é de suma importância a partir da consolidação da escola como instrumento de espaços público com acesso e permanência a uma educação de qualidade.

CONCLUSÕES

A educação infantil é vista como um fator relevante e importante para a criança, face aos objetivos educacionais assumidos pelo país diante aos tratados internacionais.

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a educação pré-escolar torna-se um direito da criança de zero a seis anos, passando a ser considerada educação necessária, direito a todos, dever do Estado e integrada ao sistema de ensino. A criança passa a ser vista como um ser social, histórico, pertencente a uma determinada classe social e cultural. Desta

feita, a educação pré-escolar no Brasil é incluída na política educacional e com uma concepção pedagógica complementando a ação familiar, deixando de ser vista como educação compensatória.

O papel pedagógico na educação infantil, visa garantir a ampliação processual de novas formas de expressão e reconhecimento-representação de seu mundo, proporcionando a confiança, autonomia. Os espaços educativos, são lugares onde ocorrem significativas e distintas aprendizagens, sendo o professor uma das peças fundamentais neste processo. Quando o professor tem atitude acolhedora e respeitosa para com suas crianças, favorece e estimula o desenvolvimento infantil, para que as aprendizagens aconteçam de forma lúdica, prazerosa e significativa.

A educação infantil valoriza e reconhece a importância do tempo que as crianças dedicam ao brincar, visto ser a principal atividade da criança pequena e incorporá-lo à rotina do trabalho educativo. O brincar deve ser incorporado no trabalho da educação infantil como um momento de desenvolvimento psicológico e social. O tempo dedicado ao brincar é importante e tem dupla função: permite que as crianças tenham uma certa independência e dá ao educador a chance de observar o comportamento dos educandos.

O professor de educação infantil avalia várias formas de aprendizagem que contribua para sua prática cotidiana. Precisa ter comprometimento, ser criativo e reflexivo, proporcionando às crianças o desenvolvimento global, nos aspectos, físicos, afetivos, cognitivos e sociais. É consenso que, a evolução da criança em seus primeiros anos de vida é muito rápida sob o ponto de vista físico quer em seus aspectos cognitivos, sensorial, socioemocional e de comunicação oral. A criança necessita ser estimulada para que reconheça a existência dos colegas e adultos e como são seres livres, poderem agir, imaginar e criticar. É preciso, garantir nas práticas educativas, proposituras com as múltiplas linguagens que as crianças possuem, para que seus direitos sejam respeitados e valorizados.

Acreditamos que os aspectos afetivos e cognitivos são inseparáveis. Principalmente na Educação Infantil, as crianças precisam vivenciar momentos que provocam crescimento, que vão ter implicações afetivamente marcantes em seu desempenho pedagógico é necessário começarmos a pôr em prática nas escolas, ideias mais humanistas, que valorizem desde cedo a importância das emoções.

Portanto a afetividade não é expressa, apenas através do toque ou contato corporal, gestos e atitudes também fazem parte do processo e são muito importantes. Os educadores de Educação Infantil que primam pela qualidade da educação propiciam interações sociais afetivas, contribuindo para a formação de crianças saudáveis, inteligentes e, acima de tudo, felizes.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. **Educação Infantil: Prioridade Imprescindível**. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARANTES, Valeria Amorim. **Afetividade na Escola: alternativas teóricas e práticas**, São Paulo: Summus, 2003.

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia evolutiva**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PIAGET, Jean. **Seis Estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2009.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

A APLICABILIDADE DA PLATAFORMA MEET SOCRATIVE NO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Eduardo Prestes de Lima⁴⁴
Ana Paula Teixeira Porto⁴⁵

Eixo Temático: Temas Diversos em Educação

Resumo

Este estudo investiga o uso da plataforma Meet Socrative no ensino de inglês para alunos dos anos finais do ensino fundamental. O objetivo é avaliar como a Meet Socrative pode ser incorporada ao currículo para potencializar o engajamento e entendimento dos estudantes. Utiliza-se a plataforma Meet Socrative e referências bibliográficas relevantes. A metodologia consistiu em revisão bibliográfica e análise crítica da aplicação da Meet Socrative nas aulas de inglês. Os resultados indicam que a plataforma promove maior envolvimento dos alunos e facilita o aprendizado das competências da BNCC. A discussão foca na eficiência da ferramenta digital no ensino de línguas e na importância de mais estudos na área. Conclui-se que a Meet Socrative é eficaz para enriquecer o ensino de inglês no contexto educacional abordado.

Palavras-chave: Língua Inglesa. Anos finais. Tecnologias Digitais. Meet Socrative.

A educação no século XXI enfrenta desafios significativos, exigindo abordagens inovadoras para o ensino e a aprendizagem. Neste contexto, a aplicabilidade da plataforma MeetSocrative para o ensino de língua inglesa nos anos finais do ensino fundamental surge como uma proposta promissora. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Brasil legitima o inglês como uma oportunidade de acesso ao mundo globalizado. Ela reconhece a língua inglesa como uma ferramenta de comunicação em um mundo globalizado, não apenas como a língua falada em países como os Estados Unidos ou na Inglaterra, mas como uma oportunidade de acesso ao mundo globalizado (BRASIL, 2017).

Nesse sentido, a BNCC propõe uma mudança de conceito importante para o ensino do Inglês, de língua estrangeira para língua franca. Essa perspectiva favorece o ensino da língua inglesa com mais interculturalidade. Além disso, a BNCC propõe o reconhecimento dos diversos repertórios linguísticos

⁴⁴ Licenciado em Letras – português e inglês. Mestrando em Educação pelo PPGEDU URI – Câmpus de Frederico Westphalen. Professor de Língua Inglesa e Literatura na rede estadual do Rio Grande do Sul. E-mail:eduardolima129@hotmail.com

⁴⁵ Orientadora. Doutora em Letras. Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação da URI – Câmpus de Frederico Westphalen. E-mail: anapaula@uri.edu.br

presentes em sala de aula e fora dela, ampliando as noções do que vem a ser “certo” e “errado” no uso da língua.

Por outro lado, Edgar Morin, um dos mais prodigiosos pensadores contemporâneos, defende que o modelo de ensino que foi instituído nos países ocidentais é aquele que separa os conhecimentos artificialmente através das disciplinas. Ele argumenta que “é necessário dizer que não é a quantidade de informações, nem a sofisticação em Matemática que podem dar sozinhas um conhecimento pertinente, mas sim a capacidade de colocar o conhecimento no contexto” (MORIN, 2000, p. 14).

A plataforma Meet Socrative, com suas ferramentas de avaliação em tempo real e atividades interativas, oferece uma oportunidade única para integrar essas perspectivas no ensino de língua inglesa. A plataforma, por ser intuitiva e de fácil acesso, permite a criação de questionários e atividades interativas que podem melhorar o engajamento dos alunos e facilitar a compreensão das habilidades previstas pela Base Nacional Comum Curricular. Portanto, a aplicabilidade da plataforma Meet Socrative para o ensino de língua inglesa nos anos finais do ensino fundamental é uma proposta que merece atenção e investigação.

Este trabalho apresenta uma possibilidade de uso da plataforma a professores de Língua Inglesa nos anos finais do ensino fundamental. O objetivo geral é explorar como a plataforma Meet Socrative pode ser integrada ao currículo de inglês para melhorar o engajamento e a compreensão dos alunos. Além disso, este estudo tem três objetivos específicos. Primeiro, avaliar a eficácia da plataforma Meet Socrative na melhoria do engajamento dos alunos nas aulas de inglês. Segundo, investigar como a plataforma Meet Socrative pode ser usada para facilitar a compreensão das habilidades previstas na BNCC pelos alunos. Terceiro, apresentar proposição didática inovadora com o uso da plataforma Meet Socrative no aprendizado de inglês.

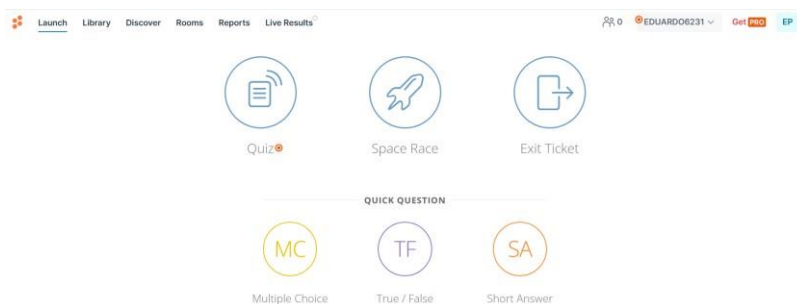
O trabalho é fruto de uma pesquisa de cunho bibliográfico. Esta pesquisa envolveu a análise de trabalhos de autores expoentes na área de ensino de línguas e tecnologia educacional, bem como a Base Nacional Comum

Curricular (BNCC). A BNCC, em particular, forneceu diretrizes valiosas sobre os objetivos e expectativas para o ensino de línguas nos anos finais do ensino fundamental.

Este trabalho abrange a área de linguagens e suas tecnologias, com um foco específico no ensino de língua inglesa. A plataforma Meet Socrative, como uma ferramenta de tecnologia educacional, oferece oportunidades únicas para melhorar o ensino e a aprendizagem de línguas. Ao integrar a plataforma Meet Socrative no currículo de inglês, este trabalho busca explorar como as tecnologias digitais podem ser usadas para melhorar o engajamento e a compreensão dos alunos.

Os procedimentos utilizados na pesquisa incluíram a revisão de literatura, a análise de documentos da BNCC, bem como proposições para a implementação da plataforma Meet Socrative nas aulas de inglês e impactos no desenvolvimento dos alunos. Este trabalho é um recorte de uma pesquisa de mestrado, que busca contribuir para a compreensão de como as tecnologias digitais podem ser efetivamente integradas ao ensino de línguas nos anos finais do ensino fundamental.

A pesquisa se concentra em como a tecnologia pode ser integrada ao currículo para melhorar o engajamento dos alunos e facilitar a compreensão das habilidades da etapa. Os resultados obtidos oferecem insights valiosos sobre a eficácia dessa abordagem e levantam questões importantes para investigações mais aprofundadas. A discussão e problematização desses resultados são fundamentais para entender melhor as implicações e o potencial dessa abordagem inovadora para o ensino de línguas.



Manuel Castells (2005, p. 46) afirma que “as sociedades informacionais não são apenas caracterizadas pela apropriação da tecnologia, mas também pela sua abertura interna e bem-estar social”. Nesse contexto, a plataforma Meet Socrative se destaca como uma ferramenta tecnológica que promove a abertura e o bem-estar social no ensino de língua inglesa, ao proporcionar um ambiente de aprendizado interativo e envolvente, como por exemplo questionários em tempo real, atividades de avaliação e feedback instantâneo.

Imagem 1 – tela de início da plataforma Meet Socrative

Edgar Morin (2008, p. 37) ressalta a importância da interconexão dos conhecimentos, afirmando que “por mais diferentes que eles possam ser, os elementos ou indivíduos constituindo um sistema têm pelo menos uma identidade comum de vinculação à unidade global e de obediência às suas regras organizacionais”. A plataforma Meet Socrative, ao permitir a criação de atividades interativas que podem ser integradas com outros recursos educacionais, possibilita a interconexão de diferentes elementos de aprendizado, promovendo uma abordagem holística no ensino de língua inglesa nos anos finais.

Pierre Levy (2001, p. 3) destaca a importância do investimento em formação de professores e produção de materiais para o ensino de línguas estrangeiras. A plataforma Meet Socrative, ao oferecer uma interface simples e intuitiva para a criação de atividades educativas interativas, pode ser vista como um investimento significativo nessa direção, pois facilita o trabalho dos professores na preparação e aplicação de avaliações formativas.

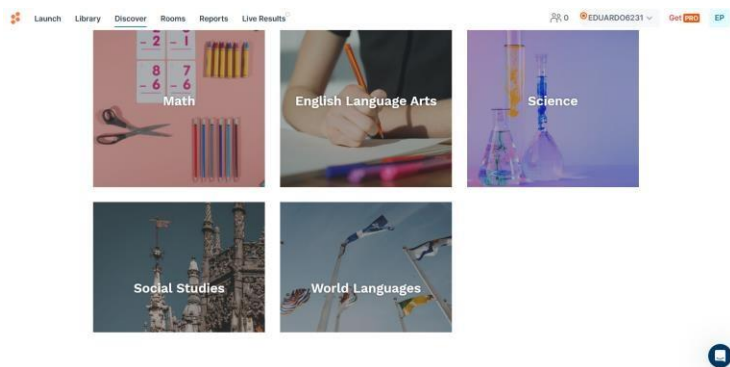


Imagem 2 – tela de navegação plataforma Meet Socrative

Marc Prensky (2010, p.18) argumenta que os alunos de hoje são “nativos digitais”, acostumados com diversas tecnologias que proporcionam acesso a uma grande quantidade de informações em menor tempo, modificando, assim, formas de pensar e construir conhecimento. Nesse sentido, a plataforma Meet Socrative, ao oferecer uma experiência de aprendizado digital e interativa, está alinhada com as necessidades e expectativas desses “nativos digitais”, tendo em vista que permite avaliações formativas rápidas que podem tornar o aprendizado mais dinâmico e envolvente.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe uma mudança de conceito importante para o ensino do Inglês, passando de língua estrangeira para língua franca. A plataforma Meet Socrative, ao facilitar a criação e aplicação de atividades educativas em inglês que podem ser compartilhadas e acessadas globalmente, contribui para essa mudança de paradigma.

Sendo assim, a plataforma Meet Socrative apresenta-se como uma ferramenta valiosa para o ensino de língua inglesa nos anos finais do ensino fundamental, alinhada com as perspectivas e diretrizes propostas por renomados acadêmicos e pela BNCC. No entanto, é importante problematizar e discutir continuamente sua aplicabilidade e eficácia, levando em consideração o contexto específico de cada sala de aula e as necessidades individuais dos alunos.

As considerações finais desta pesquisa destacam a relevância da plataforma Meet Socrative no ensino de língua inglesa nos anos finais do ensino fundamental. A pesquisa demonstrou que a plataforma Meet Socrative pode ser uma ferramenta eficaz para melhorar o engajamento dos alunos e facilitar a

compreensão do conteúdo do curso, visto que é acessível, dispensa conhecimentos avançados em tecnologia para uso e atende as habilidades de um novoidioma: oralidade, escrita, audição e leitura em língua inglesa.

A pesquisa também destacou a importância de integrar tecnologias digitais no currículo de inglês. No entanto, é importante notar que a eficácia da plataforma Meet Socrative pode variar dependendo do contexto específico de cada sala de aula e das necessidades individuais dos alunos. Portanto, é essencial que os professores estejam bem preparados para integrar a plataforma Meet Socrative em suas aulas de maneira eficaz.

Em conclusão, esta pesquisa contribuiu para a compreensão de como as tecnologias digitais podem ser efetivamente integradas ao ensino de línguas nos anos finais do ensino fundamental. No entanto, mais pesquisas são necessárias para explorar ainda mais a aplicabilidade da plataforma Meet Socrative e outras tecnologias digitais no ensino de línguas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**. 2017. Disponível em: <https://ficha.mec.gov.br/manutgeral.htm>. Acesso em: 14 abr. 2024.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

SOCRATIVE. 2024. Disponível em: <https://www.socrative.com/>. Acesso em: 16 junho 2024.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MORIN, Edgar. **O Método I: A natureza da natureza**. Lisboa: Publicações Europa-America, 2008.

MARTINS, Viviane Lima. O lúdico no processo ensino-aprendizagem da Língua inglesa. In: *Intr@Ciência: Revista Científica*, 2015, Guarujá, SP (Online). Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170531134517.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

PRUDENTE, N. L. O processo de ensino-aprendizagem de língua inglesa por

meio do modelode rotação por estações. **Revista LínguaTec**, [S. l.], v. 1, n. 2, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.35819/linguatec.v1.n2.a1580>. Acesso em: 13 abr. 2024.

SALLES, Michele Ribeiro; GIMENEZ, Telma. Ensino de inglês como língua franca: uma reflexão. In: **BELT JOURNAL**, 2010, Porto Alegre, RS. Anais (online). Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/belt/article/download/7267/5233/24782>. Acessoem: 13 abr. 2024.

TONELLI, Juliana Reichert Assunção. Do ensino de inglês para crianças à educação linguísticaem língua inglesa com elas: reflexões teóricas e redirecionamentos epistemológicos sob vozesmúltiplas. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, [S. l.], v. 62, n. 1, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/010318138670567v6212023>. Acesso em: 12 abr. 2024.

_____. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSHI, L.A.; XAVIER, A.C. (orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais** – novas formas de construção de sentido. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Lucerna, 2005. p. 13-67.

O PANORAMA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NOS DADOS DO CENSO ESCOLAR 2023

Mariluz Terezinha Pertuzzatti⁴⁶
Cesar Riboli⁴⁷

Eixo Temático: Inclusão e Educação

Resumo: O estudo tem como objetivo analisar a oferta do Atendimento Educacional Especializado-AEE no que diz respeito a legislação que regulamenta o atendimento aos alunos da modalidade de Educação Especial e os dados do Censo Escolar de 2023 em relação ao número de matrículas de alunos da educação especial incluídos em classes comuns por etapa de ensino, bem como índices de evasão e reprovação deste público de alunos.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado. Legislação do AEE. Censo Escolar.

Introdução

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço oferecido no contexto da educação inclusiva, destinado a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. O principal objetivo do AEE é complementar ou suplementar o processo de escolarização desses estudantes, garantindo-lhes o acesso, a participação e a aprendizagem no ambiente escolar.

Este atendimento é realizado por profissionais especializados e ocorre em salas de recursos multifuncionais, geralmente instaladas nas próprias escolas regulares ou em centros especializados. As atividades do AEE são planejadas de acordo com as necessidades individuais de cada aluno e podem incluir o

⁴⁶ Mestranda em Educação pela URI- Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- Campus de Frederico Westphalen-RS. Especialista em Atendimento Escolar Especializado-AEE, Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional e Práticas Pedagógicas Contemporâneas. Graduada em Letras Português e Espanhol e respectivas literaturas, pela URI- Campus de Frederico Westphalen. Professora da rede municipal de Frederico Westphalen-RS. E-mail: a070927@uri.edu.br ID Lattes: 4557108303600390

⁴⁷ 2Doutor em Educação pela UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Mestre em Direitos pela URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI. Especialista em Direito Civil, Processo Civil, Contabilidade Gerencial e Docência no ensino superior. Graduado em Administração, Ciências Contábeis e Direito. Professor do curso de Direito e do Programa de Pós-graduação PPGD em Educação da URI - Campus de Frederico Westphalen. Membro das comissões de ensino jurídico e saúde da OAB/RS. Técnico tributário da Receita estadual inativo. Avaliador de cursos de graduação do MEC/INEP, advogado. E-mail: criboli@uri.edu.br

desenvolvimento de habilidades sociais, a utilização de tecnologias assistivas, a adaptação de materiais didáticos, entre outras ações que favoreçam a autonomia e a inclusão desses estudantes no contexto educacional. O AEE não substitui o ensino regular, mas atua de forma articulada com ele, visando eliminar barreiras e promover um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo. Dessa forma, contribui para que todos os alunos tenham oportunidades iguais de desenvolver seu potencial máximo. As atividades visam ao desenvolvimento de habilidades cognitivas, socioafetivas, psicomotoras, comunicacionais, linguísticas, identitárias e culturais dos estudantes, considerando suas singularidades. As ações pedagógicas realizadas pelo professor especializado visam apoiar as atividades realizadas pelo professor na classe comum.

O Atendimento Educacional Especializado e a Legislação Educacional

O Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011, dispõe sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado. O decreto prevê que o Estado tem o dever de garantir o acesso e a permanência de alunos da educação especial, preferencialmente na rede regular de ensino, conforme cita em seu artigo 1º:

O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;
- II - aprendizado ao longo de toda a vida;
- III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;
- IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;
- V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
- VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena;

VII - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino; e

VIII - apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial.

§ 1º Para fins deste Decreto, considera-se público-alvo da educação especial às pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação.

§ 2º No caso dos estudantes surdos e com deficiência auditiva serão observadas as diretrizes e princípios dispostos no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é a mediação pedagógica que visa possibilitar o acesso ao currículo pelo atendimento às necessidades educacionais específicas dos alunos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, público da educação especial, devendo a sua oferta constar do projeto pedagógico da escola, em todas as etapas e modalidades da educação básica. Tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos.

Ainda conforme o Decreto 7.611, o qual dispõe em seu artigo 2º, que:

Art. 2º A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Para fins deste Decreto, os serviços de que trata o caput serão denominados atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou

II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

As salas de recurso são espaços localizados nas escolas de educação básica em que se realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE). É constituída por equipamentos, mobiliários, recursos de acessibilidade e materiais didático-pedagógicos para atender as escolas com alunos da Educação Especial.

As salas de recursos multifuncionais podem ser implementadas por meio de programa federal ou por recursos próprios dos sistemas de ensino. Além disso, o AEE deve ser realizado por professor com formação em Educação Especial. Os alunos atendidos nas salas de recurso são aqueles com deficiência auditiva, surdez, surdocegueira, deficiência intelectual ou física, baixa visão, cegueira e visão monocular; transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação.

Para os alunos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação matriculados em turmas de atendimento educacional especializado (AEE), deverá ser informado o tipo de atendimento que o aluno recebe, complementar ou suplementar, dentre os quais podemos citar:

Desenvolvimento de funções cognitivas: consiste na organização de estratégias que visam ao desenvolvimento da autonomia e à independência do aluno diante de diferentes situações no contexto escolar. A ampliação dessas estratégias para o desenvolvimento dos processos cognitivos possibilita maior interação entre os alunos, o que promove a construção coletiva de novos saberes na sala de aula comum.

Desenvolvimento de vida autônoma: consiste no desenvolvimento de atividades, realizadas ou não com o apoio de recursos de tecnologia assistiva (TA), visando o aproveitamento, pelos alunos, de todos os bens sociais, culturais, recreativos, esportivos, entre outros, e de todos os serviços e espaços disponíveis no

ambiente escolar, com autonomia, independência e segurança.

Enriquecimento curricular: consiste na organização de práticas pedagógicas exploratórias suplementares ao currículo, que objetivam o aprofundamento e a expansão nas diversas áreas do conhecimento mediante o desenvolvimento de projetos de trabalho com temáticas diversificadas, como artes, esporte, ciências e outras. Tais estratégias podem ser efetivadas pela articulação dos serviços realizados na escola, na comunidade, nas instituições de educação superior, na prática da pesquisa e no desenvolvimento de produtos.

Ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras): O ensino de Libras consiste no desenvolvimento de estratégias pedagógicas para a aquisição desse sistema linguístico de natureza visual-motora, das estruturas gramaticais próprias e dos aspectos linguísticos que caracterizam essa língua.

Ensino da língua portuguesa como segunda língua: consiste no desenvolvimento de atividades e estratégias de ensino da língua portuguesa na modalidade escrita, como segunda língua, para alunos usuários de Libras, voltadas à observação e análise da estrutura da língua, seu sistema linguístico, funcionamento e variações, tanto nos processos de leitura como na produção de textos. O ensino de Libras e da língua portuguesa como segunda língua, oferecido aos estudantes surdos, surdocegos e com deficiência auditiva, possui metodologias de ensino específicas, desenvolvidas por professores bilíngues, com proficiência em Língua Brasileira de Sinais (Libras), a qual é utilizada para comunicação, instrução e ensino.

Ensino das técnicas de cálculo no Soroban: consiste na utilização de técnicas de cálculo que possibilitem ao aluno a realização de operações matemáticas com o uso do Soroban.

Ensino do Sistema Braille: consiste na definição e utilização de métodos e estratégias para que o aluno se aproprie desse sistema tátil de leitura e escrita.

Ensino de técnicas de orientação e mobilidade: consiste no ensino de técnicas e no desenvolvimento de atividades para orientação e mobilidade do aluno com deficiência visual, a fim de proporcionar-lhe o conhecimento dos diferentes espaços e ambientes e viabilizar a sua locomoção com segurança,

independência e autonomia.

Ensino do uso da comunicação alternativa e aumentativa (CAA): consiste na organização de atividades que ampliem os canais de comunicação com o objetivo de atender às necessidades comunicativas de fala, leitura e escrita dos alunos. Alguns exemplos de CAA são: cartões de comunicação, pranchas de comunicação com símbolos, pranchas alfabéticas e de palavras, vocalizadores ou o próprio computador, quando utilizado como ferramenta de voz e comunicação.

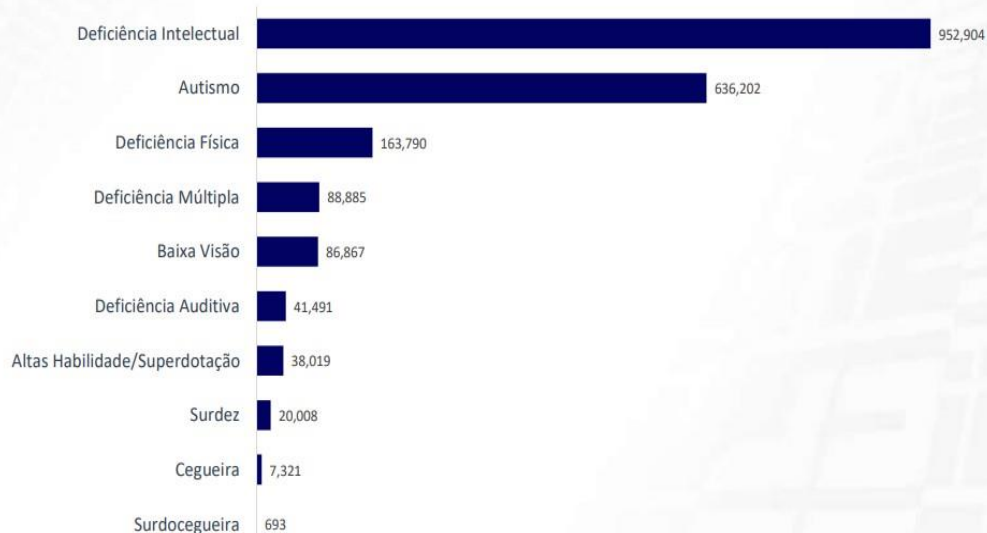
Ensino do uso de recursos ópticos e não ópticos: ensino das funcionalidades dos recursos ópticos e não ópticos para o desenvolvimento de estratégias a fim de promover a acessibilidade nas atividades de leitura e escrita. São exemplos de recursos ópticos: lupas manuais ou de apoio, lupas eletrônicas, lentes específicas bifocais, telescópios, dentre outros, que possibilitam a ampliação de imagens. São exemplos de recursos não ópticos: iluminação, plano inclinado, contraste, ampliação de caracteres, cadernos com pauta ampliada, caneta de escrita grossa, recursos de informática, dentre outros, que favorecem o funcionamento visual.

Conforme as necessidades dos alunos atendidos no AEE, deverá ser elaborado um Plano de Atendimento Individualizado (PEI), que englobe suas necessidades, especificidades, capacidades e interesses, bem como recursos e estratégias que possam garantir a aprendizagem e desenvolvimento desses alunos.

Dados do Censo Escolar de 2023

O Censo Escolar de 2023, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), traz dados importantes sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Brasil. De acordo com o levantamento, houve um aumento significativo no número de matrículas de estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), que cresceu 48% em um ano, passando de 429.521 em 2022 para 636.202 em 2023. No mesmo período, as matrículas de estudantes com deficiência intelectual aumentaram 4,2%, totalizando 952.904 alunos (Serviços e Informações do Brasil) (DIVERSA).

Educação Especial

Gráfico 60. Matrícula na **educação especial** por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação - Brasil 2023

O censo também revelou uma diminuição das matrículas em classes especiais, que caíram de 7,3% em 2019 para 5% em 2023. Isso reflete um avanço na política de inclusão, com mais alunos com necessidades especiais sendo atendidos em classes regulares. A inclusão varia entre os diferentes níveis de ensino, com a educação infantil apresentando uma taxa de inclusão de 96,6%, o ensino fundamental 92,3% e o ensino médio 99,5% (DIVERSA).

No Rio Grande do Sul, conforme aponta o gráfico a seguir, os índices de matrículas de alunos de educação especial incluídos em classes comuns, vem apresentando ótimos resultados nos três níveis de ensino da educação básica, chegando a percentuais acima de 90% na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Gráfico 59. Percentual de alunos de educação especial incluídos (classe comum) por etapa de ensino, segundo a unidade da federação – Brasil 2023



Em relação a índices sobre repetência e evasão escolar no Educação Especial, o Censo Escolar aponta dados que podem ser melhorados, pois ainda são considerados elevados para esta modalidade de ensino.

Repetência e Evasão

Gráfico 52. Repetência - Ensino Fundamental

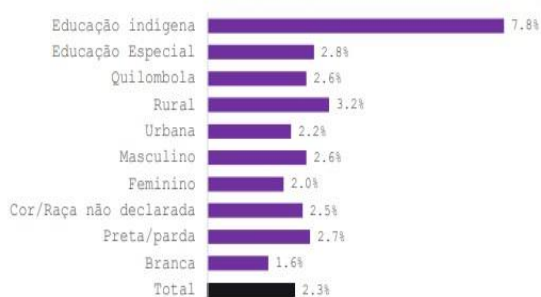


Gráfico 53. Repetência - Ensino Médio

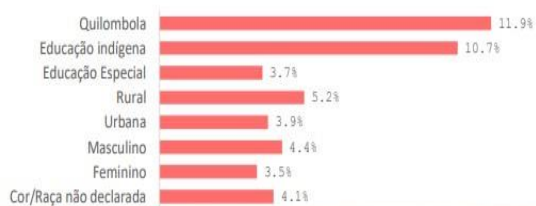


Gráfico 54. Evasão - Ensino Fundamental



Gráfico 55. Evasão - Ensino Médio



Com base na legislação e documentos que regulamentam as salas de AEE e salas de recursos, bem como observando os índices do Censo Escolar, podemos observar que a inclusão de alunos pertencentes à modalidade de educação especial está acontecendo de forma gradual nas três etapas da educação básica. Os alunos estão inseridos nas classes comuns de ensino e também frequentando o AEE desses educandários. Porém, ainda é preciso promover melhorias nos aspectos pedagógicos e estruturais para proporcionar ensino de qualidade, que atenda as especificidades de cada aluno incluído, de forma a garantir a equidade e também evitar a reprovação e evasão escolar dos estudantes.

Referências

Brasil. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 26 out. 2023.

_____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. IBGE. Censo Demográfico, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-censo-escolar-2023> Acesso em: 31 de maio de 2024.

BRASIL. INEP. Censo Escolar, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em: 31 de maio de 2024.

RESUMOS SIMPLES

A LITERATURA E OS DIREITOS DA CRIANÇA: DIÁLOGO COM PRÁTICAS LITERÁRIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Roberta Schmith⁴⁸
Juciane Paula Vigne⁴⁹

Eixo Temático: Direito Educativo e Educação Infantil

Resumo

A literatura na infância desenvolve e promove habilidades que permeiam a criatividade e a imaginação, as quais contemplam o sujeito em toda sua existência, em todos os espaços que o mesmo passará. O ato de tornar rotina a literatura na vida das crianças, tanto no espaço escolar, quanto fora dele, faz com que a criança reflita, relacione, faça descobertas e construa hipóteses. Pensando nisso, o presente trabalho busca apresentar o projeto “sacola literária”, desenvolvido nas turmas de maternal I e II em uma escola de Educação Infantil, do município de Braga- RS, bem como relacionar tal projeto aos direitos da criança previstos na Base Nacional Comum Curricular (2018), como por exemplo o de direito de explorar e de expressar. Este estudo foi desenvolvido a partir de uma revisão bibliográfica (Sandroni; Machado, 1998; Zilberman, 2003), documental (BNCC, 2018), e também por meio de relatos de experiências, visando socializar pelo olhar das professoras, bem como, através de registros feitos pelas famílias das crianças, sendo possível construir reflexões sobre o projeto, como o mesmo foi pensado, desenvolvido e avaliado em suas respectivas turmas. A sacola literária era composta por livros infantis e por um caderno de registros, no qual, cada família relatava como foi este momento, como foi a participação da criança e quais foram as relações estabelecidas a partir da leitura. Também neste caderno era possível colocar uma foto deste momento, que posteriormente era socializada com o restante da turma. A sacola literária viajou por todas as crianças das turmas, visitando famílias, casas e crianças, visando contribuir com a importância de literatura na vida e cotidiano dos sujeitos participantes do projeto, com isso fomentando que o momento da leitura acontecesse para além do ato de ler, mas de reunir pessoas, explorar, participar, interagir, expressar e trocar descobertas. A literatura na infância ultrapassa as faixas etárias, faz dar início a hábitos que farão partes de suas vidas, considerando a garantia de direitos previstos para essa etapa da educação básica.

Palavras-chave: Educação Infantil. Literatura. Sacola literária. Direitos da criança.

⁴⁸ Pedagoga pela Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim-RS. Mestra em Educação pela Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó-SC. Professora de Educação Infantil do Município de Braga-RS. robertaschmith@gmail.com

⁴⁹ Formada em Pedagogia pela UNINTER – Centro Universitário Internacional e Língua Portuguesa pela Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul. Professora de Língua Portuguesa e Educação Infantil do Município de Braga-RS. jucianevigne@hotmail.com

AS TECNOLOGIAS NA INFÂNCIA: EQUILÍBRIO NECESSÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DAS CRIANÇAS

Eurídice Soares Rissato⁵⁰
Marines Aires⁵¹

Eixo Temático: Direito Educativo e Infâncias

Resumo

As ferramentas tecnológicas contemporâneas, se fazem presente desde a tenra idade na maior parte dos lares, é comum evidenciar crianças desde muito cedo tendo contato com algum tipo de aparelho eletrônico como celular, tv, tablete, computador, videogame entre outros. Ao pensarmos sobre os impactos positivos ou frágeis que envolvem o uso das tecnologias para o desenvolvimento das crianças, é necessário considerar que o contexto das novas tecnologias e o fato de estarem cada vez mais cedo presentes na vida das crianças. A temática em estudo integra a proposta de pesquisa que será desenvolvida junto à linha de pesquisa “Formação de Professores, Saberes e Práticas Educacionais”, do Programa de Pós- Graduação em Educação (PPGEDU). O objetivo será analisar, com base na literatura, os impactos do uso das tecnologias no desenvolvimento infantil integral no que tange os aspectos físicos, afetivos, cognitivos e sociais, assegurados nos documentos norteadores da educação e sob a ótica do direito educativo. Nesse contexto, é importante compreender tanto os benefícios positivos no desenvolvimento infantil quanto os as ameaças que a exposição excessiva às tecnologias pode trazer para as crianças. Diante da atual modernidade e as necessidades apresentadas no contexto da família moderna, ainda não existe consenso entre os especialistas, alguns defendem o acesso da tecnologia pelas crianças como positivo e outros apontam consequências sombrias, principalmente se este contato for excessivo, a criança se encontra em fase de formação da sua maturidade emocional, sujeita a sofrer influências, que podem contribuir positivamente ou não para o desenvolvimento emocional e cognitivo. Para isso, realizou-se uma revisão bibliográfica, caracterizada como qualitativa descritiva, identificando estudos relevantes que abordassem essa temática. A análise desses estudos mostrou que a tecnologia pode exercer tanto um papel positivo, ao promover a aprendizagem e a interações, quanto frágil, ao contribuir para o isolamento e o pensamento acelerado e dependência desses aparelhos. Conclui-se que o uso das ferramentas tecnológicas em excesso é prejudicial para a formação e o desenvolvimento das crianças. No entanto, quando utilizadas de forma equilibrada, tem sim influência positiva e podem oferecer benefícios, inclusive nos aspectos cognitivos, contribuindo assim para uma aprendizagem lúdica, interativa e de qualidade.

Palavras-chave: Tecnologias. Desenvolvimento Infantil. Primeira Infância.

⁵⁰ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). E-mail: a110222@fw.uri.br

⁵¹ Doutora em Enfermagem pelo Programa de Pós-graduação em Enfermagem, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGENF/UFRGS). Professora do Programa de Pós-graduação em Educação, da URI/FW (PPGEDU). Pós Doutora em Educação - PPGEDU/URI. E-mail: maires@uri.edu.br.

O DIREITO EDUCATIVO E O DIREITO À EXPRESSÃO: NOTAS PRELIMINARES SOBRE A DOCÊNCIA E O DESENHO INFANTIL

Simone Soares Rissato⁵²
Jordana Wruck Timm⁵³

Eixo Temático: Direito Educativo e Infâncias

Resumo

O desenho contempla uma linguagem lúdica de expressão comum no período da infância, isso ocorre porque existe nas crianças uma inclinação natural para explorar o mundo e se comunicar com ele por meio do desenho. A pesquisa teve como objetivo destacar a importância do professor em observar atentamente os desenhos infantis, buscando compreender o significado que as crianças atribuem às suas representações. Para a realização do estudo e o alcance do objetivo traçado, foi desenvolvida uma pesquisa teórica, com fundamento em dados secundários, análise qualitativa e método dedutivo, sendo que tal estudo se alicerça na compreensão da pesquisadora acerca da necessidade de o professor lançar um olhar sobre o desenho das crianças, como instrumento de comunicação a partir da linguagem lúdica e artística das crianças. Como principais resultados, compreende-se que os desenhos das crianças possuem diferentes etapas, com a primeira que é a fase dos Rabiscos, que ocorre por volta dos dois anos de idade; a fase das Garatujas aos três anos de idade; a Pré-Esquemática aos quatro anos de idade; a Esquemática entre cinco e seis anos de idade e fase chamada de Realismos Fortuitos que ocorre entre os sete e oito anos de idade. Porém, é preciso compreender que mesmo tendo diferentes etapas de desenho em idades distintas, nem todas as crianças da mesma idade se encontram na mesma fase, pois, existem fatores culturais, sociais e cognitivos que podem influenciar na capacidade e habilidade de expressão artística das crianças, por isso, os professores precisam estar atentos em cada criança, buscando compreender a sua comunicação por meio do desenho. Concluiu-se que o papel do professor na análise do desenho de cada criança é essencial, tendo em vista que a partir dessa análise é possível ao professor conhecer melhor a individualidade de cada uma delas, desenvolvendo práticas pedagógicas adequadas e facilitando o desenvolvimento emocional e cognitivo das mesmas, assegurando sua formação saudável e integral.

Palavras-chave: Desenho. Representações. Infâncias.

⁵² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). E-mail: a097467@uri.edu.br

⁵³ Orientadora. Doutora em Educação (PUCRS). Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). E-mail: jordana@uri.edu.br

EDUCAÇÃO PARA ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI EM SITUAÇÃO DE RESTRIÇÃO DE LIBERDADE NO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO MASCULINO NO ESTADO DO MATO GROSSO: UMA ANÁLISE SOBRE AS PERCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS DO CASE

Vanuza Gomes Lima Machado⁵⁴
Daniel Pulcherio Fensterseifer⁵⁵

Eixo Temático: Direito Educativo e Cidade

Resumo

Esta pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação (PPGEDU) - da Universidade do Alto Uruguai e das Missões - Campus de Frederico Westphalen, linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação. Este projeto de pesquisa justifica-se, em primeiro lugar, pela relevância social da temática e pela complexidade do assunto. Uma vez que, independentemente, da condição que se encontre o indivíduo, a educação continua sendo um direito social e uma obrigação do Estado. Objetivo geral: identificar os desafios enfrentados no Centro de Atendimento Socioeducativo Masculino de Rondonópolis-MT, para implementar as políticas públicas educacionais dirigidas à adolescentes em conflito com a lei em situação de restrição de liberdade. Objetivos específicos: identificar que tipos de práticas educativas são propostas; identificar as condições de infraestrutura para implementação das atividades educacionais; estudar as políticas educacionais para adolescentes em situação de restrição de liberdade no Estado de Mato Grosso. Metodologia: Pesquisa exploratória, de campo, bibliográfica e documental. O público-alvo deste estudo são profissionais que atuam no Centro de Atendimento Socioeducativo Masculino de Rondonópolis-MT. A amostra será composta por 10 participantes, sendo um representante de cada cargo. A coleta de dados se dará por meio de um roteiro de entrevista semiestruturado, e o tratamento dos dados será através da análise de conteúdo. Como possíveis resultados espera-se esclarecer as reais dificuldades dos centros de acolhimento no que trata a implementação de políticas públicas educacionais dirigidas a adolescentes em conflito com a lei, privados de liberdade para que assim, possa se constituir em uma oportunidade importante para avançar em termos de entendimento das reais condições posta a serviço desse público demandante.

Palavras-chave: Educação. Medidas socioeducativas. Adolescentes em conflito com a lei.

⁵⁴ Mestranda em Educação no PPG em Educação da Universidade Regional Integral do Alto Uruguai e das Missões - URI-FR. Graduada em Administração. Especialista em Gestão Estratégica de empresa e Metodologia do Ensino Superior. Coordenadora de Desenvolvimento Educacional. E-mail: a102214@uri.edi.br

⁵⁵ Doutor e mestre em Ciências Criminais. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (mestrado em doutorado) e do curso de Direito da Uri. E-mail: danielpulcherio@uri.edu.br

APRENDENDO NA CIDADE: O SUJEITO E SEU LUGAR NO MUNDO

Susana Schwartz Basso⁵⁶
Lucí dos Santos Bernardi⁵⁷

Eixo Temático: Direito Educativo e Cidade

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de apresentar a análise de uma prática pedagógica que faz parte do projeto que está sendo desenvolvido neste ano de 2024, com estudantes do 4º ano do Ensino Fundamental em uma escola pública vinculada ao Programa A União Faz a Vida – PUFV, localizada no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, a experiência reflete em seu bojo teórico os conceitos “Aprender a cidade, aprender na e da cidade”. A etapa inicial considerou o conteúdo programático para o 4º ano, previsto na Base Nacional Comum Curricular - BNCC, dentro da temática “O sujeito e seu lugar no mundo”. Após a delimitação do tema e dos conteúdos passou-se para etapa da expedição investigativa, que consiste na definição de um espaço ou território para os estudantes explorarem. O local escolhido para explorar foi os limites geográficos localizados nas quatro direções cardeais do município que vivem, a partir daí surgem as curiosidades (perguntas) para guiar as ações do projeto, conforme a metodologia do PUFV. O projeto, em desenvolvimento, se justifica pela necessidade de promover entre os estudantes um profundo entendimento da história e da constituição de sua cidade, destacando a importância de cada indivíduo nesse processo. O conhecimento da história local é um passo crucial para que os alunos compreendam seu papel ativo na construção e na transformação da sociedade em que vivem. É a entrada para a estabelecer uma identidade, primeiro com sua localização territorial, para posteriormente conhecer outros elementos do seu lugar no mundo. Uma das ações que está sendo desenvolvida é a exploração da plataforma *Google Workspace for Education* e do aplicativo *Documentos Google*, utilizando para a escrita dos discentes sobre “Eu e minha cidade” mediante compartilhamento do conteúdo com a professora da turma. A escrita servirá para gravação em áudio, com auxílio do aplicativo *Podcasters*, oferecido gratuitamente pelo *Spotify*. Destacamos que o projeto está em andamento, podemos citar até o momento que as tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs) estão sendo essenciais para a compreensão da linguagem escrita e falada. Quanto ao uso dos aplicativos gratuitos, embora tenham apresentado desafios no que diz respeito ao acesso e uso, eles fornecem uma variedade de aprendizados, inspiram e criam uma variedade de conhecimentos. Os podcasts que estão sendo produzidos relacionam-se com os tópicos, “quem sou” e “como vejo minha cidade”, percebe-se até este tempo, a participação ativa dos estudantes nas atividades do projeto. Entretanto, é importante ressaltar que as fases iniciais do projeto, a partir dos conteúdos programáticos e a delimitação do território a ser investigado podem refletir uma “territorialização de poder”, a partir da docência e não da emergência dos estudantes.

Palavras-chave: Prática pedagógica. Participação dos estudantes. Aprender na Cidade.

⁵⁶ Doutoranda em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). Professora de Educação Básica. Bolsista CAPES/Brasil. E-mail: a079631@uri.edu.br.

⁵⁷ Doutora em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). E-mail: lucisantosbernardi@gmail.com.

A FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O GESTOR ESCOLAR MUNICIPAL

Patrícia Andréa Rauber Knorst⁵⁸

Silvia Regina Canan⁵⁹

Eixo Temático: Temas Diversos em Educação

Resumo

Através da temática sobre a Gestão Escolar Democrática enfatizamos que o objetivo dessa produção científica está em contextualizar a importância da realização da formação continuada pelo gestor escolar na rede municipal de ensino de Santa Catarina. O caminho metodológico envolve o estudo a partir das orientações abordadas no Censo Escolar, sobre a declaração que envolve a formação continuada do gestor escolar, sendo que, são necessárias no mínimo 80 (oitenta) horas de cursos em um mesmo certificado, de acordo com as áreas previstas no Manual do Censo Escolar 2023. O Censo Escolar é uma pesquisa estatística realizada anualmente em todas as escolas brasileiras, sendo realizada e conduzida pelo Inep (pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) vinculada ao MEC (Ministério da Educação), e prevê que pode ser declarado no vínculo do gestor escolar se o mesmo possui ou não cursos de formação continuada. Diante disso, constatamos na pesquisa que pode ser declarado como formação continuada para o cargo de gestor escolar de acordo com o Caderno de Conceitos e Orientações do Censo Escolar (2023), cursos com no mínimo da carga horária já mencionada, que envolvem a temática de Gestão Escolar e/ou que possuem a abordagem relacionada sobre o direito à educação e a função social da escola; políticas de educação e gestão democrática da escola; projeto político-pedagógico (PPP) e práticas democráticas da gestão escolar. Os resultados esperados com essa pesquisa é manter e incentivar os gestores escolares municipais sempre em constante formação, uma vez que, isso vem a contribuir não apenas para fins de currículo, mas para aumentar e transformar a sua atuação profissional. No entanto, essa formação continuada do gestor escolar deve acontecer ser contínua, uma vez que, o certificado que é declarado no Censo Escolar permite que o certificado seja a qualquer tempo, ou seja, não especifica um marco temporal para a declaração, e isso pode comprometer a formação continuada e atualizada do gestor escolar. Portanto, podemos considerar que a declaração dessa formação continuada anualmente na base de dados do Censo Escolar, no módulo matrícula inicial é um caminho para incentivar o gestor escolar a estar em constante atualização, e isso, sem dúvidas, aprimora, expande e enriquece suas habilidades e desempenho na gestão escolar. Além disso, apontamos que, quanto mais informações os gestores escolares obtiverem sobre a formação continuada, mais se fortalece sua capacitação constante, sendo que a atualização em práticas de gestão contribui ainda mais para lidar com os desafios educacionais atualmente.

Palavras-chave: Gestor Escolar. Formação Continuada. Censo Escolar. Rede Municipal.

⁵⁸ Licenciada em História, Pedagogia e Filosofia. Mestranda em Educação pela URI-Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen- RS. Atualmente Assistente de Educação na EEB Profº Manuel de Freitas Trancoso e vínculo na Rede Municipal Ensino de Iraceminha-SC. Email: patriciaandrea-rauber@gmail.com

⁵⁹ Doutorado em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil (2009). Professora titular da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Brasil. E-mail: silvia@uri.edu.br

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA E A INFLUÊNCIA DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS

Alexandre da Silva⁶⁰
Suelen Bourscheid⁶¹
Elisabete Cerutti⁶²
Jordana Wruck Timm⁶³

Eixo Temático: Temas Diversos em Educação

Resumo

A crescente influência das tecnologias digitais tem uma parcela significativa nas mudanças necessárias e urgentes nos processos de ensino e aprendizagem. A formação inicial dos docentes emerge como um ponto crucial dentre essas mudanças, justamente por ser responsável de preparar os futuros educadores para atuar na docência, e prepará-los para os desafios e instruí-los a buscar o aprimoramento e especializações, principalmente, diante das constantes mudanças da sociedade. Percebe-se uma necessidade atualmente, dos professores em formação, se habituarem e tecerem conhecimentos relativos as tecnologias, visto do quanto ela já está inserida no cotidiano das pessoas. Vincular as tecnologias com a educação é uma tarefa que requer preparo, conhecimento e saberes específicos para conduzir os educandos para uma aprendizagem significativa e para a vida. Nesse sentido, este resumo tem como objetivo, analisar criticamente como as tecnologias digitais permeiam os diferentes estágios da formação dos professores, com foco direcionado ao contexto específico de uma estrutura e uma grande curricular de um curso de licenciatura em matemática. Tendo como foco de sua metodologia, a pesquisa se conduziu quanto seu objetivo como descritiva, de cunho bibliográfico e com a análise qualitativa. Das considerações, cabe destacar que o currículo analisado aborda os principais quesitos utilizados para promover a inserção da cultura digital, sendo destacadas cinco disciplinas que trazem a inserção das discussões, bem como, a abordagem de metodologias ativas e inovativas. Cabe aqui destacar que todas as disciplinas da grade curricular de ensino têm essa possibilidade da inserção das tecnologias digitais, cabendo então ao professor empregar em sua metodologia de ensino o uso desses recursos tecnológicos disponíveis. Também, destaca-se a importância de uma formação adequada aliada com a utilização das Tecnologias Digitais, visto que na atualidade muito tem se discutido sobre a importância do seu uso em todas as distintas. Cabe então também aos futuros profissionais da educação terem conhecimentos pertinentes para que os mesmos possam adotar tais recursos em sua metodologia de ensino áreas, tornando de suma importância a sua incorporação por parte dos docentes nos processos de ensino e aprendizagem, com o intuito de potencializar tais processos.

Palavras-chave: Formação de Professores. Licenciatura em Matemática. Cultura Digital. Tecnologias Digitais. Currículo.

⁶⁰ Doutorando em Educação e Bolsista CAPES pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI/FW. Professor de Matemática. E-mail: a085692@uri.edu.br

⁶¹ Mestranda em Educação e Bolsista CAPES pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI/Frederico Westphalen. Pedagoga e Psicopedagoga. E-mail: a103028@uri.edu.br

⁶² Doutora em Educação e Professora do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI/FW. E-mail: beticerutti@uri.edu.br

⁶³ Doutora em Educação (PUCRS). Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). E-mail: jordana@uri.edu.br

EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRESAS NA 4ª REGIÃO PENITENCIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL: UMA PERSPECTIVA DOS APENADOS

Daniel Pulcherio Fensterseifer⁶⁴

Eixo Temático: Temas Diversos em Educação

Resumo

O presente trabalho refere-se a pesquisa vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação e ao Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, campus de Frederico Westphalen, financiada pela FAPERGS. Aborda o direito à educação e sua efetividade no ambiente prisional. A pesquisa tem como objetivo geral investigar as políticas e práticas educativas dentro do sistema penitenciário gaúcho. A pesquisa foi realizada em 06 estabelecimentos prisionais dentre os 14 que compõem a 4ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul, tendo sido entrevistados 12 policiais penais e 12 apenados, formando uma amostra de 24 participantes. O presente recorte aborda os resultados obtidos junto aos apenados. Dentre estes, verificou-se que, em 09 respostas houve relato sobre a prática de alguma atividade educacional. Os outros 03 participantes relataram que não realizam nenhuma atividade educativa ou descreveram atividades laborais executadas dentro do estabelecimento prisional. Sobre a atividade que é realizada, houve 06 relatos a respeito de remissão da pena pela leitura, 03 sobre atividades de ensino fundamental ou médio e 02 respostas trouxeram atividades de artesanato - embora em uma delas foi apontado que essa atividade é exclusiva das apenadas mulheres. Também houve respostas que trouxe cursos profissionalizantes (01) e futebol (01), o que se entendeu como atividade de educação física. Sobre a importância dessas atividades, destaca-se que em 08 das respostas foi dito que a educação é importante para possibilitar a redução da pena e em 07 apareceram respostas que indicam uma importância relacionada ao crescimento pessoal. Além disso, 01 preso entendeu que se trata de uma oportunidade, pois não havia estudado fora do cárcere e outro respondeu ser bom para a sociedade. Quanto às sugestões para a educação de pessoas presas, constatou-se que em 03 respostas foi sugerido o oferecimento de cursos diversos e em 02 respostas falou-se na criação de cursos profissionalizantes. Além disso, foram sugeridas aulas de música (01), oficinas de artes (01) e possibilidade de realização da prova do ENEM (01). A necessidade de investimento no ambiente físico dos estudos também apareceu em apenas uma resposta. De uma forma objetiva, verificou-se que a remissão da pena pela leitura é a principal atividade educativa ofertada nos estabelecimentos prisionais, embora não seja a única na maioria dos casos. Isso representa uma política pública deficiente, onde uma atividade que deveria ser acessória ganha status de principal mecanismo de educação. Com isso, o Estado pode responder que garante o direito à educação dos apenados e por um custo muito baixo. Contudo, a remissão da pena pela leitura não pode se constituir sozinha no Direito à Educação.

⁶⁴ Doutor e Mestre em Ciências Criminais. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da URI/FW (mestrado e doutorado) e advogado. danielpulcherio@uri.edu.br.

O DISCURSO POR TRÁS DAS ESCOLHAS DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS DO NOVO ENSINO MÉDIO: UMA CRÍTICA AO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

Janaina Rossarolla Bando⁶⁵
Daniel Pulcherio Fensterseifer⁶⁶

Eixo Temático: Políticas Públicas e Educação

Resumo

Neste artigo revisitamos relevantes conceitos e fundamentos acerca das políticas públicas educacionais. Leituras em Dermerval Saviani, Jefferson Mainardes, Stephen Ball, César Tello e Encida Oto Shiroma alicerçaram nossa pesquisa, sendo seguidos de críticos do tema ensino médio em específico, tal como Nora Krawczyk, Mônica Ribeiro da Silva, dentre outros. Partindo da revisão bibliográfica dos autores citados, este artigo tem por objetivo possibilitar ao leitor-pesquisador uma reflexão a partir da abordagem de questões teóricas e epistemológicas como base de compreensão deste campo de investigação. Para tanto iniciamos as revisões partindo do estudo dos conceitos e fundamentos das epistemologias da política educacional, registrando breves considerações uma vez que o estudo demanda de profunda pesquisa na área. Na sequência adentramos na linguagem utilizada na reforma da educação, procurando trazer ao leitor a importância dos estudos e compreensão dos termos adotados nos documentos de políticas educacionais. Por fim, trazemos a discussão o ciclo das políticas educacionais tomando como base os registros de Jefferson Mainardes, objetivando trazer ao debate o contexto do processo de formulação de políticas até a sua implementação com estudo da prática. Nesse contexto, apresentamos nossas considerações finais procurando propor ao leitor-pesquisador algumas reflexões aos questionamentos levantados no texto, principalmente quanto a importância do estudo para compreensão das linguagens de reforma presente nos documentos das políticas educacionais, enfatizando especial atenção ao discurso que está por trás da inserção dos itinerários formativos na reforma do novo ensino médio brasileiro, alertando-os acerca do posicionamento ético e social indispensáveis na pesquisa acadêmica em políticas públicas educacionais. Fundada em discussões que fomentam os embates acerca da reforma do ensino médio, trazemos à baila reflexões que ponderam essas configurações dos itinerários formativos que apesar da nova roupagem, nos parecem com os velhos desafios já tão conhecidos dos estudiosos da área. Nesse contexto, tem-se que o pesquisador com o agir ético na sua pesquisa precisa sempre estar atento para proposição de um trabalho que traga resultados para comunidade, pois toda pesquisa deve propor melhorias, e em se tratando de políticas públicas, apresentação de diretrizes que possam nortear a aplicabilidade na prática. Para tanto, trazemos a pesquisa os estudos acerca da reforma do ensino médio brasileiro, especialmente de autoras como Nora Krawczyk e Mônica Ribeiro da Silva, os quais alicerçados na luta pela democracia de Dermerval Saviani, nos ajudam a fomentar importantes reflexões acerca dos discursos por trás das políticas públicas educacionais e a sua relação com a formação humana e cidadã que se espera construir a partir da inserção dos itinerários formativos no currículo no novo ensino médio no Brasil. A educação precisa ser pensada não em partes, mas sim no todo, buscando sempre garantir o direito de liberdade de escolha que reflita numa emancipação humana e cidadã.

Palavras-chave: educação; ensino médio; itinerários formativos; políticas públicas.

⁶⁵ Doutoranda e Mestre em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). Advogada, docente e coordenadora de curso. E-mail: janaina.bando@hotmail.com

⁶⁶ Doutor e Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Advogado e docente. E-mail: danielpulcherio@uri.edu.br

EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRESAS: UM ESTUDO DESDE A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL ÀS PRÁTICAS DESENVOLVIDAS NA 4ª REGIÃO PENITENCIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

Karolainy Guse Martins⁶⁷
Daniel Pulcherio Fensterseifer⁶⁸

Eixo Temático: Políticas Públicas e Educação

Resumo

Historicamente, o sistema carcerário brasileiro é marcado por questões complexas e desafiadoras, com condições precárias, falta de estrutura e violência intrínseca. Neste sentido, a educação carcerária surge como uma ferramenta essencial para reduzir a reincidência criminal, bem como para promover oportunidades realistas de futuro as pessoas privadas de liberdade no seu retorno ao convívio externo. No entanto, o Brasil não possui uma política nacional consolidada de educação para o sistema penitenciário, sendo um país marcado pelo intenso contraste entre o previsto na teoria e a prática, bem como pela existência de objetivos docentes eventualmente antagônicos aos dos corpos de segurança, sendo a prisão, de acordo com Mayer (2013), antieducativa em si. Diante disso, o presente projeto de pesquisa busca estudar a educação carcerária como o direito previsto na legislação brasileira inerente e inalienável dos indivíduos, sejam eles privados de liberdade ou não. Assim, busca-se um olhar inovador e mais humanizado sobre a educação que reconhece sua importância e necessidade, abordando os estigmas e preconceitos sofridos, a pouca valorização do trabalho docente, e a carência de recursos humanos e materiais. O objetivo geral desta pesquisa é analisar de que forma o Direito à Educação é prestado para as pessoas presas na Quarta Região Penitenciária, correspondente a área de abrangência da URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Trata-se de pesquisa qualitativa exploratória - pois busca encontrar ferramentas e processos educacionais carcerários utilizados e utilizáveis em todo Brasil -, e quanto aos meios configura-se como pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A partir da pesquisa espera-se analisar as políticas educacionais carcerárias do estado do Rio Grande do Sul, analisar a educação como fator protetivo da criminalidade, analisar a legislação sobre educação para pessoas presas, bem como fomentar a elaboração de pesquisas multidisciplinares e estimular a pesquisa empírica relacionada ao Direito. Para tanto, foi realizada a coleta de dados, em 06 Estabelecimentos Penais da 4ª Região Penitenciária da SUSEPE, no Rio Grande do Sul, contando com a participação de 02 servidores da SUSEPE e de 2 apenados do regime fechado de cada um dos estabelecimentos, totalizando uma amostra de 24 participantes. A partir da coleta, foi possível verificar quais e como as atividades educacionais são ofertadas nestes estabelecimentos, bem como a perspectiva dos detentos e dos servidores sobre a educação para pessoas presas.

Palavras-chave: Educação. Cárcere. Prisão.

⁶⁷ Graduanda do quarto semestre de Direito na URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Estagiária na Delegacia de Polícia Civil de Frederico Westphalen. a101132@uri.edu.br.

⁶⁸ Doutor e Mestre em ciências criminais. Professor do programa de pós-graduação em educação (mestrado e doutorado) e do curso de Direito da URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. danielpulcherio@uri.edu.br.

A LIBERDADE DE ESCOLHA DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS: AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO OU LIMITAÇÃO AO DIREITO À EDUCAÇÃO?

Janaina Rossarolla Bando⁶⁹
Daniel Pulcherio Fensterseifer⁷⁰

Eixo Temático: Políticas Públicas e Educação

Resumo

O presente trabalho é fruto de projeto de tese de doutorado cujo tema é a “A liberdade de escolha dos itinerários formativos: autonomia e emancipação ou limitação ao direito à educação?”. A tese proposta reside na afirmativa de que há um discurso por trás da liberdade de escolha dos alunos acerca dos itinerários formativos. No entanto, esta liberdade mascara uma precoce autonomia e emancipação que influenciam diretamente na determinação de sua carreira profissional. Sob o ponto de vista da *Therapeutic Jurisprudence*, o discurso pode ser de liberdade, mas o efeito pode ser completamente oposto, no sentido de comprometer o sujeito a se limitar naquilo que escolheu (ou lhe foi escolhido) quando não tinha maturidade para fazer esta escolha. Como objetivo geral se busca verificar qual a percepção dos alunos, professores e gestores sobre as mudanças e preparação para escolha dos itinerários formativos no Novo Ensino Médio, o qual se desdobra em três objetivos específicos, sendo: a) identificar quais itinerários formativos foram implementados na escola estudo de caso; b) investigar quais dificuldades/facilidades encontradas pelos alunos, professores e gestores na escolha dos itinerários formativos; e c) compreender os impactos que a mudança no ensino médio causam sobre os alunos, do ponto de vista da *Therapeutic Jurisprudence*. A pesquisa será estudo de caso com objetivos exploratório e descritivo, utilizando-se os procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. O universo encontra-se na literatura dos últimos 05 anos, a amostra na análise de documentos referentes a reforma do ensino médio, em específico quanto aos itinerários formativos e o corpus no resultado da pesquisa de campo. O procedimento a ser adotado será o fichamento da revisão bibliográfica e documentação direta, bem coleta de dados através de questionário o qual será aplicado aos alunos, professores e gestores da escola estudo de caso, buscando-se compreender no que a *Therapeutic Jurisprudence* pode contribuir na concepção do protagonismo juvenil no contexto dos itinerários formativos no Novo Ensino Médio. Para tanto, adotar-se-á o método da análise de conteúdo para analisar os dados. Ao final, se espera obter informações suficientes que possibilitem o embasamento para proposição de elementos que possam auxiliar os sistemas de ensino na organização e implementação dos itinerários formativos no currículo do ensino médio.

Palavras-chave: Educação; Ensino Médio; Itinerários Formativos; Políticas Públicas.

⁶⁹ Doutoranda e Mestre em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). Advogada, docente e coordenadora de curso. E-mail: janaina.bando@hotmail.com

⁷⁰ Doutor e Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Advogado e docente. E-mail: danielpulcherio@uri.edu.br

A GESTÃO DEMOCRÁTICA E O ICMS EDUCAÇÃO EM SANTA CATARINA

Patrícia Andréa Rauber Knorst⁷¹

Silvia Regina Canan⁷²

Eixo Temático: Políticas Públicas e Educação

Resumo

Com ênfase na temática sobre a Gestão Democrática na Rede Municipal de Santa Catarina, esta pesquisa científica integra a elaboração da Dissertação do Mestrado em Educação pela URI-Campus de Frederico Westphalen, inserida na Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação. Um dos objetivos da pesquisa é apontar os principais pressupostos da gestão escolar democrática com a finalidade de compreender que relação é possível fazer entre esses pressupostos e a política do ICMS Educação, bem como, apresentar aos gestores municipais a proposta metodológica que envolve essa política. A metodologia da pesquisa inclui a apresentação e estudo da Emenda Constitucional nº108/2020 que alterou o repasse de recursos que reparte o ICMS com os municípios, bem como a realização de análise da Lei nº 18.489 de 22 de agosto de 2022 que dispõe sobre a repartição do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) pertencente aos Municípios instituída pelo estado catarinense. Os resultados ainda estão em construção, mas algumas análises já denotam que a implantação da Gestão Democrática na rede municipal vem sendo uma realidade em muitos municípios, uma vez que, através dos dados declarados através do Censo Escolar pode-se realizar um paralelo com as variáveis relacionadas aos Indicadores de Esforço da Gestão Escolar (IEE) previsto na Ótica das Escolas, através da Proposta Metodológica do ICMS Educação em Santa Catarina, e com isso, incentiva-se a efetivação da gestão democrática nas escolas municipais catarinenses. Consideramos fundamental o cumprimento legal da Gestão Democrática na redemunicipal de ensino em Santa Catarina, uma vez que, isso amplia a qualidade da educação, aproxima a comunidade da escola e transforma o espaço escolar dando enfoque a participação e a autonomia dos sujeitos. Para tanto, também sinalizamos e consideramos que esse estudo tende a contribuir na divulgação da proposta do ICMS Educação através da Metodologia apresentada pelo estado de Santa Catarina na qual prevê repasse de recursos se ocorrer o cumprimento de variáveis que envolvem a Gestão Democrática, bem como divulgar o Painel do ICMS Educação na rede na qual socializa conhecimentos acerca da temática estudada.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Rede Municipal. Santa Catarina. ICMS Educação.

⁷¹ Licenciada em História, Pedagogia e Filosofia. Mestranda em Educação pela URI-Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen- RS. Atualmente Assistente de Educação na EEB Profº Manuel de Freitas Trancoso e vínculo na Rede Municipal Ensino de Iraceminha-SC. Email: patriciaandrea-rauber@gmail.com

⁷² Doutorado em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil (2009). Professora titular da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Brasil. E-mail: silvia@uri.edu.br

O BULLYING COMO APAGAMENTO DA CULTURA CAMPESINA NAS ESCOLAS

Lia Machado dos Santos⁷³

Luci Mary Duso Pacheco⁷⁴

Eixo Temático: Direitos Humanos e Educação

Resumo

O Bullying se caracteriza como um relacionamento interpessoal em que há um desequilíbrio de forças e para que ele se defina como tal é necessário que haja a repetição, prejuízo para uma das partes e desigualdade de poder. (Oliveira-Menegotto; Machado, 2018). Ele pode envolver abuso físico e psicológico e pode ser executado por um ou mais sujeitos. A escola por ser um ambiente culturalmente diverso é propício para tal prática, afinal há diferenças religiosas, físicas, econômico-sociais, culturais, morais e políticas. Recentemente, com o fechamento e nucleação das escolas de comunidades rurais, escolas da cidade têm recebido com maior frequência alunos do campo, porém essa inclusão nem sempre acontece de forma orgânica. Segundo Santos e Garcia (2020) já existe o agravante que o deslocamento campo/cidade causa distanciando crianças e adultos de suas culturas e seus modos de viver no campo, e ao se deparar com um ambiente escolar e presenciar casos de bullying é muito comum que estes estudantes acabem escondendo sua cultura campesina com receio de serem alvos dessa prática. A literatura já mostra que pessoas que sofreram bullying são mais propensas a transtornos de humor como baixa autoestima e depressão, por isso o fenômeno já é considerado como um problema de saúde pública. Sendo assim, é essencial que a escola trabalhe para prevenir e controlar a prática, nesse sentido, algumas escolas têm adotado o multiculturalismo no currículo como uma questão de respeitar e tolerar a diversidade cultural para sensibilizar os alunos a não cometer a prática, entretanto, em acordo com Silva (2009) essa abordagem não é suficiente, pois impede de ver a identidade e a diferença como produção social que envolvem relações de poder e desencadeiam vários fenômenos, entre eles o bullying. Uma estratégia é trazer para o currículo, as contribuições da teoria cultural recente, ou seja, trazer a identidade e a diferença como uma questão política e de produção.

Palavras-chave: Bullying. Identidade. Diferença

⁷³ Mestra em Literatura Comparada. Técnica Administrativa em Educação, IFFAR. E-mail: liah.le.tras@gmail.com.

⁷⁴ Doutora em Educação. Professora e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) - Mestrado e Doutorado - da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI Campus de Frederico Westphalen/RS - Brasil. E-mail: luci@uri.edu.br

O DIREITO À EDUCAÇÃO DESDE A INFÂNCIA: A RELEVÂNCIA DAS HUMANIDADES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Arminda Almeida da Rosa⁷⁵

Arnaldo Nogaro⁷⁶

Eixo Temático: Direitos Humanos e Educação

Resumo

Este estudo tem como objetivo refletir sobre o direito à educação desde a infância aliado à relevância das humanidades na sociedade contemporânea. O direito à educação é considerado um pilar fundamental para o desenvolvimento humano e social, preconizado e garantido pela Constituição Federal e pelo Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH). Como aporte metodológico de revisão de literatura, o trabalho apresenta um panorama histórico da formação humana pela educação, ponderando as contribuições clássicas e contemporâneas, na compreensão sobre o papel das humanidades na sociedade atual. Os estudos ponderam o diálogo entre a Paideia (Jaeger, 2013); Platão (2019); Saviani (2021); Charlot (2000; 2020); Arendt (2016; 2022); Nussbaum (2015); Morin (2011); Montessori (2018); Veiga (2023) e Wulf (2021). Inicialmente o estudo discorre sobre a evolução histórica da educação como um direito humano fundamental, e destaca os marcos legais e políticos que moldaram o cenário educacional brasileiro (Jaeger, 2013; Platão, 2019; Saviani, 2021). Na sequência, aborda as questões urgentes das humanidades na contemporaneidade, e no que diz respeito à educação, sendo a criança o ponto da centralidade, sendo a responsabilidade dos adultos a segurança das crianças e a conservação do mundo (Charlot, 2000; 2020; Arendt, 2016; 2022; Nussbaum, 2015; Morin, 2011; Montessori, 2018); e no contexto do antropoceno, uma era marcada pelo impacto significativo das atividades humanas no planeta, e que se faz necessário a busca de equilíbrio entre o planeta e as futuras gerações humanas (Veiga, 2023; Wulf, 2021). Os resultados destacam a importância das humanidades na educação na construção de uma sociedade mais justa e consciente. A análise das obras revela como a educação que preconiza o desenvolvimento integral do ser humano, na promoção de valores éticos, críticos e reflexivos, encontra caminhos para o desenvolvimento de habilidades humanas que sejam capazes de enfrentar questões complexas da humanidade. Diante dos desafios que se apresentam atualmente, é crucial reforçar o papel das humanidades na educação, com foco primordial desde a infância, para que as pessoas sejam capazes de enfrentar as complexidades do mundo contemporâneo. A educação infantil desempenha papel crucial na formação humana, sendo o primeiro contato formal da criança com o processo educativo e o ambiente escolar. Valorizar este nível de formação é oportunizar a construção de bases cognitivas, emocionais e sociais que darão o suporte ao aprendizado ao longo da vida. Arendt (2022) observa a crise na educação como um reflexo de uma crise mais ampla de autoridade e valores na sociedade, argumentando que a solução não está em reformas superficiais, mas na compreensão da educação como uma preparação séria e respeitosa frente às novas gerações para o mundo que estas irão herdar. O ambiente seguro, acolhedor e que estimula a curiosidade, a criatividade e a capacidade de interagir com os outros é proporcionar o desenvolvimento da singularidade das crianças para a vida em sociedade e os desafios futuros.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Educação. Humanidades. Antropoceno.

⁷⁵ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI- Campus de Frederico Westphalen-RS. Professora de Educação Básica. Bolsista CAPES/ Brasil. Integrante do Grupo de Pesquisa: Ética, Educação e Formação de Professores. E-mail: a080839@uri.edu.br.

⁷⁶ Professor da URI Erechim e Frederico Westphalen. Doutor em Educação - UFRGS. Professor do PPGEDU - URI Frederico Westphalen e PPGAIS - URI Erechim. E-mail: narnaldo@uricer.edu.br.

DIREITO EDUCATIVO DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA: DESAFIOS E PRÁTICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Tatiane de Souza Gil⁷⁷
Maria Dora Moraes Santos⁷⁸
Camila Aguilar Busatta⁷⁹

Eixo Temático: Inclusão e Educação

Resumo

Esta pesquisa averigua o direito de acesso à educação infantil para crianças com deficiência (PCD) tendo como pilar a inclusão escolar a fim de melhorar o atendimento dessas crianças com equidade, igualdade e o pleno desenvolvimento deste sujeito. De acordo com as diretrizes internacionais de direitos humanos, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), e as leis nacionais que garantem a educação inclusiva, este estudo discute as diversas barreiras enfrentadas por essas crianças e práticas bem-sucedidas que assegurem seu acesso a uma educação inclusiva e de qualidade. Nesta pesquisa elencamos alguns objetivos dos quais foram: identificar as barreiras que crianças com deficiência enfrentam ao acessar a educação infantil e analisar as políticas públicas que subsidiam o direito da criança à educação de maneira que sejam implicados no processo e não integrados na educação infantil, através de leituras em artigos científicos e livros sobre educação inclusiva e o direito das crianças com deficiência à educação, utilizando a revisão bibliográfica como metodologia. Dessa forma, percebemos que, apesar de possuímos legislações que garantem acessos de nossas crianças com deficiência na educação infantil, estas ainda enfrentam várias barreiras para terem acesso de qualidade nas creches e pré-escolas. Apontamos algumas barreiras e dentre elas, se destacam as arquitetônicas e essas são bem mais difíceis de resolver, por diversas questões, principalmente as que envolvem financiamentos. Outras são atitudinais e comunicacionais, o que poderiam ser mais tranquilas de serem resolvidas, pois envolvem ações, mudanças comportamentais, ligadas ao preconceito. Contudo, quando os/as professores (as) se implicam no processo de ensino aprendizagem de forma inclusiva, os desenvolvimentos destas práticas educacionais se tornam mais eficazes, colaborando para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social destas crianças e promovendo a inclusão delas na comunidade escolar. Portanto, assegurar o direito à educação infantil às crianças com deficiência exige empenho e responsabilidade contínua alinhada com as políticas públicas. Algumas sugestões contidas nas revisões bibliográficas, de autores como Mantoan (2010) e Arruda, 2014 assim como a própria política (BRASIL, 2008, 2009 e 2015), vão desde a ampliação dos programas de formação de professores com temas que envolvem a educação inclusiva até a conscientização para o enfrentamento de estigmas e preconceitos. A análise aponta a inclusão escolar como um direito primordial e um requisito indispensável para o desenvolvimento equitativo e à constituição de uma sociedade inclusiva e respeitosa quanto às diversidades.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Criança com deficiência. Direitos educacionais.

⁷⁷ Mestre em Educação pelo PPGEDU URI/FW. Assessora Pedagógica no Depto de Gestão de Educação Inclusiva /SEMED/Rondonópolis MT. E-mail: proftatigil@gmail.com

⁷⁸ Mestranda em Educação pelo PPGEDU URI/FW. Pedagoga das redes estadual e municipal de educação SEDUC e SEMED/ MT. E-mail: mdoramsantos@hotmail.com

⁷⁹ Graduada em Licenciatura em Química pela PUCRS, com Mestrado e Doutorado em Química pela UFRGS. Pós Doutorado em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI/FW (PPGEDU\URI) (2022). E-mail: aguilar@uri.edu.br

ANÁLISE DOS AVANÇOS E RETROCESSOS NA INCLUSÃO DE PCD NA ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS

Amanda Luiza Neis⁸⁰
Camila Aguilar Busatta⁸¹

Eixo Temático: Inclusão e Educação

Resumo

A presença de pessoas com deficiências dentro do ambiente escolar ocorreu gradativamente até chegar ao conceito de inclusão. Incluir é um processo que contém diversas variáveis que envolvem desde questões físicas, estruturais, organizacionais, sobretudo, atitudinais. Em se tratando da legislação, há muitos direitos preconizados frente à inclusão da pessoa com deficiência, especialmente, no âmbito escolar. Diante disso, esta pesquisa busca analisar as produções científicas, da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), sobre a inclusão de PcD na área de Ciências da Natureza e suas tecnologias através da metodologia do Estado da Arte e da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977). Através desta pesquisa bibliográfica, visa-se verificar os trabalhos realizados e as lacunas existentes no que diz respeito à inclusão no ensino médio. Os resultados da Análise de Conteúdo tratam, principalmente, sobre a adaptação e criação de materiais didáticos inclusivos, com ou sem o uso da tecnologia, a prática docente e a importância da formação docente. Discorre-se, também, sobre a necessidade do trabalho colaborativo entre agentes educacionais e do desenvolvimento de estratégias didáticas que possam ser utilizadas para uma aprendizagem significativa. Trata-se também, que ainda há indícios e práticas voltadas à integração do aluno com deficiência, sem que o ambiente e as ações fossem modificadas para garantir que todas as pessoas possam participar e contribuir com o meio, ou seja, sem a perspectiva da inclusão prevista na legislação. Igualmente, realiza-se um levantamento quantitativo, a fim de realizar um comparativo entre as quantidades de alunos com deficiências e seus respectivos laudos nas escolas de ensino médio da cidade de Frederico Westphalen/RS com o censo de 2022. Com esses resultados, discute-se através da base teórica de “in/exclusão” de Veiga Neto e da Teoria das Múltiplas Inteligências de Gardner que é preciso compreender a complexidade e diversidade humana e trabalhar suas especificidades dentro do processo de ensino-aprendizagem, para que não só aconteça o aprendizado deste aluno mas todos os benefícios que a inclusão traz, como a socialização e desenvolvimento pessoal. Conclui-se que, há muitos desafios na prática da inclusão, que muitas vezes recaem sobre o professor. Desta forma, ressalta-se o compromisso de todos os agentes educacionais envolvidos, da família e da sociedade sobre a perspectiva inclusiva, como a adaptação e adequação de materiais e posturas pedagógicas conforme as especificidades dos alunos, da importância da formação docente, da utilização de recursos que destacam a potencialidade desses alunos e não focam apenas em suas áreas deficitárias, através da ótica de respeito às diferenças humanas.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Ciências da Natureza e suas tecnologias. Ensino médio.

⁸⁰ Acadêmica de Psicologia - URI/FW. Bolsista de Iniciação Científica. E-mail: a102200@uri.edu.br

⁸¹ Dr^a em Química. Docente Colaboradora do PPGEDU. E-mail: aguilar@uri.edu.br.

A presente edição foi composta pela URI,
em caracteres Book Antiqua, formato e-book, pdf,
em 2024.